Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Caio Rosenberg

O projeto do Parque Campo de Marte: estudo de caso sobre a desestatização dos espaços urbanos em São Paulo (2017-2020)

Mestrado em Ciências Sociais

São Paulo

2020

Caio Rosenberg

O projeto do Parque Campo de Marte: estudo de caso sobre a desestatização dos espaços urbanos em São Paulo (2017-2020)

Mestrado em Ciências Sociais

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Ciências Sociais, sob a orientação do Prof. Doutor Guilherme Simões Gomes Júnior

São Paulo
2020

BANCA EXAMINADORA

_____

_____

_____

_____

_____

Dedicado a Julia Rosenberg Pearson

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa de estudos concedida durante os anos de 2018 e 2019.

À professora Dra. Mônica Muniz Pinto de Carvalho pela orientação dedicada e eficiente. Seu olhar experiente acerca dos estudos urbanos foram fundamentais para a concepção deste trabalho.

Ao professor Dr. Guilherme Simões Gomes Júnior pela disponibilidade em assumir a orientação de meu trabalho mesmo com o barco já navegando. Suas sugestões criativas e carregadas de elementos históricos foram de grande contribuição.

Ao professor Dr. Marcelo Álvares de Lima Depieri por compor a banca de qualificação e apontar de maneira tão precisa as relações econômicas e sociais presentes em meu trabalho. Também não posso deixar de agradecer pelo convite à prática do futebol de várzea e a fazer parte da equipe Vila F.C, que durante tantos anos me levou a conhecer a cidade e a cultura popular de uma maneira tão intensa.

Aos frequentadores e colaboradores do complexo de campos do Campo de Marte pela disponibilidade e atenção durante a pesquisa realizada em campo.

Ao corpo docente e discente do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, responsáveis por propiciar um ambiente pujante de conhecimento teórico acerca dos mais diversos pensadores contemporâneos.

Ao jornalista Gilberto Dimenstein e toda a turma da Catraca Livre, pelas experiências profissionais vividas de forma tão dinâmica: os lemas “a cidade na sua mão” e “comunicar para empoderar” foram fundamentais para instigar ainda mais meu interesse na cidade e seus atores.

À Folha de S.Paulo que em contraste de sua visão editorial crítica e inquieta, me proporcionou a segurança profissional necessária para o desenvolvimento da pesquisa.

Aos amigos e amigas da Escola Vera Cruz por estarem sempre tão presentes desde a primeira infância até os momentos atuais de quarentena. Seu carinho e companheirismo foram imprescindíveis para a concepção desse trabalho.

Agradeço à minha família: Ana, Carlos, Jorge, Teti, Rachel, Rodrigo, Helena, Naiara, Poly, Bia, Benjamin, Luisa, Gabriel, Carla, Peter, Julia, Ciro, Carlota, Eloisa e Pedro por me apoiarem e criticarem na dose certa.

Em especial à Bia, meu amor, que tem me apoiado das mais variadas formas ante aos desafios da vida.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo analisar o projeto de criação do Parque do Campo de Marte, como parte das políticas desestatizantes propostas pela gestão Doria e Covas (2017-2020) frente à Prefeitura Municipal de São Paulo (PMSP). O projeto do Parque, que confere à iniciativa privada a responsabilidade de conceber e administrar o território até então público e historicamente ocupado por equipes de futebol amador, sugere um aspecto cada vez mais presente nas políticas públicas: empresas privadas participam de maneira ativa na produção do espaço urbano. Com o intuito de compreender esse fenômeno, são apresentadas a Teoria dos Regimes Urbanos (TRU), formulada por Clarence Stone na década de 1980, além das principais correntes teóricas que a precedem e que tinham como objetivo identificar o poder de decisão nas cidades. Notou-se que a formulação de coalizões, sobretudo entre os atores público e privados, atuam como agentes importantes na concepção do espaço urbano. As políticas desestatizantes tiveram relevância marcante durante as gestões de Doria e Covas na PMSP, preconizadas por uma tendência já observada na esfera federal, com a Lei das Parcerias Público-Privadas (Lei das PPP), sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2004. Esse trabalho procura identificar e compreender tais disputas presentes no contexto urbano, marcadas pelo desenvolvimento do capitalismo financeiro e movimentos de valorização imobiliária predatórios que acabam por influenciar a produção do espaço. Junto a esse movimento, acrescenta-se o fato de que o território em estudo, para o qual será concebido o projeto do Parque do Campo de Marte, remete à prática do futebol amador. Torna-se necessário, assim, compreender o papel do futebol de várzea na cidade de São Paulo e como hoje ele é considerado, por aqueles que o praticam, um ato de resistência.

Palavras-chave: Políticas Urbanas; Parceria Público-Privada; Desestatização; Futebol de Várzea

ABSTRACT

This research aims to analyze the project to create the Campo de Marte Park, as part of the privatization policies proposed by the Doria and Covas management (2017-2020) in front of the São Paulo City Hall (PMSP). The Park project, which gives the private sector the responsibility to design and manage the territory hitherto public and historically occupied by amateur football teams, suggests an aspect that is increasingly present in public policies: private companies participate actively in the production of urban space. In order to understand this phenomenon, the Theory of Urban Regimes (TRU), formulated by Clarence Stone in the 1980s, is presented, in addition to the main theoretical currents that precede it and which aimed to identify the power of decision in cities. It was noted that the formulation of coalitions, especially between public and private actors, act as important agents in the design of urban space. Privatizing policies were of marked importance during the Doria and Covas administrations at the PMSP, advocated by a trend already observed at the federal level, with the Public-Private Partnerships Law (PPP Law), sanctioned by President Luiz Inácio Lula da Silva in 2004 This work seeks to identify and understand such disputes present in the urban context, marked by the development of financial capitalism and predatory property valuation movements that end up influencing the production of space. Along with this movement, there is the fact that the territory under study, for which the Parque do Campo de Marte project will be conceived, refers to the practice of amateur football. It becomes necessary, therefore, to understand the role of amateur football in the city of São Paulo and how today it is considered, by those who practice it, an act of resistance.

Keywords: Urban Policies; Public-private partnership; Privatization; Amateur Football

Sumário

Introdução 11
Capítulo 1 – Teoria dos Regimes Urbanos: contextualização, definição e aplicações 14
Teoria da Elite do Poder 14
Teoria Pluralista 17
Teoria da Máquina do Crescimento Urbano 19
Teoria dos Regimes Urbanos 22
Capítulo 2 – Políticas de desestatização de espaços públicos das prefeituras Doria e Covas 26
PPPs e a Lei n. 11.709/04 26
São Paulo: palco de negócios 31
Parques Municipais: territórios públicos ou privados? 37
Capítulo 3 – Espaço em Disputa: Projeto do Novo Marte Campo de Marte 42
Introdução: o futebol e a várzea paulista 42
Descrição detalhada do espaço: ocupação e impressões locais 54
Registros Fotográficos 64
Projeto do Novo Marte Campo de Marte 67
Conclusão 73
Bibliografia 75
Anexo 80
Entrevista realizada com Humberto – Presidente do Paulista 80
Entrevista realizada com Luiz Saldanha, um dos fundadores do Cruz da Esperança 86
Entrevista realizada com André – Diretor Esportivo do Campo do Aliança da Casa Verde 90
Entrevista realizada com Carlos - Frequentador dos campos 101
Entrevista realizada com Edgar - Funcionário do estacionamento 107

> A cidade – o fenômeno urbano – está a desafiar especialistas das mais variadas ordens. A cidade assume várias funções no mundo, mas ressignifica outras, reexperimenta novas feições. Continua a ser um objeto ainda não totalmente decifrado, enigmático (VERÁS, 2003).

Introdução

As cidades do século 21 têm sido palco de múltiplas interações no que se diz respeito a convivência, composição e organização. Diversos atores sociais são responsáveis pela produção do espaço urbano e definição das diretrizes políticas e sociais do território. A presente dissertação tem como objetivo identificar de que forma o setor privado passa a concorrer com as instituições públicas na produção das políticas urbanas.

Como metodologia e recorte empírico, serão analisadas as parcerias público-privadas (PPP) de até então territórios públicos conduzidas na cidade de São Paulo durante a gestão da prefeitura de (PSDB) João Doria e (PSDB) Bruno Covas (2017-2020) [1], tomando como objeto o projeto de criação do novo Parque do Campo de Marte, localizado na Zona Norte de São Paulo.

O surgimento de novos modelos de gestão pública, nesse caso em articulação com a iniciativa privada, está relacionado com características de acumulação do capitalismo financeiro atual, que não se atém ao campo das finanças propriamente dito, mas se espraia para outros ativos, como o espaço urbano que, por usa vez, não pode ser visto, exclusivamente, por meio do seu valor de uso, mas antes cumprindo a função devotada à especulação financeira do capital urbano, sobretudo imobiliário.

O impacto causado por mercados fundiários financeirizados, vinculados a um sistema de crédito altamente desenvolvido, acaba por influenciar na economia política

[1] João Doria Junior foi eleito prefeito do município de São Paulo com mandato previsto para quatro anos entre 2017 e 2020. Em abril de 2018, com objetivo de concorrer ao cargo de governador do Estado de São Paulo, Doria renúncia sua posição na prefeitura, tornando Bruno Covas, então vice-prefeito, o chefe do Poder Executivo da cidade. Covas foi prefeito entre abril de 2018 até final de 2020.

das cidades, com consequências profundas em seu redesenho e na vida dos cidadãos (ROLNIK, 2015).

A reconfiguração do espaço urbano com a presença cada vez mais atuante do setor privado se apresenta na gestão Doria e Covas com o argumento neoliberal de que a administração privada possui maiores condições técnicas e orçamentárias para oferecer um melhor serviço à população[2].

Faz parte dessa pesquisa analisar de que forma a cidade e os grupos sociais que a compõem podem ser impactados por essa nova diretriz política. Sobre o tema, Harvey afirma:

> A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano (HARVEY, 2010, p. 143).

O que nos leva a formular uma pergunta fundamental não apenas no contexto acadêmico, mas também para aqueles que habitam a cidade: "Para quem?"

No caso específico em análise, trata-se de demonstrar como um campo baldio destinado à prática do futebol de várzea, administrado pela população local, se vê ameaçado quando um projeto elaborado pelo setor público pretende destiná-lo à concessão ao capital privado.

A esse arranjo peculiar entre o setor público e o capital privado teóricos têm nomeado como regimes urbanos. No Capítulo 1, faremos uma revisão bibliográfica a respeito das principais correntes políticas e sociológicas da segunda metade do século 20 nos Estados Unidos que abordam a formulação do "poder" nas cidades; bem como a formação de uma elite política e uma elite econômica que se entrelaçam, com a apresentação do conceito de regimes urbanos.

O Capítulo 2 será dedicado à apresentação e análise da legislação (nas esferas federal e local) no tocante à regulamentação das parcerias público-privadas no contexto brasileiro. Dedicando uma revisão que se inicia na criação da chamada "Lei das PPPs",

[2] São Paulo (Município). Secretaria Especial de Comunicação (2017). Prefeitura de SP inicia processo para concessão de parques municipais. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-inicia-processo-para-concessao-de-parques-municipais. Acesso: 18/06/2018.

em 2004, pelo governo petista de Luiz Inácio Lula da Silva, passando pelas ações de conciliação de classes próprias do governo federal à época; até as recentes leis municipais que viabilizaram o pacote de concessões lançados pela Secretaria de Desestatização e Parcerias da Prefeitura de São Paulo de João Doria. Além de discorrer sobre a legislação, poderemos identificar o perfil de empresas que estão aptas a participar dos processos licitatórios, questionar o papel das instituições públicas no lançamento dos editais e conhecer os mecanismos de controle presentes nas PPPs.

O objeto empírico definido como o projeto de criação do "Novo Parque do Campo de Marte", território hoje dedicado ao futebol de várzea e localizado na Zona Norte de São Paulo, será detalhado no Capítulo 3. Far-se-á necessária a contextualização histórica do futebol amador na cidade, além das disputas territoriais envolvendo a União e a Prefeitura de São Paulo. A descrição detalhada do espaço, em seus aspectos físico e social, bem como os relatos daqueles que o frequentam são fundamentais na concepção histórica do território e retratam o momento em que a Prefeitura de São Paulo lança o projeto de criação do parque em formato de PPP em 2017.

As cidades contemporâneas estão em constante movimento e a intenção dessa dissertação é contribuir para o entendimento do papel do setor privado na formulação das políticas públicas na cidade de São Paulo.

Capítulo 1 – Teoria dos Regimes Urbanos: contextualização, definição e aplicações

Como estrutura teórica, a presente seção explorará o processo de desenvolvimento da Teoria do Regime Urbano (TRU), surgida inicialmente no contexto norte-americano dos anos 1980. Para isso, se faz necessária uma breve introdução da conjuntura da ciência política da época e quais os principais debates de seu tempo, bem como sua evolução e transposição para outras realidades históricas e geográficas.

As correntes teóricas antecessoras à TRU podem oferecer ferramentas de análises importantes na identificação dos principais atores e organizações sociais nas cidades. Discussões presentes na Teoria da Elite do Poder (MILLS, 1956), na Teoria Pluralista (DAHL, 1961; POLSBY, 1960) e na Teoria da Máquina de Crescimento Urbano (MOLOTCH, 1976; LOGAN; MOLOTCH, 1988) possibilitam entender o processo de decisão (poder) no contexto urbano e a influência de um setor privado cada vez mais estruturado.

Pode-se afirmar que tais correntes de pensamento prepararam o terreno para o surgimento da TRU e da Teoria da Governança Urbana, principais correntes contemporâneas que estudam as formações de coalizões no contexto político das cidades.

Teoria da Elite do Poder

Situada no contexto do pós-guerra norte-americano, a Teoria da Elite do Poder, desenvolvida em 1956 por Charles Mills, procura identificar de que forma se constrói a tomada de decisão na sociedade moderna. Com uma análise crítica, o autor afirma que um grupo seleto de indivíduos é responsável por determinar a formação das políticas públicas e o ordenamento social nas cidades. Mesmo ao observar o crescimento e autoafirmação da classe média cada vez mais presente na estrutura de classes norte-americana, Mills procura distinguir aqueles que possuem influência e capacidade de interferir no ordenamento comum. Segundo o autor: “Dentro da sociedade americana, a base do poderio nacional está hoje nos domínios **econômico, político e militar”** (MILLS, 1981, p. 14, grifo nosso).

A tomada de decisões permeia o balanço do poder entre essa tríade social, fazendo com o que o restante da sociedade se adapte a essa realidade. A noção de liberdade individual, um dos pilares da sociedade norte-americana moderna, é de certa forma relativizada. Isso porque as demais instituições e atores sociais passam a ser dependentes de um seleto grupo de indivíduos poderosos. Tal dicotomia pode ser verificada com a seguinte afirmação de Mills: "Famílias, igrejas e escolas adaptam-se à vida moderna; governos, exércitos e empresas fazem a vida moderna e, ao fazê-la, transformam as instituições menores em meios para seus fins" (MILLS, 1981, p. 14).

Uma vez que os grupos protagonistas do ordenamento social tenham sido identificados, falta compreender como se dá a relação entre eles e qual o grau de atuação de cada um na construção do ordenamento social urbano.

Como recorte metodológico, Mills dedica o capítulo II de sua obra para discorrer sobre a "Sociedade Local" e, nele, é possível apontar com nitidez como se dá a interação entre as elites e sua perpetuação. Primeiro, é realizada uma abordagem de classes marxista, identificando as elites econômicas e toda sua diversidade: proprietários de fábricas, detentores dos meios de comunicação e profissionais liberais de prestígio, como médicos e advogados. Os filhos dessas famílias tendem a se relacionar e perpetuar sua posição social privilegiada. De acordo com o autor, os ocupantes das classes ricas têm uma maior consciência de classe e podem se auto identificar com maior facilidade, em comparação àqueles presentes nas divisões mais baixas:

> Os da camada superior, por outro lado, talvez por serem em menor número, podem conhecer-se muito mais facilmente, manter entre si uma tradição comum, e assim ter consciência de sua espécie. Têm o dinheiro e o tempo necessários para manter seus padrões comuns. Ricos são um grupo de pessoas mais ou menos distinto que, associando-se uns aos outros, formam círculos compactos com pretensões comuns a serem reconhecidos como as principais famílias de suas cidades (MILLS, 1981, p. 42.).

Por mais que as classes superiores não sejam completamente homogêneas, em que a principal distinção está entre a "Velha Elite", provinda das grandes fazendas e famílias tradicionais, e a "Nova Elite", constituída pela burguesia industrial incipiente, existem ligações diversas entre tais grupos que promovem sua perpetuação. Relações de negócio, clubes de convivência, jantares de família, escolas privadas e eventos beneficentes são instrumentos importantes para o convívio e a reprodução dessa classe como posição de elite. Seus descendentes, que estudam direito em universidades prestigiadas e

posteriormente ocupam cargos políticos ou na Suprema Corte, são exemplos de como a classe econômica está intimamente ligada ao poderio político.

Sendo um dos três pilares que compõe as elites definidas por Mills, além do já mencionado campo econômico, está a elite política, com sua capacidade de criação e manutenção das instituições públicas, suas leis e mecanismos de regulação. Porém, o autor, ao invés de centralizar sua análise na estrutura das instituições, opta por explorar a composição humana do Estado. Perguntas que podem parecer óbvias, como: "Quem são os políticos?" e "De onde vêm?", são fundamentais para entender o funcionamento da máquina estatal moderna, não apenas do ponto de vista organizacional, mas principalmente para entender como as decisões são tomadas.

A distinção entre "políticos partidários" e "políticos burocratas" é o ponto de partida na classificação dos recursos humanos presentes no Estado Moderno, distinção, aliás, já evidenciada por Weber (1979). O primeiro grupo é formado por políticos eleitos, direta ou indiretamente, e suas funções são temporárias – ou seja, com alternância de poder determinado por cada mandato. Já o segundo grupo é composto por funcionários administrativos, responsáveis por colocar em execução as demandas burocráticas e operacionais da máquina estatal. Nesse caso, as instituições públicas, sejam das esferas executiva, legislativa ou judiciária, apresentam regras de seleção pré-determinadas de acordo com cada função. Como por exemplo, os concursos públicos ou processos seletivos determinados por lei.

A dupla composição entre "políticos partidários" e "políticos burocratas", à primeira vista, parece suficiente para se preencher o quadro de funções que atuam no âmbito público. Contudo, Mills faz uma ressalva fundamental: uma grande parcela dos funcionários que compõe os gabinetes das três esferas de poder é oriunda de nomeações diretas, realizadas pelos "políticos de primeiro escalão", fazendo com que uma porcentagem significativa do aparato estatal atue de forma praticamente anônima e longe dos mecanismos de controle (*accountability*) da opinião pública.

Para exemplificar tal fenômeno, Mills identifica 53 dos principais nomes do corpo executivo dos Estados Unidos durante a presidência de Dwight D. Eisenhower em 1953. Desse universo, entre secretários, diretores de agências e pastas de planejamento e economia, apenas 14 (um quarto) são profissionais com experiência em administração pública ou partidária. Os três quartos restantes são profissionais não ligados ao ambiente

político, sendo 30 dos 39 advindos do mercado de trabalho empresarial. Havendo, inclusive, representantes de poderosas corporações econômicas, como General Motors, família Rockefeller, escritórios de advogados e banqueiros que atuaram ativamente dentro do primeiro e segundo escalão do governo Eisenhower (MILLS, 1981, p. 279).

Tal característica, observada na metade do século 20, ainda se faz presente no Estado capitalista contemporâneo. A presença de representantes da iniciativa privada, vinda dos principais setores econômicos, é parte da composição de gabinetes, ministérios e secretarias da esfera estatal. Seja no âmbito federal, estadual ou municipal, a elite econômica e política, cada vez mais pulverizada, tem conseguido participar de decisões e sugerir decretos e legislações que vão ao encontro de seus interesses.

Esse fenômeno poderá ser observado com maior evidência quando analisarmos a composição da administração de João Doria frente à prefeitura de São Paulo, mandato que teve início em janeiro de 2017. Conforme veremos em detalhes no Capítulo 2, Doria nomeou Luiz Fernando Furlan, um dos donos da Sadia, para o comando do Conselho Deliberativo da SP Negócios, pasta recém-inaugurada com objetivo de fomentar negócios para a cidade, ao mesmo tempo em que o executivo já ocupava outros importantes cargos em instituições privadas.

Tal estreitamento entre os órgãos públicos e privados, característica marcante dessa gestão, evidencia, de forma prática, o que Mills (1981) definiu como a presença de "altas rodas", sendo esses membros de um estrato social elevado que ocupam os mais importantes cargos de influência na sociedade.

Assim, faz parte da Teoria da Elite do Poder de Mills a noção de que um grupo seleto e minoritário de indivíduos poderosos rege tanto as dinâmicas econômicas de mercado como as tomadas de decisões políticas. Ao ponto que, mesmo com a existência de uma alternância de poder – característica fundamental de governos democráticos – homens de negócio, políticos e militares de alta patente se revezam no comando das democracias modernas.

Teoria Pluralista

Em contrapartida, com o objetivo de contribuir para o debate acadêmico presente nas ciências sociais norte-americanas da década de 1960, Robert Dahl e seus discípulos

lançam a Teoria Pluralista, na qual afirmam haver não um monopólio entre poucos poderosos no poder, mas sim uma alternância de forças de modo dinâmico e característica da democracia moderna (DA SILVA; CLEMENTINO; ALMEIDA, 2017, p. 7).

Um dos estudiosos de maior notoriedade no campo pluralista foi Nelson Polsby, com a publicação do artigo *"How to Study Community Power: The Pluralist Alternative*", em agosto de 1960, na conceituada revista *The Journal of Politics.* O então professor de Yale afirma, em contraste com a Teoria da Elite do Poder, que o processo de decisão é algo não estratificado e rejeita a tese de que um grupo seleto comande uma comunidade:

> The first, and perhaps most basic presupposition of the pluralist approach, is that nothing categorical can be assumed about power in any community. It rejects the stratification thesis that some group necessarily dominates a community (POLSBY, 1960, p. 476.).

Um dos principais argumentos nesse sentido tem com base pesquisas empíricas realizadas pelo próprio autor e seus alunos, nas quais observaram que um mesmo grupo social dificilmente dominava dois ou mais setores fundamentais (chamados de *issue-areas*) em uma comunidade. Mais do que isso, a abordagem pluralista afirma que grupos variados negociam e duelam entre si, resultando em uma alternância de poder constante e saudável (POLSBY, 1960).

Assim, não existe uma orquestração consciente de domínio no processo de tomada de decisão, mas essa se constrói através de uma "inércia social". Para os pluralistas, a consciência de classes, mesmo na elite, é pouco presente e, por mais que eles reconheçam a existência das mesmas, não se pode afirmar que exista uma união entre seus membros. Contrapondo a Teoria da Elite do Poder de Mills, Polsby afirma:

> Social classes in stratification theory are populations differentially ranked according to economic or status criteria, which embrace the entire community. Everyone is a community is a member of at least one but no more than one class at any given moment, and no one in the community falls outside the system. This is a legitimate heuristic construction; however, **it is a mistake to impute to the apparently inescapable fact of class membership any sort of class consciousness** (POLSBY, 1960, p. 481, grifo nosso.).

Tal afirmação é contundente no sentido de que uma consciência de classe não é automática à existência da própria classe. Mesmo ao se referir às classes médias e altas. De acordo com a teoria pluralista, existem centenas de "interesses especiais" dentro dos grupos, os quais concorrem entre si e apresentam diversas bases de poder e processos de

tomada de decisão, refutando a premissa elitista de uma classe coesa e organizada. Ou seja, as políticas públicas locais são frutos de embates constantes entre diversos grupos, nos quais não há uma dominação continua, mas, sim, alternâncias de poder de modo fluido e fragmentado.

O embate teórico presente nos anos de 1960 entre elitistas e pluralistas, brevemente exposto acima, pode nos oferecer reflexões importantes ao se investigar a tomada de decisão nas políticas públicas contemporâneas. Questionamentos acerca de "Quem?", "Como?" e "Onde?" se dão os processos de decisões em âmbito local (cidades), bem como uma já presente classe social dominante, nos fornecem ferramentas para investigar o território cada vez mais financeirizado.

Fica evidente a preocupação dos acadêmicos da época em tentar explicar a atuação dos novos atores sociais, presentes de forma cada vez mais marcante a partir do desenvolvimento do capitalismo moderno, especialmente junto com o surgimento das grandes corporações privadas e como as mesmas passam a influir na produção do espaço urbano.

É justamente com o desafio de compreender a influência cada vez mais marcante do capital econômico nas cidades que Logan e Molotch (1976, 1988) introduzem a Teoria da Máquina do Crescimento Urbano, por meio da qual propõem que os valores de troca passam a superar os valores de uso no cenário urbano. Diferente das discussões anteriores, nessa teoria, a cidade aparece como principal objeto de investigação, criando as condições necessárias para o desenvolvimento de conceitos que apareceriam na Teoria dos Regimes Urbanos.

Teoria da Máquina do Crescimento Urbano

Ao publicar o *paper "The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy Place"* na revista *American Journal of Sociology,* em 1976, Harvey Molotch identifica, mais do que tudo, a cidade moderna como o espaço ideal para o crescimento econômico e acúmulo de riquezas. Reunir num mesmo espaço ofertas de emprego e de consumo faz com que o crescimento populacional constante seja um dos principais indicadores de crescimento econômico (MOLOTCH, 1976, p. 310.).

Segundo Molotch, o espaço urbano é o local onde ocorrem diversas e ininterruptas interações entre os grupos sociais presentes, cada um com seu objetivo particular em atingir ao máximo seu potencial de crescimento. Para tal, são criadas instituições governamentais ou voluntárias que corroboram na formação de um ambiente ideal aos negócios: câmaras de comércio, associações de bairro, agências regionais de fomento ao crescimento econômico, etc.

No âmbito governamental, fica como responsabilidade do Estado garantir condições atrativas para a indústria e capital como, por exemplo, o desenvolvimento de leis trabalhistas estáveis, incentivos fiscais e cumprimento da lei (*law enforcement*). Garantir o respeito à propriedade privada por meio do uso da força, ao mesmo tempo que ofereça um ambiente amigável com poucos conflitos, são outras das atribuições de responsabilidade do estado capitalista – em seus mais variados níveis (do local ao federal).

A percepção de que o Estado comande aspectos definidores no sucesso dos negócios fez com que um número cada vez mais significativo de representantes da iniciativa privada passassem a ocupar cargos políticos. Não à toa, é comum verificar embaixadores de diversos setores econômicos presentes nos órgãos executivos e legislativos, como forma de garantir os melhores resultados da prática econômica e influenciar favoravelmente sua categoria. Decisões que a um olhar despretensioso dizem respeito apenas à administração pública (como, por exemplo, a localização de um porto, estações de metrô, parques públicos, rodovias, etc.) certamente impactam no ambiente de negócios local e, por isso, estão sempre na agenda dos empresários e investidores (MOLOTCH, 1976).

Essa atuação marcante no ambiente político, por parte de setores da economia, tem sido cada vez mais presente no contexto da política brasileira contemporânea. Pegando como exemplos, no âmbito federal, os deputados da bancada ruralista, da bala ou evangélica, que procuram defender seus interesses privados e ditar as legislações que estejam alinhadas com suas concepções de negócio. A atuação cada vez mais presente do setor privado não apenas faz parte do estado capitalista, mas é também fundamental para seu desenvolvimento.

Utilizando-se de argumentos marxistas, Molotch defende que a máquina de crescimento cada vez mais acentuada é também responsável por efeitos colaterais

severos, como danos ambientais e desigualdades socioeconômicas. Sobre essa relação de causa e consequência, diversos estudos realizados em cidades médias dos Estados Unidos constaram que o crescimento acelerado da economia traz consigo um aumento significativo de danos ambientais e sociais (MOLOTCH, 1976, p. 381.).

No plano do meio ambiente, o fato se dá principalmente pela exploração de recursos naturais, poluição e pouca (ou má) fiscalização do poder público. Já em referência ao campo social, há uma relação direta identificada entre crescimento econômico e aumento dos impostos, bem como de custo de vida:

> Systematic analyses of government costs as a function of city size and growth have been carried out under a number of methodologies, but the use of the units of analysis most appropriate for comparison (urban areas) yields the finding that the cost is directly related both to size of place and rate of growth, at least for middle-size cities (see Follett 1976; Appelbaum 1976). Especially significant are per capita police costs, which virtually all studies show to be positively related to both city size and rate of growth (see Appelbaum et al. 1974; Appelbaum 1976) (MOLOTCH, 1976, p. 383.).

Tal reflexão traz elementos oportunos ao contexto das grandes cidades brasileiras, especificamente para a cidade de São Paulo. Como serão exploradas em detalhes nos próximos capítulos, as atividades econômicas e financeiras têm influenciado cada vez mais a formulação das políticas públicas urbanas locais. Criações de novas legislações (como a Lei das PPPs[3]), pacotes de concessões de propriedades públicas (a exemplo dos parques urbanos) e a presença de um mercado imobiliário altamente financeirizado (HARVEY, 2010) são alguns dos fenômenos observados nas cidades capitalistas do século 21, neste trabalho representados pela cidade São Paulo.

O aumento do custo de vida citado por Molotch, como resultado do crescimento econômico, pode ser facilmente transposto para a valorização do espaço urbano e especulação imobiliária presentes nas megalópoles mundiais. Fazendo parte, do mesmo lado da moeda, de outros fenômenos sociais citados por estudiosos urbanos, como Lefebvre em "O Direito a Cidade" (1991), David Harvey e seu conceito de "desposessão", e até mesmo Raquel Rolnik (2015), ao descrever a financeirização da moradia nas cidades contemporâneas.

[3] Criada em 2004 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sobre a qual entraremos em detalhes no Capítulo 2.

Pode-se afirmar que a Teoria da Máquina do Crescimento Urbano, bem como as já mencionadas Teoria da Elite do Poder e Teoria Pluralistas, oferecem elementos importantes na análise da tomada de decisão nas cidades e da influência do setor privado na formulação de políticas públicas. Elementos esses que podem ser observados no debate contemporâneo presente entre os teóricos dos Regimes Urbanos, do qual trataremos a seguir.

Teoria dos Regimes Urbanos

Como exposto anteriormente, os embates teóricos presentes na ciência política dos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970 tinham como objeto central identificar o poder nas cidades, sobretudo, por meio da definição de elite(s) e sua influência nas instituições políticas locais. Tal preceito foi o ponto de partida para a criação de modelos de regimes urbanos, desenvolvidos por Stone em *"Regime Politics: Governing Atlanta"* em 1989 e, posteriormente, em 1993, com a obra *"Urban Regimes and the capacity to govern: A political economy approach"*. Foi a partir do estudo de caso da cidade de Atlanta que Stone identificou modelos de coalizão presentes em diversos setores da sociedade (agentes públicos e privados) que regiam o ordenamento político local.

Ao longo da revisão bibliográfica acerca do conceito de Regimes Urbanos (STONE, 1989; KILBURN, 2004; DA SILVA; CLEMENTINO; ALMEIDA, 2017; FRANCA, 2019), é possível defini-lo como sendo arranjos informais de órgãos públicos com os interesses privados nos quais definem e modulam as decisões governamentais. O embate de forças entre líderes civis (públicos e privados) resulta na formação de tais coalizões, que acabam por produzir as políticas públicas urbanas.

Pela interpretação de França (2019, p. 27), diferentemente dos elitistas e pluralistas, que se preocupavam em responder à pergunta "quem governa?", na TRU a preocupação está em elucidar "com qual objetivo?" se governa. O foco de pesquisa não se limita em identificar aqueles que detêm o poder, mas sim, concentrando-se nas interações sociais e que definem e produzem a agenda urbana.

Os governos locais, segundo Stone, não têm capacidade de governar sem a formação de coalizões, especialmente quando se trata de um governo fraco (em termos de alianças eleitorais), sendo necessário observar os demais atores sociais e como esses interagem com o Estado. Por mais que Stone pertença originalmente às ciências políticas,

ao estudar as cidades fica clara sua preocupação em contemplar outros agentes sociais que, de acordo com seu entendimento, competem na produção do espaço urbano. Conforme define França:

> Torna-se importante, na visão de Stone, sair da esfera das coalizões eleitorais e analisar a coalizão governamental. O que está em jogo para Stone é a capacidade de um governo construir sua capacidade de governar, principalmente se o governo for fraco, com poucos recursos para implementar a agenda, e dependente de recursos privados. (FRANÇA, 2019, p. 27).

A formulação dos arranjos, dessa forma, não significa necessariamente na existência de um grupo coeso com pensamentos e objetivos similares. Muito pelo contrário, sua composição é heterogênea e carrega os interesses particulares de cada parte. É justamente em decorrência da falta de capacidade política por parte do governo que a única solução para executar sua agenda está no estabelecimento de coalizões, cuja interação é sempre conflituosa e tensa.

O perfil competitivo presente dentro dos arranjos é definido por Stone como:

> As a mixture of governmental and non-governmental actors, the governing coalition in a regime is not a single-minded group. Tensions run through any coalition, even if members have loyalty to the partnership and give it special regard as a means for accomplishing important policy tasks (STONE, 2002, p. 7.).

Já está claro que na TRU o governo local necessita estabelecer arranjos (coalizões) em busca de apoio, de um ou mais grupos, com o propósito de alcançar seus objetivos políticos e conseguir governar. Contudo, a característica presente em cada coalizão será determinada de acordo com a necessidade das tarefas a serem conquistadas pelos governantes. Fazendo com que a construção de tais arranjos e a escolha das parcerias estabelecidas estejam alinhadas com a agenda de interesses por parte dos participantes.

Considerando as diversas configurações de coalizões possíveis, Stone classificou como sendo quatro as principais tipologias de regimes:

a) regimes de manutenção;

b) regimes de desenvolvimento;

c) regimes de classe média progressistas e

d) regimes de classes baixas.

Os regimes de manutenção são encontrados em governos que não possuem aspirações desenvolvimentistas ou de crescimento acelerado. Eles se contentam com uma administração burocrática, pautando suas equipes na resolução de problemas administrativos e de zeladoria da cidade. Os arranjos são formados para facilitar a realização das tarefas cotidianas e comuns às gestões locais, sem a necessidade ou aspiração de atingir metas de crescimento aceleradas.

Em cenário oposto, os regimes de desenvolvimento são formados por governos que promovem mudanças no solo visando alcançar um cenário de crescimento econômico expressivo. As coalizões estabelecidas procuram contribuir para esse objetivo. Conforme coloca França:

> O regime de desenvolvimento resulta dos esforços do governo para estabelecer parcerias sociais e econômicas, e tenta buscar investimentos privados para as ações públicas. No regime o governo considera que para os investidores privados empreguem seus recursos, terão que acreditar que haverá uma mudança positiva e factível, por isso, são demandadas uma série de mudanças de ação pública para assegurar a viabilidade do regime (FRANÇA, 2019, p. 35.).

Nesse caso, o governo identifica na iniciativa privada uma oportunidade de aproximação com o intuito de atrair investimentos e colocar sua agenda política em curso. É com o estabelecimento de parcerias e relações ganha-ganha que os governantes promovem arranjos, formais ou informais, envolvendo diversos setores econômicos. Para isso, faz-se necessária a construção de "pontes" com os demais atores, podendo resultar em alteração de leis, criação de organizações públicas de fomento aos negócios ou mesmo até em incentivos fiscais.

Transpondo a TRU ao contexto brasileiro, podemos identificar a formação de coalizões de desenvolvimento na gestão da prefeitura de Doria e Covas (2017-2020). Como veremos em detalhes no Capítulo 2, uma série de medidas foram direcionadas à iniciativa privada como forma de incentivar sua aproximação e contar com sua participação na implementação de políticas públicas. A concepção de uma secretaria específica para a relação com o mercado é um desses exemplos, bem como a criação de pacotes de concessão envolvendo territórios públicos locais.

Segundo a TRU, é comum o governo se utilizar de formas criativas (até então inovadoras) com o objetivo de aumentar sua capacidade de recursos políticos e, assim, conquistar seus objetivos (STONE, 2001, p. 13). Tais artifícios ficarão evidentes ao nos

depararmos, nas próximas páginas, com os arranjos institucionais lançados pelo governo Doria e Covas.

Capítulo 2 – Políticas de desestatização de espaços públicos das prefeituras Doria e Covas

Conforme verificado no campo teórico, a cidade tem sido palco de variadas interações entre os atores público e privado que resultam na produção de políticas urbanas. Tais relações são legitimadas pela existência de um conjunto de leis que compreendem o tema das parcerias público-privadas e acabam por regular seu funcionamento prático. É fundamental entender de que forma a legislação foi sendo desenvolvida – primeiro no âmbito federal e posteriormente a nível local –, além de compreender sua aplicação empírica na cidade de São Paulo, durante a gestão de João Doria e Bruno Covas (2017-2020). Como dito, pode-se afirmar que tais leis, nesse caso, fazem parte do resultado das coalizões presentes na discussão teórica sobre regimes urbanos.

Por mais que a legislação seja de responsabilidade irrestrita do poder público, sua criação se dá pelo embate de forças entre os diversos atores sociais e atuantes no espaço urbano. Ao mesmo tempo, veremos de que maneira as leis não apenas legitimam, mas também convidam o setor privado a atuar na produção das políticas públicas na cidade de São Paulo.

PPPs e a Lei n. 11.709/04

A referência inaugural na legislação brasileira ao termo "parceria público-privada" se dá com a sanção da Lei n. 11.709/04[4], durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em dezembro de 2004. Conhecida como "Lei das PPPs" e apresentada pelo próprio Poder Executivo, a legislação tem como objetivo principal regular os processos de concessão, contratação de serviços e obras públicas que contam com a atuação da iniciativa privada. Até então, a única forma de inserir empresas privadas na oferta de serviços públicos era por meio de concessões. Após a criação da Lei das PPPs, duas novas modalidades de parcerias foram inauguradas: as concessões patrocinadas e concessões administrativas.

[4] BRASIL. Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-11079-30-dezembro-2004-535279-publicacaooriginal-22998-pl.html. Acesso em 04/05/2020.

A principal diferença entre concessões comuns e as PPPs (sob as modalidades patrocinadas e administrativas) está em seu formato de remuneração. Enquanto no modelo de concessões, definido pela Lei n. 8.987/95[5], a única fonte de receita para as empresas está na cobrança de tarifas do usuário final, com as PPPs novas possibilidades de ganho são apresentadas.

Nas concessões patrocinadas, por exemplo, além do pagamento realizado pelos usuários do serviço, o poder público complementa a receita com uma verba acordada de maneira prévia e contratual. Tal modelo foi aplicado em novembro de 2006, na concessão da linha 4 – Amarela do Metrô, a primeira PPP do país e que envolveu o governo do Estado de São Paulo e as empresas CCR S.A e Mitsui & Co.

Ao analisar o contrato do acordo, encontra-se a contraprestação pecuniária (valor a ser pago) pelo órgão público no valor de vinte e quatro parcelas mensais no valor de R$1.562.500,00, além da receita integral das tarifas por passageiro transportado, evidenciando-se, assim, seu caráter patrocinado, uma vez que a receita é oriunda tanto da tarifa como do parceiro público.

O modelo de concessão patrocinado tem sido o mais recorrente, dentre as PPPs, na realização de grandes obras de rodovias e infraestrutura em todo território nacional, como, por exemplo, a primeira PPP de infraestrutura rodoviária do país, acordo firmado em 2007, e que abrange a recuperação e exploração da rodovia MG-050 até 2032.

Já na alternativa da concessão administrativa, o serviço prestado pela empresa privada é destinado ao próprio Estado e, por isso, não há como aplicar tarifas aos usuários finais. Dessa forma, resta como única possibilidade a transferência de valores do Estado como maneira de remunerar a empresa pelos serviços prestados. Exemplos de tais modelos de PPP podem ser encontrados nas administrações de presídios realizadas por companhias privadas (como já ocorre no Amazonas) ou até mesmo em outros setores sociais.

Em 2010, foi firmada a primeira PPP do país no campo da saúde, com a gestão do Hospital de Subúrbio na Bahia. A administração predial, bem como todos os serviços

[5] BRASIL. Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm. Acesso em: 04/05/2020.

médicos, ficou a cargo da empresa Prodal Saúde S.A, com contrato inicial de dez anos (ALMEIDA, 2017, p. 11.).

Como pode-se observar tanto nos exemplos previamente expostos, como também no texto da legislação, a Lei n. 11.709/04 abrangem os três níveis de governo (federal, estadual e municipal), conforme segue:

> Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no **âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios**. (Câmara dos Deputados, 2004, grifo nosso.).

Ao continuar a análise do restante dos parágrafos da legislação, nota-se uma preocupação na definição do perfil de empresas que a lei pretende atrair. De acordo com o artigo 2º, o investimento mínimo para cada PPP está em R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)[6]. Ainda no mesmo parágrafo, a definição sobre o período de duração para cada prestação de serviço é de no mínimo cinco anos com limite de trinta e cinco anos. E, por último, a cláusula que restringe o objeto da parceria apenas no fornecimento de mão de obra, instalação de equipamentos ou execução de obra público.

Essas três prerrogativas mínimas: investimento a partir de R$ 20.000.000.00; duração superior a cinco anos; e obrigatoriedade na participação em múltiplos serviços − fazem com que a legislação em si já determine o padrão esperado tanto do tipo de políticas públicas, como do perfil de empresas participantes, deixando praticamente de fora do processo licitatório as pequenas e médias empresas, devido ao alto valor de investimento inicial e provisionamento de fluxo de caixa.

A criação da lei, dessa forma, contribui para atrair o setor privado, deixando sua posição anterior de um esporádico prestador de serviços e mão de obra especializada, para se tornar um importante parceiro de negócios. A Lei das PPPs nada mais é do que um "convite VIP" destinado às empresas com elevado capital privado a participar não apenas na execução, mas também na elaboração de estratégias de negócios que viabilizem uma parceria lucrativa para ambas as partes, fazendo com que tanto os editais como a formulação de políticas públicas considerem esse ator com esse novo papel em nível de atuação.

---

[6] De acordo com a Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007, o valor de investimento mínimo ficou em R$10 milhões.

Em seu discurso de assinatura da Lei das PPPs, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reforça a importância da iniciativa privada como sendo um parceiro crucial na produção das políticas públicas nacionais: "Se o Estado não pode, vamos fazer parceria para a iniciativa privada fazer. Do ponto de vista do povo, ele não quer saber se foi o dinheiro do Estado ou dinheiro privado; quer saber se está vendo o filho dele brincar numa rua sem esgoto a céu aberto, ou com esgoto tratado, água encanada, potável, de boa qualidade"[7].

Tal narrativa corrobora com a característica conciliadora do governo desenvolvimentista de Lula que, principalmente após a implementação do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) em janeiro de 2007, buscou aliar crescimento econômico com iniciativas de redução de desigualdades sociais. Segundo a definição de Jardim e Silva (2016), o PAC buscou utilizar-se de parcerias público-privadas visando ao planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura, sobretudo nos campos urbanos, de energia e logística, com intuito de contribuir para o desenvolvimento sustentável e acelerado da economia.

A conciliação de classes, como forma política de governar das gestões petistas, foi analisada em outro trabalho sob diferentes aspectos. Depieri (2016), diferentemente de Jardim e Silva (2016), não vê como a principal ação conciliatória o crescimento econômico e a diminuição das desigualdades, mas sim, chama atenção para as diferentes políticas e medidas adotadas naquele período: algumas miravam as demandas de setores menos favorecidos da sociedade e outras visavam a beneficiar as diferentes frações das classes dominantes. Essa conciliação foi construída por meio da formação representativa diversa dos governos Lula e Dilma, em que banqueiros, empresários do ramo industrial e donos de terra, de um lado, e sindicalistas e representantes de movimentos sociais, de outro, compunham pastas diretivas e/ou ministeriais.

Ainda, Depieri (2016), para explicar a conciliação de classes, destaca a continuidade dos governos petistas na implementação das políticas neoliberais dos governos de Fernando Henrique Cardoso, relembrando que no governo Lula foram seguidas as medidas preconizadas na “Carta ao Povo Brasileiro”:

---

[7] SOLIANI, André; SCOLESE, Eduardo. Folha de S.Paulo. Lula sanciona lei das PPPs, mas obras só virão em 2006. Caderno Mercado, 31/12/2004. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3112200411.htm. Acesso em: 17/09/2019.

> A notificação apontava para políticas econômicas que cumpririam as metas econômicas do tripé macroeconômico – meta de inflação, superávit primário e câmbio flutuante - e a garantia de pagamento dos juros e amortizações da dívida que seriam feitos à risca. Devemos lembrar que tais "promessas" foram cumpridas em sua íntegra na vigência dos governos Lula. Prova disso, corresponde à disciplina na geração de superávits primários, cuja média foi de 3,6% do PIB nos dois governos de Lula (2003-2010). Resultados alcançados por uma política monetária e fiscal restritiva, com o intuito de sinalizar ao "mercado" o cumprimento do tripé econômico neoliberal (DEPIERI, 2016, p. 72).

Por outro lado, tais políticas econômicas atacaram as mazelas sociais do Brasil, como a pobreza e a fome, por meio "de programas sociais de transferência de renda, que não tinham grande impacto financeiro nas contas governamentais, mas que se mostraram eficientes por sua organização e criatividade e, de fato, alteraram a realidade da vida de milhões de brasileiros" (DEPIERI, 2016, p. 76).

Aumentaram também, significativamente, o poder de compra das chamadas classes médias no país com a valorização do salário mínimo, que foi reajustado acima dos índices de inflação: "Quando aumenta-se o SM [salário mínimo – C.R], é reajustado também o seguro-desemprego e as aposentadorias. Essa política promove um alargamento do mercado consumidor e a movimentação da economia como um todo" (DEPIERI, 2016, p. 82).

Pode-se observar nos governos petistas (2003-2016) uma complexa relação em que existe um fortalecimento do braço direito do governo, no que tange os setores dominantes da sociedade, ao mesmo tempo em que se fortalece o braço esquerdo, com o implemento de programas e medidas sociais. Importante observar que boa parte dos programas realizados pelo braço esquerdo se deu por meio do estabelecimento de parcerias entre o setor público e o setor privado, algumas com financiamento do BNDES (JARDIM; SILVA, 2016).

Um claro exemplo de política em que as participações do público e do privado estiveram presentes é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), lançado em 2009 no segundo governo Lula. Para Depieri (2016), o programa habitacional é a manifestação da política de conciliação de classes em uma única política, na medida em que os grandes grupos do setor da construção civil tiveram participação desde a elaboração do plano até a execução, formando cenário favorável para seus ganhos e rentabilidade. Por outro lado, a oferta de habitações para a população de baixa renda foi a marca do Programa nas

gestões petistas. O PMCMV é a política habitacional que mais ofertou moradia para baixa renda na história do país. Essa oferta só foi possível graças ao subsídio, que cobre quase o valor total do imóvel para os beneficiários da Faixa 1[8] do Programa (DEPIERI, 2016).

Portanto, é a partir desse contexto conciliatório e as ações entre governo e empresas privadas, que as PPPs surgem e ganham espaço para se desenvolverem. As diversas experiências práticas observadas em plano nacional, e com a instauração de uma legislação específica com a Lei das PPPs, se manifestaram como condições essenciais, utilizadas pela gestão de João Doria e Bruno Covas (2017 a 2020) na Prefeitura de São Paulo (PMSP), para instaurar uma política de desestatização e de PPP, conforme veremos a seguir.

São Paulo: palco de negócios

Mas antes de apontar as variadas soluções envolvendo concessões e privatizações dos espaços públicos pela PMSP, vale discorrer sucintamente sobre a trajetória de João Doria até a prefeitura de São Paulo, sobretudo em relação a sua proximidade com diversos setores da elite econômica local. Como veremos, tal inter-relação entre os tomadores de decisão nos dois campos (político e econômico) pode ser observada na formulação da Teoria Elitista de Mills (1981), em que seletos grupos poderosos chegam ao poder e trocam vantagens com benefícios recíprocos. Fenômeno esse que acaba por influenciar diretamente no perfil de políticas públicas aplicadas, nesse caso, à produção do espaço urbano.

Filho do político e ex-deputado federal João Doria, João Doria Junior se formou em jornalismo e publicidade na Fundação Armando Álvares Penteado (Faap), com então 21 anos. Ainda jovem, exerceu cargos de destaque no ramo do turismo, sendo Secretário de Turismo, presidente da Paulistur e, posteriormente, presidente da Embratur – entre os anos de 1983 e 1986[9]. Em 1992, começou a dedicar-se ao mundo empresarial, com a fundação do Grupo Doria, uma *holding* de comunicação e *marketing* composta por sete empresas: a Doria Eventos, Doria Editora, LIDE - Grupo de Líderes Empresariais,

[8] No início do Programa, a Faixa 1 abarcava famílias que ganhavam até três salários mínimos. Com o tempo, os tetos para se encaixar na Faixa 1 foram diminuindo, adequando-se ao desenvolvimento da realidade socioeconômica do país.
[9] FRAZÃO, Dilva. João Doria Júnior, empresário brasileiro. Disponível em: https://www.ebiografia.com/joao_doria_junior/. Acesso em 20/05/2020.

Programa de *TV Show Business*, Face a Face, TV Lide e Campos do Jordão *Convention Center*.

Entre as empresas do grupo, aquela que alcançou maior projeção (nacional e internacional), colocando João Doria em posição de destaque dentro do contexto empresarial. foi a LIDE. Voltada principalmente à promoção de eventos coorporativos, em seu *website* a empresa se autodefine como:

> O LIDE - Grupo de Líderes Empresariais é uma organização que reúne executivos dos mais variados setores de atuação em busca de fortalecer a livre iniciativa do desenvolvimento econômico e social, assim como a defesa dos princípios éticos de governança corporativa nas esferas pública e privada[10].

Dessa forma, a empresa, fundada em 2003 e que conta com 33 unidades nacionais e internacionais, funciona como uma rede de empresários dos mais diversos campos de atuação, que se reúnem para trocar experiências e explorar novas possiblidades de negócios, servindo como uma espécie de consultoria entre a iniciativa privada e órgãos públicos.

Foi no cargo de presidente do LIDE, em 2016, que João Doria disputou e venceu as eleições municipais de São Paulo. Mesmo sendo considerado pela grande mídia um *outsider* político, uma vez que nunca havia se candidatado a cargos elegíveis, como vimos, João Doria iniciou sua carreira em cargos públicos, com atuação marcante no setor de turismo, e foi através de sua rede de contatos e relações profissionais que pode se firmar como um empresário de sucesso.

Dessa forma, a retórica utilizada em sua campanha, de Doria ser um indivíduo proveniente da iniciativa privada (por meio do *slogan* "João Trabalhador"), procurando se afastar dos políticos pretensamente carregados de escândalos de corrupção, foi considerada por muitos uma jogada habilidosa. Assim, o famoso *jingle* marqueteiro da campanha eleitoral oculta um extenso histórico de atuação na política, bem como seu cargo como presidente do LIDE, que tem como objetivo justamente promover a ponte entre empresários e políticos.

Foi carregando essa experiência profissional focada na colaboração entre as esferas pública e privada que João Doria assume a gestão da cidade de São Paulo e cria

[10] LIDE – Grupo de líderes empresariais. Disponível em: https://www.lideglobal.com/. Acesso em: 25/05/2020.

uma série de mecanismos, como veremos a seguir, responsáveis por atrair o investimento privado e que acabam por influenciar na produção do espaço urbano.

Em janeiro de 2017, ainda no primeiro mês de mandado, João Doria inaugura a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias. Como a própria nomenclatura já adianta, o órgão tem como principal objetivo fomentar negócios com base em uma diminuição da presença do Estado (por meio de ações desestatizantes) e a consequente atração de investimentos privados através de parcerias. Fica sob responsabilidade da pasta a escolha e administração dos processos relativos à implementação das variadas PPPs, presentes no plano de metas da prefeitura.

Para propiciar um ambiente ainda mais favorável aos negócios, a Secretaria de Desestatização e Parcerias passou a contar, em maio de 2017, com a atuação da SP Negócios. Criada pela Lei n. 179/17[11], projeto do Poder Executivo, a SP Negócios se trata de uma organização de capital misto que tem como objeto de atuação, conforme listado no artigo 3º:

> I – Identificar e articular oportunidades de investimentos nos setores econômicos definidos como estratégicos pelo Poder Executivo;
>
> II - Articular-se com entes públicos e privados, nacionais ou estrangeiros, para a promoção de oportunidades de negócios no Município de São Paulo e de exportações de produtos e serviços das empresas do Município;
>
> III - Potencializar a imagem da Cidade de São Paulo, no Brasil e no Exterior, como polo de realização de negócios;
>
> IV - Articular parcerias institucionais, públicas e privadas, para estimular investimentos no Município de São Paulo, inclusive atuação em rede;
>
> V - Atrair novos investimentos, nacionais ou estrangeiros, bem como promover e estimular a expansão de empresas instaladas no Município de São Paulo; (PMSP, Lei 179/17).

As intenções acima mencionadas demonstram o esforço do Poder Executivo em aproximar o capital privado com a promessa de estimular a prática de PPPs benéficas para ambas as partes. Como estratégia, a SP Negócios passou a transmitir uma imagem "coorporativa" à cidade de São Paulo, atuando com ações de *marketing* e viagens internacionais com intuito de angariar investimentos.

---

[11] SÃO PAULO (Município) Lei n. 16.665 de 23 de maio de 2017. Autoriza o Poder Executivo a instituir serviço social autônomo denominado São Paulo Negócios – SP Negócios. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16665-de-23-de-maio-de-2017. Acesso em: 26/05/2020.

Foram recorrentes as manchetes na mídia ao retratar uma São Paulo à venda: "Doria vende privatizações em São Paulo a investidores em Davos"[12], "João Doria tem viajado o mundo para vender São Paulo como cidade global"[13] ou "Doria afirma que irá ampliar as desestatizações"[14]. Inclusive, com matérias relacionando as atividades exercidas pela SP Negócios àquelas realizadas pela empresa LIDE, de Doria.

Tal relação não se trata de uma coincidência, uma vez que ambos os órgãos (SP Negócios e LIDE) têm como missão aproximar os setores público e privado. Contudo, o surpreendente na reportagem assinada por João Filho para o *The Intercept Brasil*, em setembro de 2017, está em colocar luz a uma afinidade um tanto quanto suspeita: em junho do mesmo ano, o prefeito João Doria nomeou Luiz Fernando Furlan, um dos donos da Sadia, para o comando do Conselho Deliberativo da SP Negócios, ao mesmo tempo em que o executivo já ocupava os cargos de *chairman* da LIDE e presidente da LIDE Internacional[15].

Segundo o jornalista, tal "coincidência" pode significar um conflito de interesses, uma vez que ambas as organizações procuram se relacionar com o mercado e órgãos públicos na intenção de concretizar negócios. Nesse caso, segundo a reportagem, Furlan estaria atuando nas duas faces da mesma moeda, podendo eventualmente se beneficiar do cargo público exercido na SP Negócios, para fins particulares, através da LIDE e seus clientes.

O estranhamento identificado pela mídia e por parte da opinião pública, principalmente por manifestações dos setores da esquerda, evidencia esse caráter inédito de se fazer política na cidade de São Paulo, tendo como principais bandeiras o desenvolvimento de PPPs e a concessão de territórios públicos à iniciativa privada.

---

[12] COELHO, Luciana. Doria vende privatizações em São Paulo a investidores em Davos. Folha de S.Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952667-doria-vende-privatizacoes-em-sao-paulo-a-investidores-em-davos.shtml. Acesso em: 26/05/2020.
[13] ORENSTEIN, José. João Doria tem viajado o mundo para vender São Paulo como cidade global. O que é esse conceito. Nexo Jornal. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/14/Jo%C3%A3o-Doria-tem-viajado-o-mundo-para-vender-S%C3%A3o-Paulo-como-cidade-global.-O-que-%C3%A9-esse-conceito. Acesso em: 26/05/2020.
[14] GUGLIELMINETTI, Rose. Doria afirme que irá ampliar desestatizações. Blog da Rose. Disponível em: https://blogdarose.band.uol.com.br/doria-afirma-que-ira-ampliar-desestatizacoes/. Acesso em: 26/05/2020.
[15] FILHO, João. A promiscuidade entre prefeitura de SP e a empresa da família Doria. Disponível em: https://theintercept.com/2017/09/24/a-promiscuidade-entre-prefeitura-de-sp-e-a-empresa-da-familia-doria/. Acesso em: 27/05/2020.

Com a estrutura institucional previamente descrita, resta analisarmos quais foram as ações desestatizantes de territórios públicos conduzidas pela PMSP.

Em 21 de setembro de 2017, foi aprovado pela Câmara Legislativa de São Paulo o Projeto de Lei n. 367/2017[16], no qual autoriza a abertura de editais de concessões para: 108 parques, 27 terminais de ônibus, dois mercados, gestão do Bilhete Único e do Estádio do Pacaembu – além da privatização do Autódromo de Interlagos[17].

Importante destacar que o projeto original[18] criado pelo Poder Executivo tinha como intenção incluir também o mobiliário urbano, o serviço de compartilhamento de bicicletas, todos os mercados municipais e sacolões da cidade – excluídos do pacote aprovado após oposição de parte dos vereadores.

O que se pode verificar a seguir é que o pacote de concessões definido pela Secretaria de Desestatização e Parcerias não se limitou apenas às obras de infraestrutura e logística – campos usualmente explorados pelas PPPs em âmbito nacional e que exigem maior aporte financeiro – mas envolveu também a negociação de parques, complexos esportivos e opções de lazer, chamando a atenção para o valor simbólico de tal tipo de ação, uma vez que tanto os parques como o Complexo do Pacaembu pertenceram tradicionalmente à gestão pública, sendo considerados patrimônios culturais da cidade.

Conforme observado no Quadro 1, nota-se a variedade de áreas na composição dos territórios que passam a estar à disposição da administração privada.

Áreas	Territórios	Modalidade	Quantidade
Lazer e Cultura	Parques, Praças e Planetário	Concessão	108 parques / 1 planetário / inúmeras praças
Transporte	Terminais de ônibus e Gestão do Bilhete único	Concessão	27 terminais de ônibus e 1 sistema de bilhetes
Comércio	Mercado Municipal e Mercado Kinjo Yamato	Concessão	2 mercados
Zeladoria Urbana	Cemitério, Guinchos e Pátio de Carros	Concessão	22 cemitérios, 1 crematório e 1 sistema de pátios e guincho

[16] SÃO PAULO (município). Câmara Municipal. Substitutivo ao projeto de lei N 367/2017. Disponível em: http://www.camara.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/APROVADO-PL-367-17-com-Parecer-Conjunto-e-Emendas.pdf. Acesso em 28/05/2020.
[17] PORTAL G1. Câmara de São Paulo aprova pacote de concessões de Doria. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/camara-de-sp-aprova-pacote-de-concessoes-de-doria.ghtml. Acesso em 28/05/2020.
[18] SÃO PAULO (município). Câmara Municipal. Projeto de Lei N 367/2017. Disponível em: http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0367-2017.pdf. Acesso em 28/05/2020.

Esporte	Complexo do Pacaembu	Concessão	1 complexo esportivo

Quadro 1: Composição de territórios à disposição da administração privada
Fonte: Autoria própria, com base nos dados da PMSP – Câmara dos Deputados

Importante destacar que, com a sanção da Lei n. 367/17, não há uma transferência automática do poder público ao privado, uma vez que existe a necessidade de atrair as empresas interessadas e iniciar o processo de negociação caso a caso. É com esse propósito que a administração pública lança um Procedimento de Manifestação de Interesses (PMI), no qual apresenta o projeto de PPP, comunicando seus termos, detalhes e expectativas ao mercado. São nessas reuniões em que se definem as responsabilidades e contrapartidas de cada lado. Havendo, inclusive, constantes alterações nos projetos iniciais para que satisfaçam todas as partes envolvidas.

O primeiro PMI dos parques, conduzido pela Secretaria de Desestatização e Parcerias, teve como objetivo receber manifestações de interesse e sugestão de projetos de investimento para 14 parques públicos. De acordo com João Doria: "O objetivo não é ter resultado financeiro e, sim, operacional. É melhorar a qualidade dos parques da cidade para que atendam adequadamente os frequentadores de forma gratuita e com melhor eficiência em limpeza, manutenção, iluminação, segurança, manejo da fauna e flora **para que sejam exemplarmente administrados. É uma nova etapa na vida da cidade**"[19] (grifo nosso).

O discurso de Doria vai ao encontro da premissa neoliberal de exaltar a eficiência da iniciativa privada no tema da gestão (nesse caso dos parques públicos) ao mesmo tempo em que enfatiza a nova fase em que a cidade está por entrar.

Conforme verificado no Capítulo 1 sobre os Regimes Urbanos, a tentativa do prefeito sugere o estabelecimento de coalizões – nesse caso com um peso substancial ao setor privado – com o objetivo de se tornar, na definição de Stone (1998), um regime de desenvolvimento.

Essa nova forma de se fazer política, contudo, não passa ilesa de manifestações contrárias por parte de outros atores sociais, como veremos em detalhes no Capítulo 3 (ao

[19] SÃO PAULO (Município). Prefeitura de SP inicia processo para concessão de parques municipais. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-inicia-processo-para-concessao-de-parques-municipais. Acesso em: 28/05/2020.

analisar o caso do projeto de criação do Novo Parque do Campo de Marte) e como veremos agora, com a resistência ante a concessão do Parque do Ibirapuera.

Parques Municipais: territórios públicos ou privados?

Uma vez que os parques fazem parte da primeira iniciativa de concessão da PMSP, para fins de contextualização, faz-se necessário realizar breves apontamentos sobre os parques públicos situados na cidade de São Paulo. É importante ressaltar que, historicamente, a criação e a gestão dos parques estão relacionadas ao desenvolvimento urbano da cidade, tendo uma maior prevalência em zonas tradicionalmente frequentadas pela classe média paulistana.

O primeiro parque urbano de São Paulo, o Parque Trianon, data de 1892, e foi desenvolvido pelo paisagista Paul Vilon, na Avenida Paulista. Utilizando-se de uma área remanescente da Mata Atlântica, o local foi projetado com intuito de compor a paisagem de casarões que colocavam a região como uma das áreas mais nobres da cidade. A elite econômica representada pelos barões do café, e consequentemente compartilhada com a então ascendente elite industrial, fazia da Av. Paulista o símbolo da modernidade e prosperidade da capital paulista no final do século 19. Foi nesse contexto que os primeiros parques urbanos da cidade tiveram como localização as áreas centrais.

Fazem parte dessa realidade a criação dos parques da Aclimação, Água Branca, Buenos Aires, Ibirapuera e Jardim da Luz. Todos eles situados em regiões economicamente desenvolvidas, surgiram principalmente no início do século passado e procuraram servir como uma espécie de “oásis” para as famílias abastadas usufruírem de seu tempo de lazer. Ao mesmo tempo, ao longo do século 20, a cidade de São Paulo, assim como carecia de políticas públicas de qualidade para as porções periféricas da metrópole, também faltava em oferecer opções de ócio e entretenimento para a camada mais pobre da população, essa situada afastada do centro econômico da cidade.

Conforme podemos observar abaixo no Quadro 2, em 2005, São Paulo contava apenas com 34 parques municipais, sendo a maioria deles situados nas Zonas Centro-Oeste e Sul. Foi entre 2005 e 2014 que a prefeitura expandiu a criação dos parques para as quatro regiões da cidade, alçando a quantidade de 103 parques públicos.

Macrorregião	Existentes em 2005	Situação Hoje	Previsto Dez/2012
Leste	7 parques	28 parques	35 parques
Norte	7 parques	15 parques	15 parques
Centro-Oeste	10 parques	20 parques	22 parques
Sul	10 parques	27 parques	28 parques
Total	**34 parques**	**90 parques**	**100 parques**

Quadro 2 – Distribuição dos parques municipais
Fonte: PMSP – Secretaria do Meio Ambiente, 2014.

A expansão dos parques para as Zonas Norte e Leste foi acompanhada de uma mudança no perfil dos territórios, em seu aspecto físico. Diferente dos primeiros parques criados nas primeiras décadas dos anos de 1900, em que suas áreas de dimensão era limitadas, uma vez que os mesmos se encontravam em regiões densamente povoadas e com alto fluxo de comércio e serviços, nos territórios presentes nos bairros periféricos, a extensão dos terrenos dos parques era consideravelmente mais alta.

Não à toa, hoje os maiores parques urbanos da cidade de São Paulo estão na Zona Norte, representados pelo Parque Anhanguera (com 9.500.000 m² de área) e Zona Leste, com o Parque do Carmo (totalizando 2.300.000 m²). Mesmo que os dois "gigantes" tenham sido entregues por volta da metade do século 20, exemplos como o Parque Jardim da Conquista (598.000 m², inaugurado em 2013 no bairro de São Matheus) e o Parque Vila da Cohab (com 613.200 m², situado na Cidade Tiradentes, entregue em 2004) exemplificam a tendência atual em oferecer terrenos de grandes magnitudes localizados em zonas mais afastadas do centro econômico e financeiro da cidade.

O contexto de criação do novo Parque do Campo de Marte está dentro desse movimento de oferecer novas opções de lazer para uma população que historicamente careceu de políticas públicas com esse propósito. Contudo, o terreno em questão, localizado às margens do Rio Tietê e anexo ao Aeroporto do Campo de Marte, é praticamente vizinho do há pouco inaugurado Parque da Juventude, o qual desfruta de uma área de 240.000 m² e teve suas obras concluídas em 2007. A distância entre o complexo de campos do Campo de Marte e o Parque da Juventude é de apenas 3,7 km.

Dada a breve contextualização da disposição dos parques na cidade, resta agora analisarmos o novo componente que passa a interferir na gestão dos mesmos: as políticas de desestatização implementadas pela gestão João Doria e Bruno Covas, instrumentalizadas pelo pacote de concessões – conforme mencionado anteriormente – à iniciativa privada.

Com a resolução da Lei n. 367/17 estava autorizada a abertura do edital, por parte da PMSP, de todos os parques municipais existentes em 2017 no município, totalizando 108 territórios. A aprovação da referida lei, contudo, não obriga a prefeitura a colocar de imediato os parques ao processo de concessão, ficando a cargo do próprio Poder Executivo avaliar aqueles que irão participar do processo licitatório.

Inicialmente, foram selecionados pela prefeitura 14 parques para compor o edital de concessão. Ao longo de uma série de negociações, inclusive com a realização de consultas públicas, por meio de mecanismos de PMI envolvendo a PMSP e as empresas interessadas, o edital ficou limitado à concessão de seis parques, sendo eles: Ibirapuera (Zona Sul), Lajeado (Zona Leste), Jacintho Alberto (Zona Norte), Tenente Faria Lima (Zona Norte), Jardim Felicidade (Zona Oeste) e Eucaliptos (Zona Oeste).

Entre todos os parques envolvidos, o Parque do Ibirapuera foi aquele que apresentou as discussões mais acaloradas, principalmente devido aos temas ambientais e socioeconômicos, sendo objeto de contestação tanto da classe política como da comunidade civil organizada.

Em manifestações publicadas por meio de seu *website* e redes sociais, o Parque Ibirapuera Conservação (PIC), organização civil sem fins lucrativos, coloca a público nove artigos de opinião referentes ao processo de concessão do Parque. Suas principais reivindicações estão no caráter monetário da PPP – a qual possibilita a exploração comercial do território, incluindo a promoção de eventos e ações publicitárias – bem como a falta de diálogo com a sociedade civil e a preservação do meio ambiente. De acordo com publicação feita em março de 2019:

> O que se vê no edital de concessão (...) é que o bem estar do usuário, os seus direitos aos serviços socioambientais prestados pelas áreas verdes nunca ocupam o primeiro plano do documento. O usuário torna-se simplesmente um objeto de transações econômicas. O protagonista do

> documento não é o bem estar do frequentador ou os seus direitos de cidadão: é o seu bolso (MAGALHÃES, 2019)[20].

O aspecto mercadológico presente no edital de concessão do Parque do Ibirapuera foi também alvo de questionamentos realizados pelo vereador Gilberto Natalini (PV). De acordo com Natalini, não está claro como a iniciativa privada – representada pela empresa Construcap – faria com que a receita anual do parque passasse dos atuais R$2 milhões para os R$178,6 milhões presentes no edital. Não está demonstrado, segundo sua interpretação, de que forma, por exemplo, o Pavilhão de Culturas Brasileiras conseguiria atrair 5 mil pessoas por dia, a fim de viabilizar um faturamento de R$71 milhões ao ano. Ou então: como a Construcap pretenderia arrecadar R$30 milhões por ano com recreação ambiental nas proximidades da pista de *cooper*. Questiona o vereador: "Seriam chuveiros ou bares? Impossível precisar"[21].

A referida falta de detalhamento resultou na suspensão do processo de concessão por meio de uma ação conjunta conduzida pelo Ministério Público (MP) e o vereador Gilberto Natalini, fazendo com que a PMSP determinasse a criação um Plano Diretor específico ao Parque do Ibirapuera, como forma de preservar seu aspecto socioambiental e caráter original de território público. Apenas após a construção desse mecanismo de controle, a PPP teve seu processo liberado e seu contrato finalmente assinado em 20 de dezembro de 2019. Em seu discurso de assinatura, o prefeito Bruno Covas comemora: "Iniciamos o processo de licitação em 2017 e hoje comemoramos a primeira concessão de parques do país. Somente com o Ibirapuera e os outros cinco locais temos quase R$1,7 bilhão, o que é um grande benefício para a cidade. Com ela será prestado um serviço de melhor qualidade nos parques"[22].

A narrativa apresentada por Covas no final de 2019 continua a mesma daquela defendida por Doria em 2017, quando foi apresentado esse novo modelo de gestão pública

---

[20] MAGALHÃES, Roberto Carvalho de. Os Conflitos de Interesse do Edital de Concessão do Parque Ibirapuera. Disponível em: https://parqueibirapuera.org/os-conflitos-de-interesse-do-edital-de-concessao-do-parque-ibirapuera/. Acesso em 30/05/2020.

[21] PINHONI, Mariana. Vereador emite parecer contrario a plano diretor do Parque do Ibirapuera e aponta indício de fraude em consulta pública. Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/03/vereador-emite-parecer-contrario-a-plano-diretor-do-parque-ibirapuera-e-aponta-indicio-de-fraude-em-consulta-publica.ghtml. Acesso em 31/05/2020.

[22] SÃO PAULO (Município). Secretaria Especial de Comunicação. Prefeitura e vencedor da licitação do Ibirapuera assinam contrato. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-e-vencedor-da-licitacao-do-ibirapuera-assinam-contrato. Acesso em 31/05/2020.

para a cidade de São Paulo: a defesa de que a iniciativa privada disponha de maiores condições técnicas, inclusive para a gestão de territórios públicos e culturais.

A Teoria da Máquina de Crescimento Urbano (MOLOTCH, 1976) aponta justamente para o papel dos governantes na influência da tensão constante entre valores de uso e valores de troca presente na cidade. As instituições governamentais deixam de ser meros agentes públicos e passam a atuar em ações pró-crescimento, nas quais as desigualdades socioespaciais são constantemente ignoradas. Por meio de formação de coalizões, envolvendo diversos atores sociais, as cidades passam a ser uma grande plataforma de negócios. Nelas, conforme aponta França (2019, p. 20), as elites locais ocupam uma posição de destaque, sendo em última instância, responsáveis pela renovação do espaço urbano.

O projeto de criação do novo Parque do Campo de Marte por meio de uma PPP serve como reflexão nesse sentido. De que forma um espaço situado nas margens do Rio Tietê, e historicamente ocupado por equipes de futebol amador, passa a ser alvo de disputas entre os poderes (federal e municipal), além de entrar no planejamento da criação de um parque público administrado pela iniciativa privada. A intenção do capítulo a seguir é justamente analisar desde o processo de ocupação do território em questão, até detalhamento do projeto de criação do parque – e suas possíveis consequências nos campos prático e simbólico.

Capítulo 3 – Espaço em Disputa: Projeto do Novo Marte Campo de Marte

Introdução: o futebol e a várzea paulista

Para fins de contextualização do objeto de análise deste capítulo fez-se necessário realizar breves apontamentos sobre o desenvolvimento da prática esportiva do futebol. É importante ressaltar que, no Brasil, a prática do esporte está relacionada ao desenvolvimento industrial do país, iniciado ainda no século 19, desdobrado da acumulação de capital de setores ligados à atividade cafeeira.

O avanço das plantações cafeeiras em direção ao oeste paulista, onde as terras eram mais férteis para o plantio do produto, deixou a colheita mais distante do local de escoamento, no caso, o Porto de Santos. Com o avanço da Segunda Revolução Industrial e a exportação das linhas férreas da Inglaterra para o mundo, chegaram ao Brasil as empresas ferroviárias inglesas. Dessa forma, o escoamento do produto pôde ser realizado de maneira mais rápida, servindo de instrumento também às necessidades da acumulação de capital das atividades ligadas ao café.

Uma dessas empresas era a São Paulo Railway Company. Um de seus funcionários era Charles Miller, esportista brasileiro filho de pai escocês, que na infância foi para Inglaterra estudar e praticar esportes e que teve papel incontestável na organização do futebol no Brasil. De acordo com matéria publicada no site da Biblioteca Nacional (2020)[23], a primeira partida de futebol no país ocorreu em 14 de abril de 1895 na cidade de São Paulo, na Várzea do Carmo, no Brás, entre times de funcionários de duas empresas, a São Paulo Gaz Company e a São Paulo Railway Company.

Desde fins do século 19 o esporte se desenvolveu por meio de seus campeonatos e ligas esportivas, e somente na década de 1930 o futebol se profissionalizou, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas. A partir desse período, o futebol profissional não parou de crescer e a atividade que antes era só uma prática esportiva se tornou também

[23] BRASIL. Biblioteca Nacional. Há 125 anos, foi jogada a primeira partida de futebol no Brasil. Disponível em: https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/ha-125-anos-foi-jogada-primeira-partida-futebol-brasil. Acesso em: 05/06/2020.

espaço para negócios e rentabilidade. É nesse período também que o futebol se populariza e começa a ganhar as massas.

Entre 1930 e 1980 a economia brasileira foi uma das que mais cresceu em todo mundo. Esse resultado deve-se ao intenso processo de industrialização. A instalação de indústrias foi concentrada nas capitais da Região Sudeste do país, tendo São Paulo como palco principal desse processo. As migrações de regiões menos desenvolvidas do país, como a Nordeste, para as capitais do Sudeste serviram para atender aos objetivos da acumulação de capital centralizada no setor industrial.

O processo migratório se intensificou nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, muitos moradores da capital paulista adequaram suas moradias de qualquer forma, como diz Véras: "Na ausência de oferta de habitações salubres a preços adequados à demanda, é que surgem soluções precárias como as favelas, os loteamentos clandestinos e suas casas autoconstruídas na periferia" (VÉRAS, 2003, p. 85).

Durante todo esse período o futebol amador cresceu na cidade de São Paulo. Além das inúmeras fábricas, que possuíam times de futebol, a prática esportiva encontrava espaço nos bairros periféricos da cidade.

Na atualidade, a cidade é uma das maiores áreas urbanas do mundo. A população estimada pelo IBGE[24] para o ano de 2019 era de 12.252.023 pessoas em uma área, de acordo com a Prefeitura de São Paulo[25], de aproximadamente 1,5 mil km². Com essas dimensões, a megalópole paulista abarca manifestações de todos tipos, sendo as relativas a pobreza e desigualdades bastante evidentes, como aponta Véras:

> A cidade de São Paulo e sua região metropolitana condensam de forma inconteste, o complexo quadro de exclusão do mercado formal de habitação. Região que atrai migrantes (e imigrantes), com um vasto exército industrial de reserva, onde a acumulação de capital e a especulação imobiliária são vigorosas e onde políticas urbanas não tem favorecido o acesso da maioria dos habitantes sequer aos requisitos mínimos da cidadania, surge aí uma fenomenologia já conhecida: favelas, cortiços, falta de infraestrutura urbana e equipamentos coletivos, periferia, zonas segregadas e assim por diante. Há todas as manifestações de uma contínua luta pelo espaço, pelo direito à cidade,

[24] BRASIL. IBGE. Panorama da cidade de São Paulo. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama. Acesso em: 02/06/2020.
[25] SÃO PAULO (Município). Regiões, Prefeituras Regionais e Distritos Municipais. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/3_regioes_prefeituras_regionais_e_distrito_2017_10895.html. Acesso em: 05/06/2020.

> com a feição de um nomadismo inaceitável no século XXI (VÉRAS, 2003, p. 347.).

A citação acima ilustra o fenômeno da desigualdade da capital paulista no século 21, período no qual a disputa pelo espaço se acirra. Esse acirramento está relacionado com a acumulação principal do capitalismo atual, que deixa de se concentrar na indústria para se acomodar na esfera financeira. E os espaços urbanos funcionam como instrumentos para a especulação imobiliária.

Nesse contexto é que as práticas de lazer realizadas em terrenos ou em qualquer espaço se tornam alvos dos processos de especulação imobiliária. Os campos de futebol de várzea fazem parte desse fenômeno. Muitos deles já desapareceram do território paulistano para dar lugar a empreendimentos imobiliários de diversos tipos: condomínios, *shoppings centers* e complexos financeiros empresariais.

A história fica registrada pelos escassos relatos e dependente de uma memória cada vez mais longínqua dos antigos jogadores. Um deles foi Joseph Astoplhi, que recorda: "Eu posso falar, porque eu sou de antigamente. Na Avenida Sumaré, nós tínhamos o campo do 25 de janeiro e do Domingo Sávio. A avenida Sumaré veio, e os campos se foram. A Marginal Tietê inteirinha era campo, e eles foram desmanchando para dar lugar às avenidas e a prédios"[26].

O relato acima ratifica a presença de incontáveis campos nas margens dos rios da cidade, principalmente às beiras do Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, que surgiram no início do século 20, acompanhando o crescimento industrial da cidade. Como dito, a prática do futebol amador era protagonizada pelos operários e habitantes das periferias da cidade, tornando-se um espaço cada vez mais presente na configuração social local.

De acordo com Jesus (2002), são duas as hipóteses que procuram explicar o protagonismo paulista ante o Rio de Janeiro, então capital federal e detentor do maior centro industrial nacional e de uma estrutura portuária robusta: a primeira é que o Rio de Janeiro já possuía um esporte de alguma popularidade, o remo, sendo esse destronado pelo futebol por volta apenas de 1910.

---

[26] Portal G1. SP: celeiro de craques, campos de várzea estão sumindo da cidade. Disponível em: http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/10/sp-celeiros-de-craques-campos-de-varzea-estao-sumindo-na-cidade.html. Acesso em: 06/06/2020.

A segunda hipótese que coloca São Paulo no centro do desenvolvimento do futebol no país está em sua modernidade. Enquanto o Rio de Janeiro apresentava uma modernização pautada na herança colonial, permeada por títulos monárquicos e relativas amarras históricas, a cidade de São Paulo estava mais aberta às inovações, sobretudo urbanas (JESUS, 2002, p. 5).

A configuração de um crescimento industrial acelerado, bem como a consequente atração de diferentes grupos imigratórios nos primeiros anos do século 20, colocou São Paulo como o principal centro na prática de futebol. As primeiras equipes de futebol de várzea de que se tem registro foram provenientes das fábricas, sendo organizadas pelos seus operários e adquirindo um importante papel nos hábitos de lazer e entretenimento dessa camada social. Conforme demonstra Fátima Antunes:

> Da Várzea do Carmo, os campos se alastraram por toda a cidade, sobre tudo nos bairros operários, situados ao longo das estradas de ferro (...) A cidade vivia intensamente a experiência do trabalho fabril e passava a conhecer a necessidade imperativa de sociabilidade e lazer; sobretudo aos domingos. Os clubes de várzea mantinham equipes de futebol e promoviam atividades sociais (...) Além destes, tornavam-se comuns os clubes formados a partir de empresas, fábricas ou grupos profissionais (ANTUNES, apud JESUS, 2002, p. 6).

Conforme o relato acima, o futebol de várzea, praticado sobretudo aos domingos, passa a exercer uma função de sociabilidade importante, demonstrada não apenas por meio da prática esportiva, mas também através de atividades culturais, como bailes e encontros boêmios na noite paulistana. Tal presença cultural pode ser observada ao analisarmos os jornais da época:

Nº MUNDO DO FUTEBOL Amador

CONVITES PARA JOGAR

Festejos de 1.o de Maio no bairro de Vila Madalena

Bailes nos Clubes

Outros jogos para amanhã e domingo na Varzea

Domingo, penultima rodada do Torneio dos Campeões Amadores da Capital

Sete de Setembro F. C. x A. A. Matarazzo e General Motors E. C. x Vila Prudente-mavera F. C., eis os jogos programados — Classificação dos clubes e outras notas

TORNEIRO MECANICO

MEIO-OFICIAL

BARBEARIA - VENDE-SE

Figura 1: Registro jornalístico de atividades socioculturais em 1956

Fonte: Gazeta Esportiva. Edição de 13/04/1956.

No exemplar da Gazeta Esportiva de 13 de abril de 1956, podemos encontrar e analisar diversas características do futebol de várzea praticado ao longo do século passado. A começar pelo destaque às atividades culturais: na fotografia central estão reunidos amigos e integrantes da equipe amadora de futebol 7 de Setembro (originária do bairro de Pinheiros e em atividade até os dias atuais), em uma reunião com fim de organizar e divulgar um “festejo” dedicado às celebrações do feriado internacional do trabalhador, em 1º de maio.

Segundo a reportagem, a festa tem como finalidade “congregar os moradores da Vila Madalena e suas respectivas famílias” nas quais serão promovidas partidas de futebol entre “casados e solteiros”, além de uma “grande churrascada” ao final. O local da festividade se daria na Rua Girassol, 709, presente no bairro da Vila Madalena e que começava a despontar na cena boêmia paulistana.

Além da reportagem de destaque, o caderno especial dedicado à cobertura do futebol amador na cidade de São Paulo contava com um espaço voltado à divulgação dos diversos bailes (à direita na figura 1) e as numerosas partidas espalhadas pela cidade (à esquerda na figura 1), atuando como uma importante ferramenta de comunicação entre as equipes e, consequentemente, contribuindo para o desenvolvimento das equipes amadoras na cidade.

Ao analisar com um olhar mais atento as nomenclaturas das equipes e também os bairros de origem, fica evidente a presença marcante dos tradicionais bairros operários e que também se situam às margens dos principais rios que cortam a cidade, como por exemplo: Juv. Tietê F.C (bairro da Casa Verde), Veteranos do Brás (bairro do Brás), Juv. Patriarca da Mooca (bairro da Mooca), G. Rodoviário e G. S. Barra Funda (bairro da Barra Funda), dentre tantos outros.

O aspecto industrial, em referência aos seus praticantes e já demonstrado anteriormente, também pode ser notado ao analisarmos os anúncios presentes nos periódicos da época. Ainda na Figura 1 acima, aparece no canto inferior esquerdo um anúncio em busca de “torneiro mecânico” para exercer prática profissional em uma fábrica situada na Lapa. Não sendo exclusividade desse exemplar, abaixo estão alguns outros exemplos de anúncios direcionados à camada operária potencialmente interessada em empregos industriais, evidenciando novamente a relação entre o futebol amador e essa classe social:

Figura 2: Anúncios direcionados à classe operária

Fonte: Gazeta Esportiva. Edições diversas, entre 1956-1958.

Os quatro anúncios acima, a exemplo do já mencionado em busca de "torneiro mecânico", foram extraídos de exemplares distintos do caderno "No Mundo do Futebol Amador", do jornal Gazeta Esportiva, entre os anos de 1956 e 1958. Eles não apenas sugerem a ligação entre o futebol amador com a classe operária, uma vez que os anúncios estão situados no caderno dedicado à cobertura do futebol de várzea, mas também demonstram uma separação de público entre os clubes de futebol profissional e os de futebol amador.

De acordo com Jesus (2002), a cobertura da imprensa da época distinguia com rigor o futebol da várzea, sendo esse praticado por desocupados, indisciplinados e até procurados pela polícia, daquele tido como o "futebol de elite" presente nos clubes da alta sociedade, esse elegante e bem organizado, no qual recebia a cobertura jornalística em um caderno distinto.

De toda forma, o futebol, atividade cada vez mais popular entre a classe trabalhadora, foi ao longo do século 20 tornando-se uma paixão entre seus praticantes e apreciadores, vindo a se tornar um importante ator ao se considerar a concepção das cidades, não apenas em decorrência de suas transformações físicas (marcadas pelos incontáveis campos situados nas margens dos rios), mas sobretudo por sua característica pautada por encontros e pela sociabilidade que o acompanha. Os campos de futebol de várzea se espalharam pela cidade ao longo da primeira metade do século 20 e colocaram São Paulo na posição de "capital do futebol amador".

Contudo, a partir da retificação dos rios Pinheiros e Tietê, na década de 1950, aliada à expansão da frota viária nas décadas seguintes, bem como a especulação imobiliária presente no centro expandido da cidade, resultaram na extinção das centenas de campos presentes nas várzeas dos rios (JESUS, 2002). O processo de modernização da cidade de São Paulo, ironicamente responsável pelo aparecimento da cena futebolística amadora nos primórdios do século passado, passa a ser também o principal responsável pela sua aniquilação.

Enquanto os bairros centrais dão espaço a empreendimentos imobiliários voltados principalmente para a área de serviços e comércio (hotéis, escritórios e *shoppings centers*), envolto ao movimento de desindustrialização do centro, o único refúgio das equipes de futebol de várzea passam a ser os bairros periféricos. Fazendo com que grande parte dos campos de futebol seja parte vencida na disputa imobiliária acelerada sobretudo a partir dos anos de 1970.

Um exemplo categórico desse embate fundiário urbano e que resulta no desaparecimento de campos de futebol de várzea está na concepção do Parque do Povo. Em artigo publicado no anal do Museu Paulista de 2013, a geógrafa Simone Scifoni analisou desde o processo de ocupação do local, tombamento e criação do parque em questão, sobre o qual poderemos, para efeitos comparativos com o complexo de campos do Campo de Marte, realizar alguns apontamentos.

Situada nas margens do Rio Pinheiros, no bairro do Itaim Bibi, a área hoje conhecida como Parque do Povo começou a ser ocupada na década de 1930 com o intuito da prática do futebol. Foi em 1934 que o "Marítimo Futebol Clube", primeira equipe a se instalar no terreno, passou a promover partidas futebolísticas, seguido por outras equipes como o "Grêmio Esportivo Canto do Rio" que, conforme faz menção o nome, possuía um campo ao lado de uma das curvas do Rio Pinheiros, antes de sua retificação. Diversas equipes frequentavam o local, que chegou a ter ali instalados 14 campos de futebol até 1962, sendo considerado um dos centros mais importantes da várzea paulistana (SCIFONI, 2013, p. 30).

O extenso território ocupado por equipes de futebol pertencia ao Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes (IAPC) e os restantes 70% às construtoras Paranapanema e Urbatec, além da Associação Nossa Senhora do Bom Parto. Em 1954, um acordo realizado entre os proprietários do local e a equipe "Marechal Floriano Futebol

Clube" autorizava a prática do futebol de várzea em troca de que o clube se responsabilizasse pela zeladoria e proteção do local contra furtos e invasões. Foi dessa forma que, em comum acordo, os clubes passaram não apenas a manter o espaço organizado, mas principalmente com a realização de investimentos, através da construção de bares, vestiários e canchas de bocha. Fazendo com diversas equipes que estivessem com suas sedes ameaçadas em outros pontos da cidade passassem a usufruir da estabilidade advinda do acordo e transferisse suas partidas para o Parque do Povo (SCIFONI, 2013).

Com o desenvolvimento econômico da região às margens do Rio Pinheiros e do processo de valorização imobiliária da região do Itaim Bibi, ao longo das décadas de 1970 e 1980, os clubes de várzea passaram a se encontrar em uma posição frágil, tendo sua permanência no local colocada em xeque. Sobre a fragilidade das equipes de futebol amador, Scifoni coloca:

> Ao contrário dos clubes de futebol fechados, as agremiações envolvidas na várzea são frágeis por excelência. Isso se deve ao fato de que surgem espontaneamente, da organização popular de grupos de trabalhadores, pequenos comerciantes e moradores do bairro, que sustentam o clube com grandes dificuldades por meio do pagamento de mensalidades, realização de bingos e rifas e com o lucro do bar, que sempre acompanha esta atividade. Não se constituem como entidades de tipo empresarial, com estrutura consolidada como são os clubes fechados. Além disso, a fragilidade também se dá pela constante pressão em função da valorização imobiliária nos terrenos de várzea no qual se situam e cuja propriedade, frequentemente, não detém (SCIFONI, 2013, p. 132).

Para fazer frente a esse movimento e alcançar a preservação do local, foi realizado, em 1987, um pedido formal de tombamento por parte da Associação Amigos do Parque do Povo, que reunia representantes dos clubes de futebol, dos moradores da região e do circo e teatro que também ocupavam o terreno. O apelo popular tinha como intuito a preservação não apenas de seu aspecto físico (terreno e campos de várzea), mas também a manutenção de suas características imateriais, ligadas à prática do futebol e às demais atividades culturais que aconteciam no local.

O processo de tombamento foi conduzido pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), órgão responsável pela aplicação de um estudo multidisciplinar, com a presença de historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos e biólogos, além da consultoria da

Universidade de São Paulo, com a intenção de identificar todas as características presentes no terreno, desde sua concepção espacial até as práticas culturais exercidas e as relações sociais existentes. Na conclusão do estudo, os pesquisadores exaltam o elemento histórico do espaço, fruto de uma composição social única e que deve ser preservada como patrimônio da cidade:

> Esse Parque do Povo é, hoje, o local que materializa, nos clubes que nele mantém suas sedes, aquilo que a História não pode reviver, o jogo puro do futebol "verdadeiro": o jogo jogado, não a disputa competitiva e organizada, que gera lucros e quase determina a caminhada de um jovem que chega a um grande clube. No Parque do Povo (como depoimentos e pesquisas realizadas poderão comprovar) o básico de tudo é o lúdico. [...] Esse esporte amador, varzeano, na cidade de São Paulo, só poderá sobreviver enquanto espaços geográficos como esse continuarem a existir, sem excesso de regras ou intricada burocracia, mas com uma ordenação espontânea dos próprios participantes dos encontros futebolísticos (WITTER, apud SCIFONI, 2013, p. 134.).

O processo de tombamento do Parque do Povo foi concluído em 1995. Como já mencionado, sua concepção incluiu os aspectos imateriais, entre eles a manutenção da prática do futebol de várzea, com a continuidade da independência das equipes amadoras na gestão do espaço e promoção de suas atividades desportivas e culturais. Uma vez como patrimônio cultural, a então fragilidade atribuída anteriormente às equipes de futebol amador parece ter sido solucionada.

Ao longo dos anos de 1990, os oito campos que restaram e compunham o espaço eram ambientes agitados, com a presença de diversas equipes provenientes dos quatro cantos da cidade, além de constantes churrascos, shows, apresentações de teatro alternativo e confraternizações à beira campo. O agitado terreno dedicado ao lazer e usufruto do tempo livre pela classe baixa contrastava cada vez mais com o bairro do Itaim Bibi, região nobre de São Paulo e alvo de constante e intensa valorização imobiliária.

Conforme afirma Scifoni (2013), da mesma forma que a Operação Faria Lima, também no bairro do Itaim Bibi, foi utilizada como justificativa para a remoção da favela situada na Av. Juscelino Kubitscheck, o mesmo ocorreu com as equipes de futebol amador no Parque do Povo. De acordo com a prefeitura, era necessário “requalificar” a área, e assim criar as condições necessárias, nos mesmos termos presentes na Teoria do Crescimento Urbano (MOLOTCH, 1976), para o desenvolvimento econômico e modernização da infraestrutura local.

Dessa forma, mesmo com a Resolução SC n. 24 de 1995, que formaliza o tombamento e a preservação dos aspectos do local, a prefeitura foi adiante com a reforma de requalificação do Parque do Povo, o que resultou em sua desconfiguração (em comparação com sua ocupação histórica). Aquilo que estava garantido na época do tombamento, como os campos de futebol, bares e circo-escola, foram excluídos do local. Dos oito campos de várzea presentes em 1995, apenas um foi preservado – e mesmo assim encontra-se fechado por conta da oposição de moradores à prática do futebol. Em substituição aos campos, foram instalados extensos gramados, *playgrounds*, pista de caminhada e aparelhos de ginástica (SCIFONI, 2013, p. 138.).

A transformação espacial, em formato antes e depois, pode ser notada pelas imagens aéreas abaixo:

Figura 3: Transformação espacial do Parque do Povo (Fotografia de 2004).
Fonte: Google Earth (apud SCIFONI, 2013).

Figura 4: Transformação espacial do Parque do Povo (Fotografia de 2009).
Fonte: Google Earth (apud SCIFONI, 2013).

O desaparecimento dos campos do Parque do Povo para instauração de um parque tradicional, com gramados extensos e pistas de *cooper*, nas quais a prática do futebol não é permitida, sugere que a "requalificação" do espaço promovida pela prefeitura tinha como alvo não apenas seu aspecto físico, mas sim, principalmente, aqueles que o ocupavam. Hotéis cinco estrelas, torres comerciais e os duplex presentes em um dos mais pujantes bairros da Zona Oeste de São Paulo não combinavam com a terra batida do futebol de várzea e seus frequentadores vindos dos mais diversos cantos da periferia paulistana. Não à toa, o atual Parque do Povo não possui nenhum tipo de museu ou homenagem àquilo que, por muitas décadas, era considerado como um dos principais celeiros de craques e contribuía para o fomento do futebol amador.

Mesmo com a utilização dos mecanismos de preservação do patrimônio histórico e cultural, representados pelo extenso estudo e tombamento do território, a área ficou refém da valorização imobiliária regida pelo capital, sucumbindo às (novas) políticas públicas que viessem a corroborar com o desenvolvimento econômico.

O complexo de campos do Campo de Marte, objeto empírico desta pesquisa, é outro desses exemplos em disputa. Situado na várzea do Rio Tietê, próximo à Ponte da Casa Verde, nas páginas adiante entenderemos em detalhes como transcorreu sua ocupação pelas equipes de futebol amador e que hoje se veem ameaçadas pelo

planejamento do poder público de construir um parque sob a administração da iniciativa privada.

Figura 5: Imagem aérea do Complexo de Campos do Campo de Marte.
Fonte: Google Earth.

Descrição detalhada do espaço: ocupação e impressões locais

As origens da ocupação urbana da região que abrange o bairro da Casa Verde remetem aos anos de 1913, com o loteamento da propriedade da Família Rudge, onde se pretendia criar o bairro “Vila Tietê”. Localizado à margem direita do Rio Tietê, o empreendimento foi bem sucedido e o bairro predominantemente residencial foi lentamente se construindo. Principalmente a partir da construção da ponte de madeira, em 1915, e com a chegada do bonde elétrico que levava ao centro, em 1922, é que a Vila Tietê entra oficialmente no mapa da cidade paulistana. Hoje, o bairro conhecido como Casa Verde, nomenclatura popular que prevaleceu ao nome originalmente proposto, continua sendo uma região habitacional e tem como marca a presença da base aérea do Campo de Marte.

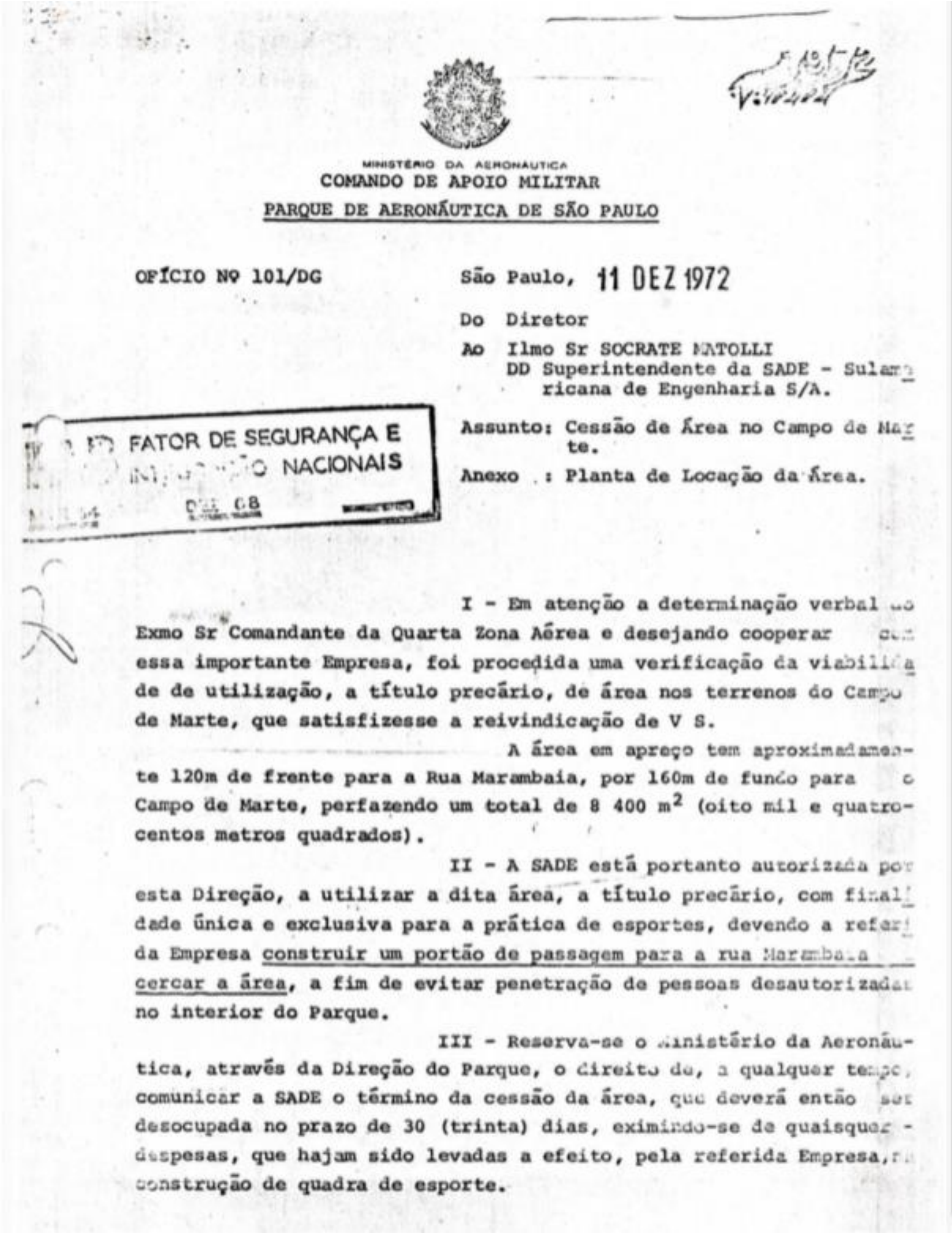
O Aeroporto do Campo de Marte foi inaugurado em 1929 em um terreno de 1.138.440m², sendo a primeira infraestrutura aeroportuária da cidade de São Paulo[27]. Situado às margens do Rio Tietê, o território era de posse do Estado de São Paulo e, além da pista de pouso e decolagens, abrigava a escola de aviação da Força Pública do Estado de São Paulo, na época a Polícia Militar. Com a derrota paulista na Revolução Constitucionalista de 1932, o aeroporto sofre um bombardeio e passa a ser controlado pela União, que na época ali instala uma base militar da Aeronáutica.

Em 1968, a prefeitura reivindica na justiça a devolução do território, abrindo o que seria uma série de ações e recursos judiciais envolvendo União e Prefeitura de São Paulo. Ao longo desse processo, o Aeroporto do Campo de Marte continuou a funcionar normalmente e o terreno anexo foi ocupado por equipes de futebol de várzea.

A ocupação histórica do local remete à década de 1970, na qual clubes de futebol amador receberam a autorização do Ministério da Defesa para a prática esportiva. Desde então, o terreno de aproximadamente 50 mil m² tem sido administrado de forma autogerida, com a promoção de amistosos, ligas e festivais de futebol amador, além das práticas não ligadas ao esporte, como festas, shows e recreação infantil.

A primeira equipe a surgir no local foi o SADE (Sul Americana de Engenharia – Eletrificação), composta por funcionários de uma fábrica vizinha de muro com o terreno, até então desocupado. A partir de negociações conduzidas pelo grêmio recreativo dos trabalhadores da empresa, em 1972, por meio de um documento oficial, obteve-se a autorização formal da Aeronáutica para a construção da sede social do clube e seu respectivo campo.

[27] BRASIL. Infraero Aeroportos – Campo de Marte. Disponível em: http://www4.infraero.gov.br/aeroportos/aeroporto-de-sao-paulo-campo-de-marte/sobre-o-aeroporto/historico/. Acesso em 26/06//2020.



MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO DE APOIO MILITAR
PARQUE DE AERONÁUTICA DE SÃO PAULO

OFÍCIO Nº 101/DG

São Paulo, 11 DEZ 1972

Do Diretor
Ao Ilmo Sr SOCRATE MATOLLI
DD Superintendente da SADE - Sulamericana de Engenharia S/A.

Assunto: Cessão de Área no Campo de Marte.

Anexo : Planta de Locação da Área.

FATOR DE SEGURANÇA E ... NACIONAIS

I - Em atenção a determinação verbal do Exmo Sr Comandante da Quarta Zona Aérea e desejando cooperar com essa importante Empresa, foi procedida uma verificação da viabilidade de utilização, a título precário, de área nos terrenos do Campo de Marte, que satisfizesse a reivindicação de V S.

A área em apreço tem aproximadamente 120m de frente para a Rua Marambaia, por 160m de fundo para o Campo de Marte, perfazendo um total de 8 400 m² (oito mil e quatrocentos metros quadrados).

II - A SADE está portanto autorizada por esta Direção, a utilizar a dita área, a título precário, com finalidade única e exclusiva para a prática de esportes, devendo a referida Empresa construir um portão de passagem para a rua Marambaia e cercar a área, a fim de evitar penetração de pessoas desautorizadas no interior do Parque.

III - Reserva-se o Ministério da Aeronáutica, através da Direção do Parque, o direito de, a qualquer tempo, comunicar a SADE o término da cessão da área, que deverá então ser desocupada no prazo de 30 (trinta) dias, eximindo-se de quaisquer despesas, que hajam sido levadas a efeito, pela referida Empresa, na construção de quadra de esporte.

Figura 6: Documento cedido pelo SADE para dissertação de mestrado de Favero, 2019.

Como se pode observar no ofício acima, a permissão concedida pelas Forças Armadas se referia a uma área de 8.400m², situada logo na entrada do terreno pela Rua Marambaia. Não à toa, é ainda nessa porção do complexo que o campo e a sede do SADE se fazem presentes. Era também parte do acordo a utilização exclusiva do local para

práticas esportivas, bem como a possibilidade de término da cessão, por parte da Aeronáutica, sem que para esta houvesse algum prejuízo.

De acordo com Favero (2019), a intenção em se conceder a ocupação do terreno para a equipe de futebol amador tinha como principal objetivo a preservação do local, principalmente no que diz respeito a invasões e ocupações irregulares para fins de moradia. Nesse caso, podemos identificar uma semelhança de estratégia daquela presente no acordo entre os proprietários do terreno do Parque do Povo e dos clubes de várzea de 1954, nos quais o aspecto da segurança também era condicionante para a autorização da utilização do espaço.

Tais fatos nos sugerem que a presença de grupos organizados dispostos ao diálogo, representados pelas equipes de futebol de várzea, era preferível a deixar o terreno baldio, sem cercamento e nenhum tipo de atividade realizada – o que certamente dificultaria a fiscalização e zeladoria por parte de seus proprietários. Foi a partir desse contexto que as equipes de futebol amador passaram ao longo dos anos a se apropriar do território em questão, transformando-o num importante centro de prática do futebol de várzea de São Paulo.

Sobre o processo de ocupação e construção, de acordo com Otacílio Ribeiro, presidente da Associação dos Clubes Mantenedores da Área de Esportes, Lazer e Cultura do Campo de Marte, "foi tudo construído pela comunidade: clubes, sócios e jogadores. Nesse reduto, tem terrão e grama. Tem lugar aqui que jogou o avô, o pai e agora o filho joga. Temos times do sub-9 ao sub-100"[28].

O espaço é hoje composto por seis campos de futebol, todos com vestiários e bares à beira campo. E a manutenção de cada campo é de responsabilidade das equipes fundadoras, sendo elas: o SADE, Cruz da Esperança, Baruel, Pitangueiras, Paulista e Aliança da Casa Verde. Estima-se que um público superior a 5 mil pessoas frequente todas as semanas o espaço para jogar, torcer ou participar de eventos sociais[29].

---

[28] SACHETO, Cesar; PADIN, Guilherme. Portal R7. Campo de Marte preserva 'oásis' do futebol de várzea em São Paulo. Disponível em: https://esportes.r7.com/futebol/campo-de-marte-preserva-oasis-do-futebol-de-varzea-em-sao-paulo-27092018. Acesso em: 28/06/2020.

[29] JUNIOR, Gonçalo; PADIN, Guilherme. O Estado de S.Paulo. Futebol de várzea luta para sobreviver na zona norte. Disponível em: https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,futebol-de-varzea-luta-para-sobreviver-na-cidade,1740344. Acesso em: 28/06/2020.

Segundo relatos de Luiz Saldanha, um dos fundadores do Cruz de Esperança, o time de futebol amador do qual faz parte foi criado em 12 de outubro de 1958 por um grupo de taxistas da Zona Norte da cidade de São Paulo. Na época, a equipe jogava apenas como visitante nos campos da região, entre eles, o campo do Leão da Casa Verde, localizado na várzea do Rio Tietê, onde atualmente está o sambódromo do Anhembi.

Ao ser indagado em relação ao entorno da região do Campo de Marte nos idos dos anos 1960, Saldanha destaca a numerosa quantidade de campos nas margens do Tietê na época: “Quando eu era jovem, cheguei a jogar em todos os campos dos dois lados da Marginal”.

Figura 7: Luiz Saldanha, um dos fundadores do clube Cruz da Esperança.
Crédito da imagem: Jorge Rosenberg.

O Cruz da Esperança foi a segunda equipe a construir sua sede no terreno anexo ao Campo de Marte. No final dos anos 1970, o tradicional time da Zona Norte contou com o empenho de seus integrantes, bem como com a influência de um político que há pouco havia sido eleito com o apoio do clube. Contava-se que tal político era sobrinho de um militar da Aeronáutica e, por conta disso, teria seu caminho facilitado nas negociações

de concessão do terreno vizinho ao campo do SADE (FAVERO, 2019, p. 49.). Fato esse confirmado pelo relato de Saldanha, que, em sua entrevista, afirma ter guardado toda a documentação que formaliza a autorização de utilização do espaço para a prática esportiva.

Os clubes Baruel e Pitangueiras também seguiram caminhos semelhantes: utilizando-se de conexões sociais adquiridas ao longo dos anos na várzea paulista, os já consolidados clubes também transferiram suas sedes para o terreno, no início dos anos de 1980. A exemplo do SADE e do Cruz da Esperança, todo o processo de ocupação teve a autoconstrução como principal aspecto, contando com recursos e mão de obras próprios de seus integrantes.

O Paulista, penúltimo clube a transferir sua sede para o terreno do Campo de Marte, foi fundado em outubro de 1966, por um grupo de amigos do bairro da Casa Verde. Após mais de 20 anos jogando apenas como time visitante, construíram sua sede entre os anos de 1995 e 1997 no complexo do Campo de Marte. Na época, já estavam presentes quatro campos, dos já mencionados clubes, e o território começava a despontar como um dos centros mais dinâmicos da prática do futebol de várzea da cidade.

De acordo com o relato do Humberto, atual presidente da equipe, a exemplo de seus antecessores, toda a infraestrutura também foi realizada de forma autônoma – o que hoje inclui o campo de futebol, vestiários, bar, cancha de bocha e a delimitação com muros e grades. Os recursos para as obras e manutenção, segundo Humberto, também foram frutos de esforços próprios, como com a criação de rifas e contribuições voluntárias de seus jogadores e simpatizantes.

A última ocupação do espaço, o que corresponde ao sexto campo ali estabelecido, remete ao início dos anos 2000, com a criação do campo do Aliança da Casa Verde. Tendo o "Seu Leo" como presidente e também responsável pela transferência da sede do clube para o complexo do Campo de Marte, foi ele quem teve a iniciativa de construção do campo: desde a terraplanagem do terreno até a delimitação com grades e construção dos vestiários e bar à beira campo.

O Aliança da Casa Verde atualmente promove festivais mensais, todos os últimos sábados do mês, em que reúne oito equipes que duelam por uma taça. Os times de várzea convidados fazem parte da rede de contatos de André, filho de Soraya – zeladora e

responsável pela gestão do espaço – sendo em sua maioria equipes de bairros vizinhos como do Peruche, Mandaqui e Casa Verde Alta.

Nesse contexto, as atividades esportivas são também uma atividade econômica: a Copa do Aliança, campeonato de maior porte realizado uma vez ao ano, entrega prêmios de até R$2.500,00 ao time vencedor, além de uniformes completos para a equipe vice-campeã. Questionado sobre a fonte de renda para a premiação, André explica que é cobrada de cada equipe participante uma taxa de inscrição, além da presença de empresas patrocinadoras[30].

Ainda sobre o aspecto econômico da ocupação, de acordo com o depoimento da Soraya, não apenas sua fonte de renda familiar é proveniente da receita do bar e campeonatos, mas também se junta ao fato de ela e sua família habitarem um quarto anexo ao campo, fazendo com que seu vínculo com o espaço seja muito mais profundo e deixe de estar ligado apenas aos aspectos recreativos, como grande parte de seus frequentadores.

O fato de o local ser utilizado não apenas como fonte de renda, mas também por cumprir um papel de moradia, pode justificar maior relevância para o tema da segurança, presente de forma contundente na fala de André. Em sua entrevista, exalta a capacidade daqueles que o frequentam em garantir a ordem, sem necessitar do aparatado estatal ou de qualquer outro mecanismo externo de controle. Nas palavras dele:

> Mal ou bem a gente faz a nossa segurança. Com os atritos que a gente tem aqui dentro, a gente faz a nossa segurança. A gente não aceita que o cara vem aqui e rouba. Sabe todo mundo que entra. O cara entrou na portaria, o porteiro vai ver ele entrando. Então a gente cuida da nossa segurança. Então aqui é um lugar que você pode trazer seu filho. Pode largar seu filho, ele pode correr até lá embaixo lá que vai voltar. Então acho que se fizer um parque aqui você vai quebrar muito a segurança, porque o governo é falho. O governo não vai ficar 24h por dia para cuidar da segurança do parque. (Entrevista realizada com André em janeiro de 2020)[31].

O tema da segurança está sempre presente no futebol de várzea. Seja por parte daqueles que o organizam, por meio das ligas e campeonatos amadores, ou apenas por aqueles que a praticam. Como acompanhamos ao longo deste trabalho, a "várzea" é historicamente construída de forma autônoma e autogerida. Seu funcionamento e regras

[30] Entrevista realizada com André, em janeiro de 2020. Cf. Anexo, página 81.
[31] Cf. Anexo, página 82.

transpassam os padrões presentes no futebol profissional, atrelados às confederações de futebol e com a ordem garantida por meio dos mecanismos de repressão do Estado, representados em última instância pela polícia. No futebol de várzea, em contraponto, tais formas de ordenamento estão pouco presentes. Por isso a necessidade de se desenvolverem combinados e regras próprias, geralmente centrados na disciplina e na ética.

Sobre esse processo de construção da manutenção da ordem no ambiente da várzea, vale resgatar um episódio descrito no jornal Gazeta Esportiva, em agosto de 1957. Nele, podemos observar as alternativas presentes na época para lidar com uma situação de violência, sem contar com os aparelhos formais do Estado, e com o intuito de resolver o problema de forma independente.

A reportagem tem início com um tom sentimental e familiar, exaltando um fato raro presente nos campos de terra da cidade de São Paulo: uma equipe formada por 11 irmãos, da qual o pai era o presidente, a irmã a secretária e a mãe a zeladora. “Família pobre, honrada e bastante feliz” que se dedicava aos domingos para a prática do esporte, mantendo-se longe do vício e ambientes dos vadios da época. O pai julgava que a melhor forma de criar disciplina entre os garotos era por meio da recreação esportiva, colocando no futebol um papel de educação e formação de caráter. Pois eis que, em um domingo, durante um desentendimento comum de jogo, um torcedor “colérico e embriagado” invade o campo e desfere golpes mortais no filho caçula da equipe dos 11 irmãos.

A reportagem, que explora o fato trágico, adicionando pitadas de sensacionalismo, características presentes na imprensa escrita da época, procura sugerir maneiras para que esse tipo de violência não se repita. Algumas sugestões são propostas, como extinguir as equipes de arruaceiros que se envolvem em brigas ou exigir que os organizadores de campeonatos tenham tolerância zero e não permitam a participação de atletas com históricos de violência.

Tanto na chamada da matéria, como no trecho abaixo, verifica-se a noção de que a ordem deve ser mantida por aqueles de dentro: os que vivenciam e constroem o ambiente da várzea.

> Deixamos de ignorância. O caso não é de polícia e sim simplesmente esportivo. O futebol tem uma função social de grande alcance. Ordem, disciplina, educação esportiva da nossa mocidade, especialmente nessa época do cruciante problema da delinquência infanto-juvenil, cuja colaboração do futebol poderia ser de uma eficácia incalculável, educação esportiva, dizíamos, não é tarefa de... rádio patrulha num país onde infância sem futebol não é infância... Nós mesmos, os responsáveis pelo futebol, os órgãos esportivos, as entidades especializadas, é que deveriam combater a ferro e fogo as ocorrências policiais da várzea[32].

O trecho acima já evidenciava um sentimento de independência e autogestão, muito próprio do ambiente do futebol de várzea, e que de certa forma, também é encontrado por aqueles que frequentam o complexo de campos do Campo de Marte. Mesmo que exista uma comunicação exercida com os governantes, nesse caso representados pela prefeitura, em diversos aspectos busca-se a manutenção de seu caráter autônomo. A temática da segurança é apenas uma entre tantas outras que os frequentadores do complexo identificam como fundamentais para a permanência do espaço em sua forma original.

Outro desses exemplos está no aspecto multiuso do espaço, que pode ser verificado pela variedade de perfis dos frequentadores e suas muitas histórias, não se restringindo apenas a uma única classe social ou faixa etária. Durante uma das visitas de campo realizadas, foi notado que um pai brincava com uma bola com seu filho. À distância, parecia uma cena banal, daquelas que se encontram por diversas ruas e praças de São Paulo. Mas a partir do momento em que Carlos topa ser entrevistado, fica explícito o seu vínculo emocional com o território, conforme demonstrado em sua fala:

> Então, particularmente eu tenho uma história aqui. É um lugar especial, eu venho desde os 10 anos de idade (...) joguei 25 anos no Cruz da Esperança. Entendeu, hoje eu venho nessa praça todo o final de semana.

[32] Gazeta Esportiva. *A disciplina tem que começar na várzea onde nasce o craque*. Exemplar de 30/08/1957.

> Brincar com meu filho, brincar com o pessoal. E aqui é muito especial, porque a gente fala com a Soraya, e ela cede o espaço para gente fazer churrasco. Então assim, a gente passou muitos anos trazendo os amiguinhos dele (aponta para seu filho, sentado ao lado). Não é só um espaço nosso, é um espaço das crianças, da cultura. Estou falando aqui de 3 gerações: meu pai, eu e meu filho (Entrevista realizada com Carlos em fevereiro de 2020)[33].

A entrevista, que pode ser consultada em sua versão completa nos anexos desta dissertação, destaca os aspectos recreativos do território para as crianças, nos quais todos os seis campos contam com aparelhos recreativos abertos ao público. Sua fala também remete à questão ambiental, com a presença de árvores frutíferas à disposição da população.

A presença de aulas de futebol destinadas às crianças dos bairros vizinhos, principalmente da Zona Norte de São Paulo, também é constantemente lembrada por seus frequentadores como atividades que vão além dos jogos promovidos pelos clubes de várzea. Tanto Carlos como Humberto destacam a possibilidade na qual a "molecada" tem de receber aulas gratuitas (sempre com um lanche ao final das práticas) durante as manhãs de sábado. A interpretação que pode ser subtraída dessas falas vai ao encontro do observado na reportagem de 1957 da Gazeta Esportiva, colocando a prática esportiva como forma de contribuir para a formação de caráter e disciplina dos jovens.

O aspecto não futebolístico sempre acompanhou os ambientes nos quais o futebol de várzea está presente. Não por acaso, praticamente todos os campos de futebol contam com um bar anexo, funcionando como uma espécie de arquibancada improvisada onde entusiastas do futebol comentam as partidas e se exaltam com lances espetaculares, potencializados por sua maestria ou mesmo pela falta de habilidade. Em outros casos, o bar sequer possui vista para o campo, servindo exclusivamente como ponto de confraternização dos atletas após os jogos ou apenas como espaço de lazer e boemia frequentado pelos moradores da região.

No complexo de campos do Campo de Marte, a função de sociabilidade está bem destacada: todos os seis clubes mantenedores dos campos promovem festividades em suas unidades, principalmente nos feriados. Após a entrevista realizada com Luiz Saldanha, seguiu-se um bate-papo informal, ocasião em que ele nos mostrou com orgulho os vídeos em seu celular que registraram a celebração recém-organizada em 12 de outubro, em

[33] Cf. Anexo, página 96.

homenagem a Nossa Senhora de Aparecida. As filmagens deixavam de lado as disputas realizadas no terrão do Cruz da Esperança, colocando como protagonistas um rapaz e seu violão, acompanhado por uma moça com uma voz para lá de elogiada pelo nosso entrevistado.

De forma a contribuir para o registro histórico do território ocupado pelas equipes de futebol de várzea, será exposta uma breve galeria de imagens feitas em campo pelo fotógrafo Jorge Rosenberg (que é também pai do autor desta dissertação) em novembro de 2018. A intenção da exposição é oferecer ao leitor a oportunidade de compreender o local por meio da percepção das imagens, além da já referida descrição por texto e relatos daqueles que o frequentam.

Após a galeria, iremos analisar em detalhes o projeto de criação de parque desenvolvido pela PMSP sob a égide da iniciativa privada, bem como seu processo de licitação e possíveis mudanças em seu funcionamento.

Registros Fotográficos

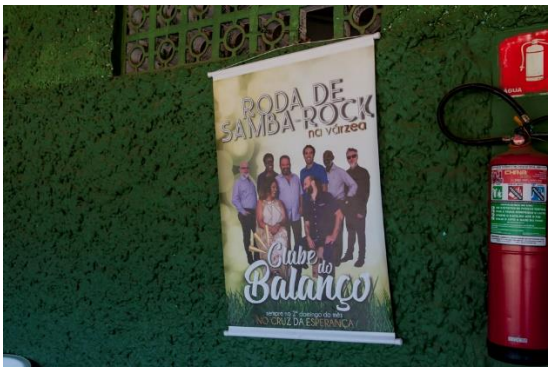
SADE

Campo do SADE

Bar e expectadores no campo do SADE

Clube Cruz da Esperança

Campo do Cruz da Esperança



Poster de divulgação de atração musical no Campo do Cruz do Esperança

Pitangueiras Futebol Clube

Fachada e estacionamento

Campo e arquibancada improvisada em frente ao bar

Vestiários

Paulista Futebol Clube

Campo do Paulista

Sala de troféus do Paulista

Cancha de Bocha em uso

Aliança Futebol Clube

Bandeira pendurada no alambrado

Bar anexo ao campo

Soraya – Proprietária do bar

Crédito das fotos: Jorge Rosenberg.

Projeto do Novo Marte Campo de Marte

A Prefeitura Municipal de São Paulo apresentou em 24 de outubro de 2017 o projeto[34] inicial para a criação do quinto maior parque na cidade. De acordo com o planejamento, o terreno localizado na Zona Norte, com área de 406 mil m² contará com 2,5km de trilhas para caminhada; 2,2km de pistas de corrida e ciclovia; três campos de futebol de campo; dois campos de futebol *society*, além do novo Museu da Aeronáutica[35].

Desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Benedito Abbud, o projeto tem como orçamento estimado o valor de R$250 milhões. O investimento será proveniente de acordos via PPP, nos quais serão captados os recursos necessários para a transformação do local. João Doria, na coletiva de imprensa de lançamento do projeto, garante: "toda a implantação será feita pelo setor privado, não sendo necessário qualquer investimento dos cofres públicos"[36].

---

[34] SÃO PAULO (Município). Parque Campo de Marte: premissas e projeto. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/comunicacao/arquivos/PARQUE-CAMPO-DE-MARTE_Premissas-e-Projeto_r1.pdf. Acesso: 05/05/2020

[35] SÃO PAULO (Município). Secretaria Especial de Comunicação. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-apresenta-projeto-do-novo-parque-campo-de-marte. Acesso: 05/05/2020

[36] Portal G1. Doria apresenta projeto de parque no Campo de Marte com museu e cachorródromo. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/doria-apresenta-projeto-de-parque-no-campo-de-marte-com-museu-e-cachorrodromo.ghtml. Acesso em: 05/05/2020.

Outro ponto levantado na coletiva de imprensa, quando a concepção do parque foi divulgada à população, está no caráter de pré-projeto da iniciativa. Tal ressalva se dá pelo fato de que a empresa vencedora terá o direito de remodelar os pontos que julgar necessários, em acordo com a PMSP. Essa premissa é importante, uma vez que sugere a influência do setor privado não apenas na execução do projeto, mas também em sua formulação. A participação ativa no planejamento das atividades propostas à população também foi encontrada na concessão do Parque do Ibirapuera e que – como vimos – gerou manifestações contrárias por parte de grupos organizados da sociedade civil.

Ao analisarmos a concepção do projeto apresentado pela PSMP (Figura 8), logo identificamos que, no espaço onde hoje se encontram os seis campos de futebol, serão construídos o Museu da Aeronáutica – em um terreno que compreende 80 mil m² – além da esplanada multiuso, que ocupará 27 mil m². O novo setor do futebol, que contará com 40 mil m² de área, será transferido para um espaço que é hoje utilizado como estacionamento de carros alegóricos das escolas de Samba que desfilam no Sambódromo do Anhembi. Como se pode observar na Figura 9, essa porção do terreno não está sob o atual controle dos clubes de várzea.

As duas imagens, por terem sido registradas da mesma perspectiva, possibilitam a comparação entre projeto *versus* realidade.

Figura 8: Composição espacial do projeto do Parque Campo de Marte.

Fonte: G1

Figura 9: Imagem aérea da região do Campo de Marte.
Fonte: Google Earth – Acessado em junho de 2020.

Após a coletiva de imprensa que levou a público o planejamento de se criar um parque em modelo de PPP, o próximo passo no processo de licitação está no lançamento de um Procedimento Preliminar de Manifestação de Interesse (PPMI). O procedimento é utilizado como uma primeira consulta junto ao mercado (pessoa física ou jurídica; nacional ou internacional) e aborda os principais temas relativos à negociação. Nele, são colocadas as condições de utilização do solo, bem como suas obrigações e oportunidades de sua exploração mercantil.

De acordo com a Secretaria de Comunicação da Prefeitura[37], os principais pontos de atenção do PPMI do Novo Parque Campo de Marte são:

1) **Utilização do espaço:** apresentar soluções que viabilizem a implantação do Parque e Museu da Aeronáutica, no âmbito da legislação vigente.

[37] SÃO PAULO (Município). Secretaria Especial de Comunicação. São Paulo e União assinam termo definitivo de cessão de uso para área do Campo de Marte. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-e-uniao-assinam-termo-definitivo-de-cessao-de-uso-para-area-do-campo-de-marte. Acesso em: 05/05/2020.

2) **Exploração de atividades geradoras de receita:** apresentar alternativas de atividades que gerem receitas suficientes para viabilizar a operação e manutenção do Parque e Museu, garantindo a sustentabilidade financeira do projeto.
3) **Sinergia entre as atividades desenvolvidas:** apresentar pontos de sinergia entre o espaço do Centro Desportivo Comunitário (CDC), Museu da Aeronáutica e esplanada multiuso, propondo conexões entres as diferentes partes.
4) **Gestão e operação dos espaços:** trazer soluções que contemplem a gestão desses espaços, de modo a respeitar a memória local e garantir o funcionamento de todas as atividades propostas.
5) **Programas de desenvolvimento ambiental:** formulação de programas ambientais para a área.
6) **Serviços complementares:** avaliar o potencial de inclusão de novos serviços e atrativos ao Parque, com objetivo de melhor aproveitamento do espaço para os frequentadores.

Por mais que o PPMI seja um mecanismo preliminar, com o intuito de receber projetos e ideias vindas da iniciativa privada, chamam a atenção as poucas informações referentes ao aspecto mercadológico do projeto. A empresa vencedora, que terá como obrigatoriedade o investimento de R$250 milhões (valor total de implementação do projeto), certamente precisará contar com contrapartidas econômicas que justifiquem tal aporte. Da mesma forma do observado na experiência de concessão do Parque Ibirapuera, o tema da rentabilidade do solo aqui também não se faz claro. Existem inúmeras possibilidades de geração de receita e a PMSP não se preocupou em delimitar ou apontar para nenhum caminho.

No tocante à preservação das equipes de futebol de várzea, bem como de seus simpatizantes que hoje frequentam o local, o PPMI sugere a criação de um Centro Desportivo Comunitário (CDC) a ser instituído na área do parque destinada à prática do futebol. Nesse caso, o modelo de CDC, bastante presente nos bairros periféricos da cidade, funciona como um mecanismo de preservação cultural. Esse tipo de alternativa oferecida pela prefeitura garante que o espaço seja administrado por organizações comunitárias locais, definidas por eleições, e de forma autogerida.

Ao se analisar o PPMI, não consta que a criação do CDC só foi colocada em pauta por conta de reuniões e pressão sistemática da sociedade civil organizada ante a PMSP. Conforme nos conta Humberto, presidente do clube Paulista:

> Nós temos uma comissão. Dentre os seis campos aqui, cinco deles nós temos uma comissão em comum. Nós nos reunimos, nos juntamos, justamente para essa causa. Até de forma jurídica. Então, constantemente temos ido atrás dos nossos interesses que seria a preservação do local. Entretanto, após o Doria, quando prefeito, fez um acordo com a União – porque essa área era da União – que passou a posse para a Prefeitura. Sabendo disso, eles nos procuraram e nós também fomos atrás deles e começamos algumas negociações com a Prefeitura. Então, ao longo desse um ano e meio, já fizemos uma série de reuniões com membros da Prefeitura e com órgãos competentes de região. E o que nos passaram e nós pleiteamos também, ficou acordado, por enquanto de forma verbal, que vamos criar um CDC (Entrevista realizada com Humberto em novembro de 2018)[38].

A fala acima evidencia não apenas a preocupação com a preservação do espaço, em seus aspectos físicos e simbólicos, mas demonstra também a capacidade de seus frequentadores em se organizar e dialogar com os órgãos públicos, fazendo com que os resultados práticos de uma exigência (no caso instituição do CDC) tenha sido primeiro colocada, depois acertada de maneira informal em reuniões, para finalmente, constar no PPMI – primeiro documento com as diretrizes da criação do parque.

Além do diálogo estabelecido com a PMSP, a comissão, da qual Humberto faz parte, foi responsável por promover um abaixo assinado com mais de 50 mil assinaturas.

A criação de um CDC é considerada tão importante pelos frequentadores do espaço por se assemelhar de forma mais fidedigna ao modelo de gestão construído historicamente pelos ocupantes do território. Nessa visão, a garantia de que poderão continuar a se auto organizar e promover seus encontros sociais e recreativos é tão importante quanto a manutenção das traves e linhas do campo.

Evidencia-se, nesse caso, um receio por parte da sociedade civil que frequenta o local com a transformação da identidade e percepção do espaço público, junto a uma nova proposta da prefeitura de conceder os serviços à iniciativa privada, sem que esteja claro como se configurará esse território.

[38] Cf. Anexo, página 73.

De acordo com o Edital de Chamamento Público n. 01/2018, as empresas interessadas tinham como data limite 10/5/2018 para encaminhar suas propostas e sugestões de ocupação do espaço relativas ao Projeto do Novo Parque Campo de Marte e Museus da Aeronáutica. A próxima fase no desenvolvimento da PPP seria a criação de um PMI, no qual seriam definidos todos os detalhes finais relativos ao espaço, possibilitando a abertura do processo de licitação. Acontece que esse PMI nunca chegou a acontecer e fica o questionamento sobre os motivos para isso não ter ocorrido.

A chegada ao poder, no âmbito federal, do presidente Jair Bolsonaro é considerada a hipótese mais provável que justifique a interrupção do processo de criação do parque. De acordo com pronunciamento feito em maio de 2019, Bolsonaro afirma que irá construir uma escola militar no terreno do Campo de Marte. Em seu discurso, não foi abordada a questão de criação do parque, acordo esse realizado entre Michel Temer e João Doria. Sobre o assunto, Bolsonaro afirma: "Na passagem por São Paulo demos mais um passo na criação do maior colégio militar do Brasil, lá no Campo de Marte. Mais de 5 hectares (50 mil m²). Vamos fazer com ajuda do empresário local".

O que restam são pontos em aberto em relação ao futuro do complexo de campos de futebol de várzea. Nem o governo federal como tampouco a prefeitura se manifestaram oficialmente sobre o tema, restando, por enquanto, depoimentos não oficiais como o do Edgar, funcionário do estacionamento do complexo:

> O Bolsonaro, não sei o que que ele fez, conversou com a prefeitura, tomou esse pedaço na parte federal, governo federal, pra fazer 2 colégios militares. E veio, desceu helicóptero aqui, desceu pessoal de Brasília, conversou comigo aqui. O cara me mostrou todas as fotos. Então esquece o parque, não é mais parque. São os 2 maiores colégios militares do Brasil, um da Aeronáutica e o outro da Marinha. (Entrevista realizada com Edgar em fevereiro de 2020)[39].

Enquanto não está definido o propósito da reformulação do novo espaço, fruto agora do embate entre os poderes federal e municipal, o território em questão segue com seu funcionamento conforme a sua ocupação histórica: uma alternativa de recreação aberta à população e que promove encontros de equipes e simpatizantes do futebol de várzea, prática cada vez menos comum na cidade de São Paulo.

[39] Cf. Anexo, página 102

Conclusão

As cidades do século 21 são palcos de múltiplas disputas envolvendo seu espaço e aqueles que o produzem. A sociologia urbana tem observado com atenção as consequências de um capitalismo financeiro cada vez mais presente e de que forma ele interfere na produção do espaço urbano. A intenção deste trabalho foi justamente capturar um retrato desse movimento.

A cidade de São Paulo é o principal centro financeiro do país. O poder público local, representado pela PMSP, atua de forma a alimentar esse protagonismo, utilizando-se de novas soluções de gestão pública, em que propicia um ambiente ainda mais favorável ao lucro. A criação de PPPs com base na concessão de territórios públicos pode ser considerada uma artimanha política nesse sentido. O argumento é que não se trata de uma privatização, mas, sim, da atração de investimentos.

Tais políticas públicas vão ao encontro daquelas descritas por Molotch (1976) ao definir a teoria da máquina de crescimento urbano, em que os governantes atuam como grandes incentivadores de negócios. Contudo, naquele contexto, a separação entre público e privado estava mais delimitada. Hoje, o que vemos são políticas que trazem o setor privado para dentro dos gabinetes de política locais, conforme acompanhamos a concessão do parque do Ibirapuera e do projeto de criação do parque do Campo de Marte.

Mesmo com a existência de mecanismos de controle – por meio da sociedade civil, Ministério Público e Câmara dos Deputados – o que esperar do pacote de concessão aprovado para administração dos seis parques públicos paulistanos, por exemplo? Além da obrigatoriedade do livre acesso, pouco se imagina sobre o que se tornarão os referidos espaços. Serão preservadas as mesmas características? O público frequentador continuará o mesmo? O aspecto mercantil influenciará de alguma forma seu valor de uso?

A questão da memória do futebol de várzea é outro aspecto a ser acompanhado com atenção. Tomando como exemplo do Parque do Povo, que também contou com a mobilização da sociedade civil na época, conquistando inclusive o tombamento do local, a requalificação proposta pela prefeitura extinguiu a prática do futebol e os clubes de várzea que há anos frequentavam o local. O complexo de campos do Campo de Marte,

mesmo com seu futuro ainda em aberto, está inserido nesse contexto. As constantes mudanças no espaço na cidade, muitas vezes conduzidas por políticas públicas que venham a beneficiar atores privados, esses atrelados a interesses imobiliários, evidenciam a fragilidade de certos grupos sociais – já apontados por Scifoni (2013) em relação aos times de futebol de várzea.

Todas essas questões, ainda sem respostas devido à proximidade temporal e à indefinição acerca do terreno anexo ao Campo de Marte, exigem o esforço contínuo de fiscalização não apenas por parte da sociologia urbana, que tradicionalmente está atenta às novas configurações da produção do espaço urbano, mas também de outros grupos acadêmicos que tenham como objeto de pesquisa o território urbano e as interações nele presentes.

Bibliografia

ALMEIDA, Celia. *Parcerias público-privadas (PPP) no setor saúde: processos globais e dinâmicas nacionais* - Cad. Saúde Pública, 2017

BRASIL. *Lei n. 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8987cons.htm. Acesso em: 04/05/2020.

_____. Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. *Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública*. Disponível em https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-11079-30-dezembro-2004-535279-publicacaooriginal-22998-pl.html. Acesso em 04/05/2020

_____. *Lei n. 11.578, de 26 de novembro de 2007*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11578.htm. Acesso em 04/05/2020

_____. IBGE. *Panorama da cidade de São Paulo.* Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/panorama. Acesso em: 02/06/2020

_____. Biblioteca Nacional. *Há 125 anos, foi jogada a primeira partida de futebol no Brasil*. Disponível em: https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/04/ha-125-anos-foi-jogada-primeira-partida-futebol-brasil. Acesso em: 05/06/2020

COELHO, Luciana. *Doria vende privatizações em São Paulo a investidores em Davos*. Folha de S.Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952667-doria-vende-privatizacoes-em-sao-paulo-a-investidores-em-davos.shtml. Acesso em: 26/05/2020

DA SILVA, Alexsandro; CLEMENTINO, Maria; ALMEIDA, Lindijane. *Regimes Urbanos e Governança Democrática: abordagens sobre o Poder na Cidade* – XVII Enanpur: São Paulo, 2017

_____. *Governança colaborativa e regimes urbanos: convergências inesperadas em tempos difíceis*, Cad. Metrop., São Paulo, v. 20, n. 43, pp. 841-864, set/dez 2018

DEPIERI, Marcelo Álvares de Lima. *O Programa Minha Casa Minha Vida: política habitacional dos governos Lula e Dilma no período de 2009 a 2014*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2016.

FILHO, João. *A promiscuidade entre prefeitura de SP e a empresa da família Doria*. 24/09/2017. Disponível em: https://theintercept.com/2017/09/24/a-promiscuidade-entre-prefeitura-de-sp-e-a-empresa-da-familia-doria/. Acesso em: 27/05/2020

FRAZÃO, Dilva. *João Doria Júnior, empresário brasileiro*. Disponível em: https://www.ebiografia.com/joao_doria_junior/. Acesso em 20/05/2020

GAZETA ESPORTIVA. Edições: 13/05/1956, 19/05/1956, 30/08/1957, 12/12/1957, 20/02/1958, 28/09/1958, 30/11/158 Disponível em: http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/. Acesso em: 22/06/2020

GUGLIELMINETTI, Rose. *Doria afirme que irá ampliar desestatizações*. Blog da Rose. Disponível em: https://blogdarose.band.uol.com.br/doria-afirma-que-ira-ampliar-desestatizacoes/. Acesso em: 26/05/2020

JARDIM, Maria Chaves; SILVA, Márcio Rogério. *Programa de aceleração do crescimento (PAC): neodesenvolvimentismo?* Ed. da UNESP, 1. Ed. - São Paulo, 2015

JESUS, Gilmar Mascarenhas. *VÁRZEA, OPERÁRIOS E FUTEBOL: UMA OUTRA GEOGRAFIA*. Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia de UFF – v.4, n. 8, Rio de Janeiro, 2002

JUNIOR, Gonçalo; PADIN, Guilherme. O Estado de S.Paulo. *Futebol de várzea luta para sobreviver na zona norte*. Disponível em: https://esportes.estadao.com.br/noticias/futebol,futebol-de-varzea-luta-para-sobreviver-na-cidade,1740344. Acesso em: 28/06/2020.

FAVERO, Rafael Piva Favalli. *A várzea é imortal: abnegação, memória, disputa e sentidos em uma prática esportiva urbana* – Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia. São Paulo, 2019.

FIX, Mariana de Azevedo Barreto. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil* – Campinas: Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2011

FRANCA, Bárbara. *DA TEORIA URBANA AO REGIME URBANO: contribuições como teoria e como método para interpretar as relações de poder interativas na cidade:* Observatório das Metrópoles – Rio de Janeiro, 2019

HARVEY, David. *O novo imperialismo* – São Paulo: Loyola, 2013

KILBURN, WHITT. *EXPLAINING U.S. URBAN REGIMES A Qualitative Comparative* Analysis – Urban Affairs Review, Vol. 39, No. 5, 633-651, 2004

KOWARICK, Lucio. *A Espoliação urbana* – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____.& MARQUES, Eduardo. (orgs) *São Paulo: Novos Percursos e Atores: Sociedade, cultura e política*. São Paulo, Editoria 34, 2011

LEFÉBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo, Moraes, 1991

LIDE – Grupo de líderes empresariais. Disponível em: https://www.lideglobal.com/. Acesso em: 25/05/2020

MAGALHÃES, Roberto Carvalho de. *Os Conflitos de Interesse do Edital de Concessão do Parque Ibirapuera*. Disponível em: https://parqueibirapuera.org/os-conflitos-de-interesse-do-edital-de-concessao-do-parque-ibirapuera/. Acesso em 30/05/2020

MARICATO, Ermínia. Para Entender a Crise Urbana. São Paulo, Expressão Popular, 2015

MARQUES, Eduardo Cesar. *Redes sociais e instituições na construção do Estado e sua permeabilidade* – Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 14 – Nº41, 1999

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981

MOLOTCH, Harvey. *The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place* - American Journal of Sociology, Vol. 82, No. 2, 1976

ORENSTEIN, José. *João Doria tem viajado o mundo para vender São Paulo como cidade global. O que é esse conceito*. Nexo Jornal. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/04/14/Jo%C3%A3o-Doria-tem-viajado-

o-mundo-para-vender-S%C3%A3o-Paulo-como-cidade-global.-O-que-%C3%A9-esse-conceito. Acesso em: 26/05/2020

PINHONI, Mariana. *Vereador emite parecer contrario a plano diretor do Parque do Ibirapuera e aponta indício de fraude em consulta pública*. Portal G1. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/10/03/vereador-emite-parecer-contrario-a-plano-diretor-do-parque-ibirapuera-e-aponta-indicio-de-fraude-em-consulta-publica.ghtml. Acesso em 31/05/2020

PORTAL G1. *Câmara de São Paulo aprova pacote de concessões de Doria*. Disponível em: https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/camara-de-sp-aprova-pacote-de-concessoes-de-doria.ghtml. Acesso em 28/05/2020

————. *SP: celeiro de craques, campos de várzea estão sumindo da cidade*. Disponível em: http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/10/sp-celeiros-de-craques-campos-de-varzea-estao-sumindo-na-cidade.html. Acesso em: 06/06/2020

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças* – São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

SACHETO, Cesar; PADIN, Guilherme. Portal R7. *Campo de Marte preserva 'oásis' do futebol de várzea em São Paulo*. Disponível em: https://esportes.r7.com/futebol/campo-de-marte-preserva-oasis-do-futebol-de-varzea-em-sao-paulo-27092018. Acesso em: 28/06/2020.

SÃO PAULO (Município). Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (2012) *Guia dos Parques Municipais de São Paulo* – 3ª edição, São Paulo, 2012

_____. Secretaria do Verde e do Meio Ambiente. *Guia dos Parques Municipais de São Paulo* – 4ª edição, São Paulo, 2014

_____. Secretaria Especial de Comunicação. *Prefeitura de SP inicia processo para concessão de parques municipais.* Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-de-sp-inicia-processo-para-concessao-de-parques-municipais. Acesso: 18/06/2018

_____. Casa Civil do Gabinete do Prefeito. *Lei n. 16.665 de 23 de maio de 2017 Autoriza o Poder Executivo a instituir serviço social autônomo denominado São Paulo*

Negócios – SP Negócios. Disponível em: http://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-16665-de-23-de-maio-de-2017. Acesso em: 26/05/2020

_____. Parque Campo de Marte: premissas e projeto. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/comunicacao/arquivos/PARQUE-CAMPO-DE-MARTE_Premissas-e-Projeto_r1.pdf. Acesso: 05/05/2020

_____. Secretaria Especial de Comunicação. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-apresenta-projeto-do-novo-parque-campo-de-marte. Acesso: 05/05/2020

_____. Câmara Municipal. *Projeto de Lei N 367/2017*. Disponível em: http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0367-2017.pdf. Acesso em 28/05/2020

_____. Câmara Municipal. *Substitutivo ao projeto de lei N 367/2017*. Disponível em: http://www.camara.sp.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/APROVADO-PL-367-17-com-Parecer-Conjunto-e-Emendas.pdf. Acesso em 28/05/2020

_____. Secretaria Especial de Comunicação. *São Paulo e União assinam termo definitivo de cessão de uso para área do Campo de Marte*. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/sao-paulo-e-uniao-assinam-termo-definitivo-de-cessao-de-uso-para-area-do-campo-de-marte. Acesso em: 05/05/2020

_____. Secretaria Especial de Comunicação. Prefeitura e vencedor da licitação do Ibirapuera assinam contrato. Disponível em: http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-e-vencedor-da-licitacao-do-ibirapuera-assinam-contrato. Acesso em 31/05/2020

_____. Regiões, Prefeituras Regionais e Distritos Municipais. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/urbanismo/infocidade/htmls/3_regioes_prefeituras_regionais_e_distrito_2017_10895.html. Acesso em: 05/06/2020

SCIFONI, Simone. *Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea em São Paulo* An. mus. paul. vol.21 no.2 São Paulo July/Dec. 2013

SOLIANI, André; SCOLESE, Eduardo. Folha de S.Paulo. *Lula sanciona lei das PPPs, mas obras só virão em 2006*. Caderno Mercado, 31/12/2004. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi3112200411.htm. Acesso em: 17/09/2019

STONE, Clarence. *Urban Regimes and Problems of Local Democracy* – ECPR Joint Sessions – Turin, Italy, 2002

VÉRAS, Maura. *Novos Nômades Urbanos na Cidade Contemporânea: Desigualdade e Exclusão Sociais em São Paulo*. Cultura e Política: ensaios críticos**.** São Paulo, 2003.

_____. *SOCIEDADE URBANA: desigualdade e exclusão sociais* - CADERNO CRH, Salvador, n. 38, p. 79-114, jan./jun. 2003

WEBER, M. "Burocracia". In *Ensaios de Sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979.

Anexo

Entrevista realizada com Humberto – Presidente do Paulista

CR: Vamos lá, Humberto.

H: Boa tarde. Vou falar para você um pouquinho do paulista, tá? O Paulista é um clube que é desde 1966, 24 de outubro de 1966. Um grupo de amigos se reuniu numa ocasião, num bar de uma japonesa lá do lado da Casa Verde, Casa Verde Alta, por ali, e na ocasião eles fundaram o clube. Só que jogamos praticamente 20 e poucos anos só fora, não tínhamos o campo.

CR: Visitantes?

H: Exato. Só como visitantes.

CR: Isso tudo sempre na Zona Norte?

H: Como visitante nós íamos onde marcasse jogo, nós íamos. Como naquela época tinha muito campo, a maioria era na região. Mas onde marcássemos jogos a gente ia sim.

CR: Então foram 20 e poucos anos jogando como visitante. Até os anos 80/90?

H: Até 1995.

CR: Após 95, vocês entraram no complexo da Rua Marambaia – Campo de Marte?

H: Exatamente. Na ocasião não tínhamos essa sede aqui. Era um terreno baldio, nós fizemos toda a terraplanagem, cercamos o campo.

CR: Mas e os outros campos, já existiam?

H: Já existiam os outros campos. Esse aqui é o penúltimo campo. Campo 5.

CR: Você sabe a ordem, Humberto? A ordem de construção dos campos?

H: Não sei ao certo. Se não me engano o SADE foi o primeiro, o da entrada.

CR: O do Aliança foi o último?

H: Com certeza, o Aliança é o último. Deve ter 12 anos, coisa assim.

CR: Em 95 foi o campo do Paulista.

H: É, de 95 a 97, nesse meio tempo ai. Nós fizemos toda a infraestrutura aqui, fizemos a cancha de bocha, cercamos o campo, fizemos os vestiários.

CR: Com quais recursos?

H: Tudo com recursos nossos. Fizemos a famosa vaquinha, o “Livro de Ouro”, aquela coisa toda. E um foi contribuindo de fora, e aí foram outros, e aos poucos, não foi do dia pra noite, levou uns 2, 3 anos até ficar tudo pronto. A princípio o campo, né?

CR: Era terra?

H: Era, terrão. Sempre foi terrão. E depois cercamos ele e depois começamos a mexer na parte de infraestrutura.

CR: Tinha vestiário?

H: Não, não. Nós trocávamos lá na outra rua, na quadra do lado do colégio lá. Não tinha nada. Tinha que se trocar lá em vir para cá.

CR: Você já jogava?

H: Não, eu jogava em um desses outros clubes. Já joguei no Cruz da Esperança, já joguei no Baruel.

CR: E agora está no Paulista?

H: É, no Paulista estou há 12 anos.

CR: Aí entre 95 e 97 o campo ficou pronto e vocês organizavam festivais?

H: Sim, aí nessa ocasião nós tínhamos dois times: o veterano e o esporte. Aí começamos a jogar os campeonatos de várzea regionais.

CR: Os jogos da Cidade já existiam?

H: Não, não. Tinham outros torneios, como a copa Kaiser.

CR: Ganharam a Copa Kaiser?

H: Olha, chegamos muito próximo, viu? Mas tivemos momentos de glória sim em termos de várzea. Dávamos muito trabalho para muita gente aí. Na copa Kaiser chegamos entre os quatro.

CR: Legal. E aqui sobre a região então? Como vocês se organizavam, era sempre uma coisa autogestionada, convidando outros times para jogar aos sábados e domingos? Como funciona?

H: Na verdade, cada clube tem uma organização. E cada qual de forma individual. Acredito que são semelhantes. Então normalmente cada campo tem o time da casa. As vezes você tem dois ou três quadros. Então varia de cada time. Quando eu comecei aqui, em meados dos anos 70, o primeiro time que joguei foi o Cruz. Tinham seis categorias: fraldinha, dentinho, dente, dentão, esporte, veterano, sub 90. Aí você tinha o dia todo do clube. Mas normalmente sempre tem um dia vago que você cede para outros times.

CR: Até porque é uma receita.

H: Exato. Para você movimentar, porque normalmente você tem bar e coisas do gênero. E quebrar um pouco do custo fixo porque querendo ou não você tem sempre alguma despesa. Seja caseiro, zelador, coisas do tipo.

CR: Vocês tem zelador?

H: Sim, temos:

CR: O Paulista em si nunca teve tantas categorias?

H: Não, o Paulista até por ser dos mais jovens dos seis campos aqui. Por isso, se chama "Veteranos Unidos Paulistas – VUP". Então assim, ele já entrou com aquela caraterística de veterano. Como ele veio dos anos 60, os fundadores já eram veteranos. Aí quando viemos para cá, criamos o esporte tudo direitinho.

CR: Legal. Essa mudança que pode acontecer aqui nos campos? A gente vê muito na internet, cada hora fala uma coisa, vai transformar em parque? Com a iniciativa privada? Vai manter em caráter de CDC? Como é que está essa questão para os times?

H: Bom, o que ocorre é o seguinte: nós temos uma comissão. Dentre os seis campos aqui, cinco deles nós temos uma comissão em comum. Nós nos reunimos, nos juntamos, justamente para essa causa. Até de forma jurídica. Então, constantemente temos ido atrás dos nossos interesses que seria a preservação do local. Entretanto, após o Doria, quando prefeito, fez um acordo com a União – porque essa área era da União – que passou a posse para a Prefeitura. Sabendo disso, eles nos procuraram e nós também fomos atrás deles e começamos algumas negociações com a Prefeitura. Então, ao longo desse um ano e meio, já fizemos uma série de reuniões com membros da Prefeitura e com órgãos competentes de região. E o que nos passaram e nós pleiteamos também, ficou acordado, por enquanto de forma verbal, que vamos criar um CDC.

CR: Um CDC ou um para cada time?

H: Um CDC, mas para os cinco times. No qual nós vamos nos organizar e esse CDC seria no outro terreno, já no parque.

CR: Não seria aqui?

H: Segundo eles essa área está destinada ao museu da aeronáutica.

CR: E essa área fica no Campo de Marte, certo?

H: Sim, fica no Campo de Marte, em frente ao Anhembi. Ao lado do hospital dos militares.

CR: Que não tem acesso ao público, hoje. Certo?

H: Não, hoje não. O projeto deles é que seja um parque público e nós teríamos esse espaço para quatro campos.

CR: Em questão de metragem, cabe?

H: Não, o que nós conseguimos, através dos nossos arquitetos, é que tinha uma área x e nós conseguimos diminuir um pouco os campos. Quatro campos. É o projeto inicial. A área que foi destinada a nós, ela é menor e que dá pra entrar apenas quatro campos.

CR: E vocês são cincos times.

H: Isso. Nós vamos ter que, no momento oportuno, nos organizar para que se encaixem todos.

CR: E nessa parte, eles disseram o que vai acontecer? São as pistas? As quadras?

H: Não, segundo eles essa parte será apenas o museu da Aeronáutica.

CR: Mas desse tamanho?

H: Pois é. Elefante branco.

CR: Então toda a parte dos bares, dos atuais campos, vestiários. Tudo seria reconstruído.

H: Sim, essa área seria o museu e também o estacionamento.

CR: Entendi. E como está o processo jurídico? Está em andamento? Vai rolar ou não vai?

H: Com as eleições atuais (Outubro de 2018) deu uma esfriada, mas nós estamos acompanhando.

CR: Depende talvez da eleição do Doria?

H: Não exatamente. Porque os secretários deles alguns mudaram e a pasta foi para outra pessoa na qual já estamos em contato e fizemos reuniões a respeito. Então no momento atual nós estamos para constituir judicialmente ou CDC.

CR: E o CDC ele garante esse caráter de auto gestão. Que é muito importante para a comunidade.

H: Exato.

CR: E nesse caso, com o CDC, eu realmente não conheço, a Prefeitura não tem nenhuma interferência?

H: Sim, tem. Va verdade, com o CDC você tem que se reportar a Prefeitura mensalmente.

CR: Tudo? Custos e etc.?

H: Isso, você tem que se reportar a ela. Ela te dá, digamos assim, uma sessão de uso, porém a área é dela. Ela te dá uma a sessão de uso e todos os critérios. Existe toda uma norma.

CR: Mas a questão dos campos, vocês vão poder organizar os jogos?

H: Sim, sim. A ideia nossa é levar todos os nossos agregados juntos para o campo. E esse grupo nosso, a nossa ideia é manter a várzea viva. E a gente não quer campo sintético. Ah, e já foi passado para nós que não vai entrar um centavo de dinheiro público. É tudo por nossa conta. Nós é que vamos ter que ir atrás de patrocínio, arrecadação, para nós construirmos.

CR: Ou seja, voltar para 1995 nesse caso.

H: Exatamente. Do zero. Não vai ser fácil.

CR: Entendi. Vai ser um desafio. Sobre o projeto, eu li a licitação, e nele estava previsto a criação de apenas 3 campos de futebol de campo. Estava desatualizado?

H: Era o projeto inicial deles. Aí nós discutimos a respeito e como temos um arquiteto, fizemos uma planta e apresentou um projeto. Reviram e disse que era possível. Mas como disse há pouco, deu uma esfriada por conta das eleições, mas vamos retomar o quanto antes. E surgiu um fator novo agora: no mês passado o governo do Márcio França assinou uma lei para a preservação dos campos de várzea no Estado de São Paulo. Então nós

temos uma outra frente e pensar no que garantir a gente. Obviamente para nós é muito melhor como estamos hoje.

CR: Você disse que são cinco dos atuais campos que estão reunidos. Um deles não topou participar?

H: Na verdade, como ele é mais novo, foi praticamente uma área invadida. Então eles fizeram o campo, né? Tiraram um pouco daqui, puxaram um pouco ali e fizeram o campo. E não se envolveram em nenhum momento com a gente. Todas as batalhas que tivemos jurídicas, eles não quiseram. Ficaram de fora. Nós respeitamos, assim como nós corremos

atrás dos nossos interesses.

CR: Acho que é isso Humberto. Muito obrigado pelo seu depoimento.

Entrevista realizada com Luiz Saldanha, um dos fundadores do Cruz da Esperança

CR: Então, Luiz, se o senhor puder contar um pouco da história da Cruz, quando foi fundado, quem o fundou, em quais circunstâncias e também fatos curiosos e os feitos que o Cruz conquistou.

L: O Cruz foi fundado em 12 de outubro de 1958, logo após a Copa do Mundo de 58, por um grupo de taxistas da praça Cruz da Esperança que resolveram fundar o clube. Não tenho o nome exato dos fundadores mas tenho documentação desde a época fundada. Cheguei a organizar essa documentação em quatro livros.

CR: Mas o senhor escreveu quatro livros?

L: Não, eu juntei documentação para fazer os volumes para guarda de documentação hábil. Atas antigas, eu guardei todo esse material. Hoje isso está tudo guardado. O Cruz jogava muito fora de casa. Só jogava fora. Antigamente tinha muita briga, mas a briga até que era boa, não tinha esse negócio de arma. Hoje você vê um moleque e fica com medo.

Tem muitos fatos marcantes do Cruz da Esperança. Muito pessoal famoso do futebol passou por aqui: Toninho Cerezo, Basílio pé de anjo, Serginho Chulapa.

CR: Então eles foram lançados aqui, pode-se dizer?

L: Sim, Sim.

CR: Foi o Cruz que montou o primeiro campo aqui? Como foi inaugurado esse espaço gigante?

L: Olha, o Cruz não foi o primeiro campo. O primeiro campo foi do SADE. Aí veio praticamente na nossa frente o Paulista. A área do Paulista era para ser do Cruz também. Era para ser. Aí o Cruz ficou aqui e aquele foi para o Paulista. O Baruel também é antigo. E o Pitangueiras também. O último foi o Aliança.

CR: Em qual ano mais ou menos que essa sede foi montada? Esse campo terraplanado? Ou seja: inaugurado.

L: Deixa eu ver se me lembro: final dos anos 70 e começo dos anos 80.

CR: E foram os clubes que fizeram tudo por conta própria, né?

L: Conta própria. Muramos, tudo.

CR: O governo não ajudou em nada, não houve participação nenhuma?

L: Não, o Cruz tem documentação hábil para quando foi concedida a área para a instalação do campo.

CR: Teve uma autorização na época, né?

L: Sim, o pessoal da Aeronáutica que concedeu o espaço e autorização.

CR: E hoje, o Cruz tem o time esporte e veteranos? Quantas equipes tem atualmente?

L: O Cruz tem os veteranos, os superveteranos e tem o esporte também.

CR: Então hoje são três?

L: Isso.

CR: E jogam todas as partidas aqui no campo do Cruz?

L: Todos aqui. Só de vez em quando que tem alguma coisa ou outra fora mas é algo mais esporádico. Só quando organizam algum festival fora.

CR: Vocês organizam festivais?

L: Fizemos um agora pouco.

CR: No Feriado de 12 de Outubro?

L: Isso, porque foi aniversário do clube e teve festividade.

CR: E em relação aos eventos que são organizados aqui? Tem o samba, já vim e é muito bom, vem bastante gente né?

L: A parte social do Cruz é muito ativa. Faz festas para a comunidade, é bem legal.

CR: No trabalho, estou colhendo essas iniciativas que justamente devolvem algo a comunidade. Por isso estou conversando com todo o mundo, já conversei com o pessoal do Pitangueiras, do Sade, tem até escolinhas de futebol. Vocês têm alguma escolinha no Cruz ou hoje não?

L: Hoje não. Já teve durante muito tempo o pessoal da escolinha. Mas por enquanto está parado.

CR: E a maioria dos times que jogam aqui, são da Zona Norte ou vem de outros cantos da cidade também? Como que funciona?

L: O pessoal da Gaviões (da Fiel) jogam aqui, o pessoal da CESP, a maioria é da região mesmo.

CR: Bacana, e como você vê essas mudanças? O que vai acontecer se virar um parque?

L: De um modo geral, eu espero que isso tenha um final feliz. A gente tem plena confiança de uma coisa: quanto vale o metro quadrado aqui? É muito grande. E a gente sabe que tem pessoas que tem olhos para tudo. Tem olhos para o lado financeiro também. Eu participo aqui desde 1980, ativamente, jogava aqui, por muito tempo. E sempre trabalhei junto com a diretoria desde 1980. E eu sempre vi, muitas vezes, a Aeronáutica pressionando dizendo que queria a área. E isso sobe o volume, depois ameniza, infla de novo, e volta. Então, pelo que eu vi o movimento, cheguei até a participar de algumas reuniões na prefeitura e tal, que queria fazer o pagamento, que ia mudar a área dos campos, que ia mudar perto da Marginal, ali na Olavo Fontoura, né? E eu não sei como é que está isso hoje. Aí tive um problema de saúde, agora recentemente. Estou um pouco fora da administração. Mas eu não sei como está hoje.

Dizem lá que o governador agora em exercício, o França, assinou um decreto que eu até estava lendo. Se eles fizerem, vai ser muito bom. Vou falar uma coisa sinceramente para você: a várzea, ela sempre foi um celeiro de craques. Um celeiro de craque. Então hoje, você assiste o futebol de hoje e você assiste o futebol de antigamente e vai ver a diferença que tem. Hoje é somente força física, antes era na base da habilidade. Todo e qualquer time tinham dois ou três craques. Hoje você vê quem se destaca mais pela força física. Mudou muito. Então, sempre tinham novos jogadores em potencial pra ter esses recursos e hoje praticamente você não tem.

CR: E falando em várzea, o Luan, que era do Palmeiras acho que veio da várzea de São Paulo e o Gabriel Jesus também né? Os dois da Zona Norte, não foi?

L: Gabriel Jesus, eu tenho aqui uma foto com a mãe ele, a dona Vera, que ela veio aqui, junto com o time do Peri Novo, e tirei uma foto com ela aqui. Gabriel Jesus foi levado ali para o Anhanguera, no Bom Retiro, e de lá ele foi encaminhado para o pessoal do Palmeiras. E insistiu inclusive porque na primeira vez ele não passou no teste, e deu no que deu.

CR: E veio da várzea. Igual muitos que jogam aqui.

L: Exatamente, a mãe dele esteve aqui com os irmãos dele. Não sei se ele já tinha sido vendido.

CR: E ele chegou a jogar nos campos do Cruz?

L: Aqui não, aqui não lembro. Jogava lá no campo do Anhanguera.

CR: Bom, parte do trabalho é acompanhar toda essa mudança. Se vai virar um parque se não vai virar um parque. O que o senhor acha, por um lado pode-se perder muita história, muita coisa pode se perder, e por outro, pode virar um parque para toda a população. Como o senhor vê esses dois lados?

L: Eu vejo o seguinte: acho que tem pessoas muito competentes nos órgãos públicos para poder administrar esse processo. Olha o tamanho da área, dá para fazer um parque? Lógico que dá. Dá pra manter os campos? Dá. Existe uma área aí que está ociosa. Basta um pouco de vontade para caber todo mundo. A área pode permanecer. Eu na minha época de jovem, e você não chegou a conhecer por razões lógicas, eu joguei em todos os campos dos dois lados da marginal. Era tudo campo de futebol. Ali onde hoje é o

Anhembi, ali antes tinha uma empresa de concreto, ao lado tinha o campo do Leão da Casa Verde e ao lado, o campo do Baruel. Era lá.

E eu jogava lá no campo do Leão. Aí, tudo aqui do lado, ao lado da ponte da Casa Verde, quando você vem da cidade-bairro, onde hoje tem o retorno para entrar na Marginal, ali tinha um campo, era o seguinte: ali parecia que tinha uma arquibancada, porque tem uma parte elevada e na parte mais baixa onde era o campo. Ficava assim de gente ali. Sábados e Domingos era jogo o dia todo. Joguei lá muito tempo também. Todos os cantos, dos dois lados da Marginal, era campo. Onde hoje é essa parte que está virando imóvel na Barra Funda, era várzea da Barra Funda, ali era tudo área brejeira, né? E hoje tem ali o Fórum Criminal, o prédio do Lalau, Avenida Marquês de São Vicente, era uma área que você nunca imaginava que um dia pudesse vender comercialmente. E hoje você vê o que é ali. Era área de brejo. A Lapa de Baixo era igual. Então, tinha muito campo de futebol. Tinham ótimos jogadores nos dois lados. Olha, o que tinha de campo.

CR: Com essas mudanças, veio alguém da Prefeitura conversar com vocês?

L: É, nossos representantes foram conversar sim.

CR: Acho que é isso, o bate papo. Obrigado, Luiz Saldanha.

Entrevista realizada com André – Diretor Esportivo do Campo do Aliança da Casa Verde

C: Queria saber sob o seu ponto de vista, você sabe quais foram os primeiros a utilizarem essa área?

A: O primeiro a chegar aqui foi o SADE, acho que em 49. Foi o primeiro a chegar, eles eram uma empresa, acho que de cabo de aço, se não me engano. E eles fizeram um time, tinha a parte vaga ali e aqui era um terreno tudo baldio. Não tinha nada, era mato e nada. Aí eles fizeram um esquema com a Aeronáutica e a Aeronáutica permitiu eles entrarem com o campo. Primeiro veio o SADE, aí veio o Cruz, Baruel, Pitangueira, Paulista e o Aliança.

C: O Aliança foi o último então. Sabe em qual ano?

A: 2001

C: Você sabe quem eram as pessoas do Aliança? Da onde eles vieram? Qual bairro, se eram amigos?

A: O Aliança era o pessoal aqui da Casa Verde. A maioria ali perto do Parque do Peruche. Tinha o seu Leo, o diretor. Ele vinha antes no campo do Paulista, ele era diretor do Paulista. E essa parte aqui (campo do Aliança) era a mesma coisa de que lá embaixo (campo do SAAD), era mato. Aí começaram a vir, ele começou a vir limpar. Aqui foi um trabalho de muita gente, né? Porque um pessoal do Cruz pegou, limpou e desistiram. Aí ele pegou e fez tudo: fez o campo, as traves.

C: E antes era mato, parecido com o que é hoje do lado de lá do córrego?

A: É, só não tinha árvores. Era aqueles matos, quando te cobre.

C: Então foi um processo que levou um tempo e em 2001 ficou pronto?

A: Sim

C: Você pode contar, o que você souber, sobre um pouco da região? Havia moradia aqui perto? Você sabe o que tinha na região antes? Sabe se mudou muito?

A: Não, depois que vieram os campos para cá, veio mais moradia. Porque sempre teve a Aeronáutica ali então nem tinha muito espaço para fazer moradia. Depois dos campos é que começaram a fazer as casas na R. Braz Elisa, na Rua Marambaia.

C: Até mais perto do Rio Tietê?

A: Até mais perto do rio, porque antes de vir o campo aqui não tinha praticamente nada.

C: Era várzea do rio né?

A: Era várzea do Rio.

C: Agora um pouco do processo de como vocês chegaram aqui. Como vocês chegaram aqui nos campos?

A: Você fala a gente...

C: Você, sua mãe, sua família. Vocês conheciam alguém? Como foi esse processo?

A: Porque minha mãe e meu pai eram do (time de futebol de várzea) Bola Preta. Não sei se você conhece, ali na frente da quadra da Gaviões, onde é a Favela do Gato hoje. Ali era o Bola Preta. E o seu Leo, que era o diretor daqui, ia jogar lá com o Aliança. Aí conheceu meu pai e falou que tinham um bar aqui e estava querendo vender. Aí minha mãe veio, se interessou, comprou e hoje a gente está aqui.

C: Qual ano?

A: 2003.

C: E hoje quem mora aqui?

A: Eu e minha mãe.

C: Moram e trabalham?

A: Trabalho aqui também.

C: E já tinham outros grupos aqui antes? No bar, imagino que os antigos donos.

A: Tinha o Zoio, que foi o último dono e desistiu e foi embora. Aí o seu Leo vendeu para a gente.

C: E quando vocês chegaram aqui, está muito diferente do que é hoje? A estrutura, eu digo.

A: A gente chegou e não tinha nenhuma estrutura. A gente começou o bar e sabe esse alambrado? Não tinha. O parquinho não tinha. Esse mato, de capim elefante, vinha até a porta. Não tinha alambrado, o estacionamento era forrado.

C: Então mudou bastante?

A: Aqui em cima mudou bastante. Que a minha mãe começou a vim, fazer as coisas, cortar. Aí com muito custo, porque o Seu Leo era uma pessoa difícil de lidar, com muito custo a gente fez o alambrado.

C: Por que vocês tinham que convencê-lo?

A: Porque a gente tinha que convencer, a gente era do bar. Não tinha como passar por cima do cara que fez o campo. “Não, seu Leo, vamos fazer um parquinho para as

crianças". Aí foi fazendo, foi fazendo. Foi trazendo mais família porque antes aqui era um ambiente muito pesado.

C: Por que era pesado?

A: Porque, você joga futebol sabe que antigamente a várzea era um ambiente mais pra homem só. Mulher não ia. Então o homem quando está sozinho ele é agressivo. Então toda semana era briga, falando que um ia matar o outro. Chegou ocasião que teve que esconder gente no carro para sair daqui. Era um clima pesado. Aí foi fazendo parquinho, falando para os caras trazerem as mulheres deles, aí foi criando esse clima mais família. Ai faz tempo, faz mais que quatro anos que não tem uma briga aqui. Que a gente não tem uma confusão.

C: É, domingo passado eu vim aqui e estava tendo uma confraternização de final de ano que estava com bastante mulher, crianças, tinha uma música ao vivo. Então era um clima muito bom.

A: É, que agora a gente conseguiu fazer esse clima amizade, esse clima família. Porque antigamente não era isso. Antigamente os caras vinham armado para o campo porque tinham medo de não sair do campo. A várzea na época era um clima pesado.

C: E você acha que isso mudou?

A: Eu acho que isso mudou muito. A mulher também está tendo mais espaço no futebol de várzea.

C: Falando nisso, teve um festival em novembro que foi apenas de futebol feminino, né?

A: Teve, o maior festival do mundo de futebol feminino. Foi 76 times, se não me engano.

C: E eles utilizaram todos os campos?

A: Os 6 campos.

C: Aqui também, no aliança?

A: Aqui também. Minha mãe foi homenageada, saiu na Globo. Vou te mandar o vídeo depois também.

C: Em qual programa?

A: No Globo Esporte.

C: Eles vieram e fizeram essa cobertura?

A: Vieram, fizeram a cobertura, minha mãe recebeu a homenagem. Ela é a única mulher diretora de campo de várzea de São Paulo. Não existia outra diretora de campo de várzea.

C: Ótimo, então as obras vocês fizeram, a parte fora do campo, do bar. Com quais recursos?

A: No começo foi apenas com recursos próprios. No começo foi só com o recurso do bar. Aí o seu Leo viu que estava fazendo efeito, aí ele começou a ajudar com o recurso do campo. Ele tirava do bolso dele também para dar para a gente ir fazendo as melhorias. O parquinho foi minha mãe que comprou. Coisas quando quebrava, o facão, esses negócios, o Mazzaropi, produtos de limpeza.

C: Até quando o seu Leo ficou atuante aqui no campo? Ou se ele ainda é atuante aqui no campo.

A: O seu Leo ficou atuante até outubro de 2017. Ele já era muito idoso. Já tinha 87 anos.

C: Até então ele era diretor do campo?

A: Presidente. A última voz era dele. Venceu dois cânceres aqui. Ele teve o primeiro câncer acho que no pâncreas e o filho dele tinha que vim buscar ele aqui, porque ele queria ficar aqui pegando o facão, dando enxadada ali nas árvores.

C: Não parava.

A: Não parava, ficava andando no campo. Não parava. Ai depois ele teve outro câncer que ele salvou aqui também. Chegava aqui 07 de manhã e ficava até 08 da noite.

C: Só trabalhando no campo.

A: Só. Ai em 2017 ele começou a ficar velhinho... Eu fui conversar uma vez na casa dele ele não lembrava mais quem eu era. Aí o filho dele entregou o campo pra gente, porque o filho dele não tem tempo pra cuidar daqui. E ele já estava muito velho. Veio a falecer em agosto desse ano. Agosto de 2019.

C: E agora está com vocês.

A: Agora está com a gente.

C: Tá, agora vamos falar um pouco do campo em si. Você sabe quem são os jogadores? De qual região os times vêm? Você pode falar um pouco dos times que jogam no campo do Aliança?

A: De sábado, o primeiro jogo de sábado é o "União do Mandaqui". É um pessoal super gente boa. Esse pessoal é tudo do Mandaqui, Lauzane. Perto do Shopping Santana, Santana parque. É um pessoal super gente boa, começou jogando no campo do flamenguinho. O time deles surgiu de lá e hoje está aqui. Aí depois vem o time das 10h da manhã, que é o "Outra Fita". Que é um pessoal meio separado: vai encontrar gente da Casa Verde, gente da Zona Leste, da cidade inteira. É um time que foi catado. Aí ao meio dia vem a "Rua F", que é um time do Peruche, que é uma rua. O nome da rua é rua F. Na verdade tem outro nome mas apelidaram rua F. Fizeram um time na rua de baixo, que é o "Atlético do Peruche" que é nas Águas Virtuosas esse time. Aí o "Rua F" fez esse time pra ser o rival. Aí às 14h vem o "Autônomos" que eu sinceramente não sei de onde são. Aí depois vem o "Aliança" que é aqui da Casa Verde, que eu falei com você, aqui do Parque Peruche também. Aí de domingo tem o time das 7h30 que é o time "Rachão" que é o pessoal tudo da rua 25 de março. Até tem uns 4 ou 5 da Casa Verde, mas a maioria é do centro. Aí tem as 10h o "Bahia" que é um pessoal da Vila Mariana.

C: Da Vila Mariana então foge um pouco do padrão né? Da Zona Sul, um pouco mais afastado.

A: Sim, não sei como eles vêm. Eu não teria essa coragem não. Aí ao meio dia vem o "Sergipe" que é um pessoal que fica ali perto da quadra do Vai-Vai ali no Bixiga. Às 14h vem o "Serrano" que é um pessoal tudo baiano, tudo de Poções que se encontraram em São Paulo. Então chegaram em São Paulo e fizeram o "Serrano", mas mora tudo aqui na Casa Verde e perto do Peruche também.

C: Então quantos times são no total?

A: São 9 times. Temos um horário vago no domingo. Era para ser 10.

C: E você acha que a família e amigos desse pessoal que vem jogar aqui, eles frequentam o local também? Ou fica uma coisa só de jogar e ir embora? O que você acha em relação a essa convivência com o pessoal que é de fora?

A: Então, depende do time. Tem time que vem e arrasta a família inteira. Igual a “Rua F”, eles vêm e trazem a rua inteira. Dessa mãe, tio, tia, primo, vô, neto, bisneto, a família inteira. E tem time que eles vêm, quer jogar, de vez em quando senta na mesa, faz uma reseinha mas vai embora. Aí vai muito de time pra time, mas essa coisa de jogar e ir embora está acabando também. O pessoal está vendo o campo como um lazer a mais também, não só de jogar e ir embora. Que agora, como eu te falei, o ambiente pesado tirava isso, o pessoal jogava e ia embora.

C: Então falando um pouco da administração do Campo. Quem que administra? Você comentou que agora é sua mãe. Mas você ajuda também? Como ela faz para escolher os times, ela faz o controle? Como funciona essa parte administrativa?

A: Então, a administração começou com o seu Leo. Aí quando minha mãe chegou, começou a ajudar o seu Leo. Em tudo. Desde o campo a escolher time. Aí o seu Leo começou a se afastar e minha mãe começou a dominar. Dominar, não é a palavra. Começou a ter mais nome dentro do negócio. Seu Leo faleceu e passou pra minha mãe, aí eu comecei a ajudar mais: festival sou eu que faço, campeonato sou eu que faço. Contato com time, se um time entregar o horário, contato com time para fora sou eu que faço. Então fiquei tipo diretor de esporte, mas a parte administrativa quem cuida ainda é ela.

C: Então falando um pouco dos eventos. Quais eventos vocês fazem aqui? Campeonatos, torneios, festivais...

A: Tudo. Tudo que der a gente faz.

C: Vocês têm algum anual, que vocês fazem todo ano?

A: Então, eu faço a Copa Aliança, que eu fiz em 2019 e vou fazer agora em 2020.

C: É um festival?

A: Campeonato. Com patrocínio da Lifead que é uma loja de roupa ali na Sé.

C: Quantos times participam?

A: São 8 times. E em 2020 vão ser 8 também porque não arrumei alguém para me ajuda ainda. Porque eu preciso de alguém pra ficar na beira de campo comigo.

C: E patrocínio banca a arbitragem?

A: O patrocínio vai bancar o uniforme pro vencedor.

C: Então a premiação é o uniforme?

A: Não, o primeiro lugar vai levar R$2.500,00 e o segundo lugar vai levar o uniforme: Shorts, camisa e meião.

C: E essa loja é de produtos esportivos?

A: Não, é loja de roupa normal. Roupa feminina e masculina. Vou te dar o cartãozinho para você ir lá depois. Pessoal é muito gente boa.

C: Vou sim.

A: E todo final de mês eu faço um festival. Todo final de mês ou feriado. Dia 25 agora vai ter o feriado de aniversário de São Paulo, vou fazer o festival. Março vão ser dois festivais.

C: E vocês que convidam as equipes para jogar?

A: Eu que convido.

C: Em geral é um pessoal que já joga no Aliança? Como você faz essa escolha?

A: Então, a escolha que eu faço é, eu ligo para você, digamos que você tem um time e falo ó: "quer participar?" você fala: "interessa para mim", aí você participa. Aí eu falo: "você tem um time que você conhece, que você sabe que não é de briga para você indicar também?" Aí vou convidando.

C: Bacana. Acho que a gente já pode pular para o último bloco que é em relação ao projeto de criação do parque nesse local. Quais as suas impressões sobre o projeto da prefeitura em transformar esse local em um parque?

A: Ah, isso aqui já é um parque já né? Eu acho que você quebra muita a segurança daqui se você fizer um parque. Porque você olha aqui os parques da Zona Norte, nenhum funciona. Ali no Parque da Juventude, depois das 20h você não passa mais na calçada do Parque da Juventude, senão você é roubado. Amiga minha foi roubada de dia, dez vezes já lá no Parque da Juventude. Villa Lobos também, você passa lá você é roubado. Aqui

não, tem cara as vezes que deixa a chave no contato e não perde a moto, deixa o carro tudo aberto.

C: Então você acha que tem uma questão de segurança?

A: Mal ou bem a gente faz a nossa segurança. Com os atritos que a gente tem aqui dentro, a gente faz a nossa segurança. A gente não aceita que o cara vem aqui e rouba. Sabe todo mundo que entra. O cara entrou na portaria, o porteiro vai ver ele entrando. Então a gente cuida da nossa segurança. Então aqui é um lugar que você pode trazer seu filho. Pode largar seu filho, ele pode correr até lá embaixo lá que vai voltar. Então acho que se fizer um parque aqui você vai quebrar muito a segurança, porque o governo é falho. O governo não vai ficar 24h por dia para cuidar da segurança do parque.

C: E você acha que pode mudar muito caso se transforme num parque administrado pela prefeitura?

A: Eu acho que vai mudar muito. Um dia isso aqui vai acabar. Não tem como a gente falar que não. Eu acho que um parque aqui nesse exato local não seria uma boa escolha. Eu acho que a gente tem muito parque em São Paulo que devia ser mais cuidado do que fazer um parque aqui dentro.

C: Vocês têm se organizado, o pessoal dos campos, em relação a uma possível conversa com o poder público, com a prefeitura? Eu sei que tem um grupo dos outros campos que eles se juntaram. Você sabe como está essa questão?

A: Então, é porque a gente é excluído lá de baixo. Como a gente é o mais novo, os caras falam que a gente invadiu aqui. Que o seu Leo invadiu aqui e a gente não devia existir. Então, o pessoal lá de baixa montou o grupo, acho que foi pra tribunal o negócio, foi pra julgamento. E tá indo. Vamos ver o que o pessoal vai falar porque a gente fica muito a mercê deles. Pra ver o que eles falam.

C: Qual foi a última notícia que você teve em relação a essa mudança?

A: A última notícia que eu tive foi que eles iam vir em janeiro.

C: De 2020?

A: De 2020. Aí essa notícia já foi desmentida. Falou que não ia vir em janeiro não. Aí a gente não sabe em quem acreditar, entendeu? Mas acho que a gente tem mais 2 anos aqui

dentro aqui. Porque agora vai vir ano de eleição, os caras não vão se preocupar com isso agora.

C: Eles têm outras prioridades?

A: Eles têm outras prioridades. Ou devia ter.

C: O que você gostaria que acontece em relação a essa mudança?

A: Você fala da mudança do parque?

C: Isso, você pode preferir que permaneça como está ou se tiver alguma mudança que ela seja feita de tal forma.

A: Ah, pra mim deixava os campos quietos né? Deixava a gente quieto né? Porque se os campos não tivessem vindo pra cá, aqui ia ser tudo favela. Aqui ia se tornar favela. Porque já tentaram vir casa pra cá, só que veio os campos primeiro. Então o pessoal começou a respeitar o pessoal do campo que estava chegando. Então eu acho que devia deixar o campo, ajudar a gente a organizar, ajudar não porque a gente nunca precisou de 1 real deles. Nunca precisou de 1 real pra prefeitura pra fazer nada aqui. Então é só deixar a gente. Deixa a gente aqui que a gente se vira.

C: Como você explica esse interesse agora por essa área que sempre esteve aqui e agora eles querem fazer todas essas mudanças? Por que você acha que eles estão fazendo isso?

A: Acho que, não posso dar certeza de nada, porque eu não estava lá pra ver, acho que eu não era nem nascido. Mas acho que na época eles tinham medo de invasão aqui, pessoal sem teto pra fazer casa e esses negócios. E deixaram os campos entrar. Só que aí os campos entrou e dominou. Aí por isso que eu acho que agora, sei lá, conseguiram dinheiro, alguma coisa e estão interessados pela área. Porque essa área aqui é uma área nobre, querendo ou não. Uma das melhores regiões de São Paulo, está do lado do Centro, do lado de Santana, do lado do Pacaembu, do lado do Anhembi. Aqui está um pulo pra tudo. É central. Então acho que é por isso que eles querem essa área agora. O valor dessa área aumentou muito nos últimos tempos.

C: E você joga futebol? Gosta de futebol de várzea? E como você acha que essa mudança vai atrapalhar o futebol de várzea?

A: Rapaz, eu amo futebol de várzea. Não jogo porque meu joelho e minhas costas é ruim. Se eu jogar no outro dia não aguento levantar da cama. E o futebol de várzea vai atrapalhar porque a várzea está acabando né? A várzea já era. Somos 8 campos terrão na Zona Norte. Ou terrão ou grama natural. Só tem 8 na Zona Norte. Nós 6 aqui, o São Bento, o campo do Boi Malhado e tem mais um campo por aqui que eu não sei onde é. Na Av. Inajar de Souza. Somos 8 campos na Zona Norte, se tirar são 6 campos a menos, só vai ter 2. E o tanto de time que eu falo no celular, somos mais de 200 times de várzea só aqui na Zona Norte. Agora imagina 200 times de várzea pra jogar só em 2 campos. Não ia caber. E acho que não ia causar efeito só no futebol de várzea, e sim no profissional. Porque se olhar os melhores jogadores do Brasil que saiu, que foi até o topo, a maioria saiu da várzea: Ronaldinho Gaúcho, Ronaldo, Neymar, tem tantos outros nomes da várzea que agora estão jogando ainda, Gabriel Jesus que saiu ali do Peri. Porque o moleque que ele é pobre não tem dinheiro pra dar 50 reais por mês num campo sintético, também não tem 10 reais pra dar numa quadra. E o moleque pobre não gosta de jogar quadra, ele gosta de ir pro campo, se sujar mesmo, chuteira de cravo. Tem um menino que mora ali no bairro ali, ele é muito bom de bola. E ele estava precisando de um lugar pra jogar bola e eu falei: "Vou te levar numa escolinha aqui de baixo que é o Luizão". Aqui no campo do Paulista, ele tem um projeto muito bom. Muito bonito. E esse ano ele ganhou uma chuteira. Eu levei ele lá embaixo e ele ficou jogando lá com o Luizão.

C: Como é que funciona esse projeto?

A: Então, ele pega criança, vai chamando criança. Dá uma escolinha e vai indo.

C: Eles jogam no campo do Paulista em dia de semana?

A: Só de sábado. Treinamento e não cobra um real das crianças. Sai do jogo tem o lanche das crianças. Agora no Natal ele deu chuteira pra todas as crianças. Foi uma atitude bonita dele, poucas pessoas tem atitudes que ele tomou. Então eu acho que a várzea acabar vai afetar muita coisa, muita coisa no futebol né.

C: É, eu vi o projeto da prefeitura e inclui alguns campos de futebol de grama sintética e pelo descritivo, padrão Fifa. É o que está no projeto. Você acha que com esse perfil, o público pode ser diferente por conta dessas mudanças? Ou são os mesmos times que vão continuar jogando só que agora nos campos padrão Fifa?

A: Não, não vai ser o mesmo padrão nunca. Vai mudar muito. Vai começar a tornar, desculpa falar, mas vai tornar uma coisa de boyzinho. O pobre não vai ter mais espaço lá dentro. Não sei como vai funcionar, não tem papel, não sei como vai funcionar o campo. Porque aqui tem um time mandante e ele chama o visitante pra vir jogar. Lá eu não sei se vai ser só chegar e jogar. Agora imagina 30 times chegando no mesmo horário pra jogar. Não tem explicação... E quem tem dinheiro pra alugar esses locais, é gente que tem uma renda boa. Imagina padrão Fifa Ainda. Então eu acho que não deveria. A gente que é da várzea, tem um pessoal que fala raiz e Nutella né, pessoal que é raiz da várzea mesmo, a gente não quer sintético, não quer grama, a gente quer terrão, um espaço pra gente jogar, fazer uma brincadeira, apostar alguma coisa, dinheiro, troféu, nem que seja uma bola ou a caixa de cerveja na hora que sair do campo, o pessoal quer brincar. E vai fazer um negócio padrão Fifa, não quer padrão Fifa. Deixa pros caras profissional o padrão Fifa, a gente só quer jogar. Ser feliz e ficar quietinho.

C: Te agradeço, André. Obrigado pelo depoimento.

Entrevista realizada com Carlos - Frequentador dos campos

C: Puder falar o seu nome e idade, por favor.

E: Carlos, 55 anos.

C: Morador de qual bairro?

E: Sou aqui da Casa Verde Alta.

C: Legal, Carlos. A quanto tempo você frequenta esse local?

E: Mais ou menos uns 45 anos. Eu tinha 10 anos de idade quando comecei a frequentar esse local.

C: E qual dos campos você frequentava ou todos?

E: Na verdade assim, a gente iniciou frequentando aqui o Cruz da Esperança, Baruel, Pitangueiras, Saad, esses campos. Particularmente, eu tenho até uma história desse campo do Aliança. Esse campo do Aliança era do “Vasquinho”, quem patrocinava esse campo

era o seu Lazio, do Liceu Carvalho Pinto e meu pai trabalhava com seu Lázio. Meu pai construiu esse campo.

C: E qual área eles trabalhavam juntos?

E: Então, o seu Lazio trabalhava no Liceu Carvalho Pinto e meu pai trabalhava com ele em todas as áreas lá, principalmente na área de manutenção, cuidava da parte de construção. Aí o seu Lazio conseguiu junto a Aeronáutica esse espaço e aí a Aeronáutica disse: "Se você construir..." e meu pai veio, fez todo o planejamento, terraplanagem, fez toda a estrutura, desse campo em particular;

C: Campo do Aliança?

E: Campo do Aliança, quero dizer não era do Aliança, era do "Vasquinho". "Vasquinho" ali da Rua Zilda. Então particularmente eu tenho uma história aqui. É um lugar especial, eu venho desde os 10 anos de idade e meu filho desde os 5. Ele está com 11 anos. Na verdade, ele já vinha antes comigo, mas começou a jogar bola desde os 5 anos de idade. Então assim, tem muita história, muita tradição isso aqui, joguei 25 anos no Cruz da Esperança. Entendeu, hoje eu venho nessa praça todo o final de semana. Brincar com meu filho, brincar com o pessoal. E aqui é muito especial, porque a gente fala com a Soraia, e ela cede o espaço para gente fazer churrasco. Então assim, a gente passou muitos anos trazendo os amiguinhos dele (de seu filho, sentado ao lado). Não é só um espaço nosso, é um espaço das crianças, da cultura. Estou falando aqui de 3 gerações: meu pai, eu e meu filho.

C: E qual foi o ano que o seu pai ajudou a construir esse campo do Aliança?

E: Na verdade era do Vasquinho. Depois é que virou Aliança da Casa Verde. Estou falando aí de uns 30 anos atrás. 25 a 30 anos atrás.

C: E agora você não joga mais ou continua jogando com algum time?

E: Sim, continuo jogando. Mas ultimamente o que eu tenho feito? Um trabalho com a criançada. Então eu fico no campinho ali do lado ou lá embaixo, fazendo o trabalho. Trazendo a criançada, mostrando fundamento.

C: Você treina as crianças?

E: Treino. Quase todo final de semana a gente está aí treinando.

C: Falando um pouco das possíveis mudanças, porque tem um projeto da prefeitura pra passar para a iniciativa privada e virar um parque público, mas em outros moldes. Você está por dentro disso, ouvir falar?

E: Na verdade a gente escuta falar desse projeto que a prefeitura tem, só que assim, é um projeto único para uma finalidade. Aqui não, aqui tem diversas. Todos os campos, você faz essa cultura com a molecada. Daqui saiu muita gente, muitos profissionais, inclusive o Basílio, Serginho Chulapa e outros mais. Saíram daqui e continuam saindo grandes meninos, hoje mesmo eu estava conversando com um aqui que tem um projeto, 14 anos de idade e já tem projeto. Então assim, isso aqui além de ser uma grande praça de esporte, são vários eventos, vários campos, são 5, 6, 7 campos aqui, e todos eles têm um playground. Tem as atividades, tem as atividades com criança, por exemplo: você chega aqui num sábado de manhã, você vê a molecada 6h, 7h da manhã treinando fundamento... Realmente para ser profissional. A praça é realmente muito grande pra esse tipo de evento único que a prefeitura quer fazer. Agora, se for usar parte do espaço, não tem problema. Mas se usar todo esse espaço, a gente perde muita coisa. Isso aqui não é uma coisa particular, é uma coisa da população. Por exemplo, ele (filho ao lado) ainda não é um jogador de várzea, tem 11 anos, mas amanhã pode ser, pode ser um profissional. São várias crianças que vem pra cá e detalhe: isso é bom porque a gente tira esses moleques da rua. Eu não sei se um parque vai fazer isso. Talvez afaste, essas crianças que vem aqui, tem um domingo especial, um sábado especial, feriado especial. Às vezes a prefeitura está pensando em fazer uma coisa macro mas essa molecada vai acabar saindo, vai acabar se desviando para outras coisas. Pode mudar o público. Hoje você tem uma molecada aqui que respeita, você não vê brigada, você não vê confusão, não vê tráfico, não vê droga, você vê gente que vem praticar esporte, se divertir, vem curtir. No máximo tomar uma cervejinha e ir pra casa. Agora, essa molecada amanhã, pode não ter esse espaço. A gente pode perder esses moleques. Que hoje está com a gente mas amanhã a gente pode perder pro tráfico, poder perder pra droga, a gente pode perder pra outras coisas mais aí.

C: Então tem uma importância, na sua opinião, não só para os jogadores mas para a população em geral?

E: Para a população em geral. Eu tinha 10 anos de idade quando eu comecei a frequentar aqui. Hoje eu tenho faculdade, igual você está se formando eu já me formei. Em

marketing. Tenho minha profissão meus filhos. Tenho 55 e você vê, a gente continua vindo aqui, cheio de amigos, a gente entra, sai...

C: Qual a sua profissão, Carlos?

E: Hoje eu sou eletricista.

C: E seus colegas, assim, eles são de qual bairro? O pessoal que frequenta aqui, seus amigos... Dá onde eles vêm?

E: Rapaz, a diversidade de amigos aqui são grandes. Por exemplo, tem gente da Barra Funda, do Centro, da Casa Verde, da Vila Espanhola, do Jardim Damasceno, do Peri, do Bairro do Limão, Santana. Então assim, a gente tem uma diversidade muito grande de pessoas. Tem pessoas que vem de fora, por exemplo, vem lá de Osasco, vem de Guarulhos, vem de todos os lugares da Capital.

C: Então não fica restrito só aqui da região?

E: Não fica restrito. Por exemplo, eu tenho amigos que jogam no Campos Cruz da Esperança que moram em Guarulhos. Outro município. Então gente que vem lá da Elisa Maria, lá de Taipas, lá de Caieiras, então assim, a diversidade é muito grande. Assim como a gente joga, eu tenho um time que eu jogo, a gente joga fora, dia 19 agora vamos jogar em Osasco. E da mesma forma que a gente joga em Osasco, eles vêm até aqui também.

C: Então tem uma troca aí de cultura?

E: Existe uma troca, existe uma cultura. O Estado e a Capital muito grande, então é uma praça de esportes que vamos sentir muita falta. Eu particularmente porque tenho uma história, você entendeu. Sem querer você pegou uma pessoa que nasceu, tem história dentro disso, ele tem uma história dentro disso, meu filho Gustavo. Então pra gente é importante isso aqui. A gente vem pra cá e se diverte. Você pode ver, não é só a cultura do futebol, se você olhar, tudo ao redor é bem cuidado: você vê goiaba, vê manga, você vê abacate, você vê amora, então assim, é uma coisa bem tratada, bem cuidada.

C: E aqui em São Paulo você acha que cada vez mais temos dificuldade para encontrar espaços dessa forma?

E: Mais dificuldade. Então por exemplo, a minha filha, ela também vem aqui jogar bola com a gente, vem comer amora. A mãe dele vem comer uma amora. Porque assim, é uma coisa legal, uma coisa sadia. Então eles vêm pra cá, vem curtir. E outra, já fiz aniversário aqui. Já teve um aniversário meu que foi feijoada, aí vem 30, 40 aqui, se diverte, curte, vai embora. Sempre tá fazendo eventos aqui. Então assim, não é só a praça de esportes, é uma praça de eventos em geral.

C: A ideia do meu trabalho é justamente mostrar essa possível mudança que tenha caso se perca em algum momento esse perfil. Porque se virar um parque, vamos supor parecido com o Parque do Ibirapuera, eu imagino que é algo muito diferente, né?

E: Bem diferente. Porque as pessoas vão ser outras e outro detalhes: a gente não vai ter essa diversidade que eu tô falando pra você. A gente não vai revelar mais garotos aqui nessa várzea, como eu citei 2 grandes nomes: Serginho Chulapa e Basílio. Seleção Brasileira. E teve outros mais, teve gente daqui que foi direto pra Bélgica, jogava comigo no Cruz da Esperança. Foi direto para a Europa, chegou aqui, tinha olheiro, foi direto jogar futebol. Então assim, isso existe muito aqui, essa revelação, essa coisa. E não é só o futebol, aquilo que eu falei pra você: pra gente é um lazer, a gente vem pra cá se divertir. Vim com meu filho, cheguei aqui 11h da manhã, estamos aqui praticamente o dia inteiro. E a gente vem praticamente com a família, como eu falei, vem a mãe dele, minha filha, namorado da minha filha, meu outro filho, esposa do meu filho, família inteira vem pra cá pra se divertir.

C: Por último, Carlos, parte do meu trabalho é mostrar a região e as mudanças que tiveram na região em relação aos campos de futebol, aqueles que não existem mais, você pode contar um pouco não sobre aqui mas também da região perto da Marginal, teve muita mudança? Você se lembra como era na sua infância, por exemplo?

E: Da minha infância eu lembro muito mais lá perto de casa, nós tínhamos o Boi Malhado, Campo do 7, Campo do Potiguar Colorado, a gente tinha 5 ou 6 campos na minha região. Hoje existe 1, o Colina da Esperança. Só temos um campo, cê entendeu? Aí num deles foi feito, tudo bem, residência, Singapura, mas assim, a gente reduziu muito. Porque o espaço da criança foi reduzido. É isso que a gente fala: a gente fala sempre voltado para a criança porque como eu fui criança e eu tive esse espaço, eram 5, 6 campos na região e hoje existe só 1. E por exemplo, 1 que a partir das 7h da manhã já tem adulto jogando. Então assim, você restringe a criança desse espaço. E hoje não, hoje a gente tem o espaço

do adulto aqui, você pode ver se depois você filmar e bater uma foto, nós temos todos os campos tem um espaço pra criança ao lado. E tem o parquinho, playground ao lado. Então assim, não é voltado só para o adulto. Você chega hoje, você pega o Carlos jogando bola com a molecada, ensinando a molecada. E assim, não tem palavrão, tem disciplina, é isso que a gente ensina. É o esporte e a disciplina. O respeito, aprender a jogar de pé, sem palavrão, aí é ser um cidadão. Então assim, se você olhar todos os campos aqui, ele além ter o playground e parquinho, eles têm um campo ao lado pra criança. Filma. Se você olhar aqui o campo do Aliança, tem o playground ali e o espaço ao lado pra criança, que é um campinho. Se você for no Pitangueiras, ali é a mesma coisa. Se você for no Baruel, a mesma coisa. Se você for na Saad é a mesma coisa. Então você pega lá no fundo dela, além do playground, tem o campinho pra criança. Isso é importante de ser dito e comentado e filmado. Porque não é só pra adulto, o adulto vem com o filho, as vezes os caras olham me vê ali: "opa, beleza aí?", Bahia meu apelido: "Ô Bahia, cê tá aí, larga aí" Acabou. Os caras vão, se divertem e as crianças estão ali se divertindo. Jogando ou no parquinho ou aqui. É importante isso. E é um espaço muito bom porque você não vê maldade, cê entendeu? Você não vê maldade aqui. É exatamente gente do bem e da bondade. E querendo exatamente tirar essa molecada da rua. Porque quando eu venho jogar bola, eu trago também o meu filho.

C: E quem sabe, na próxima geração, ele traga o filho dele.

E: Mas isso que eu estou falando. Eu tive a geração do meu pai aqui, ontem foi a minha geração e hoje a do meu filho. E com certeza se isso morrer, a gente vai perder essa história. E isso é importantíssimo pra gente. Não só pro Carlos e pro Gustavo, mas pra criançada. Então isso é importante, é o que eu falo: da minha infância, eram 5, 6 campos, uma praça de esportes fantástica que nem essa, hoje existe 1 campo em que você vê sábado e domingo, infelizmente foi reduzido, e não tem um campinho do lado, pra essa molecada de lá se divertir. Sabe onde eles estão? A grande maioria, infelizmente, ou na droga ou dentro de casa jogando videogame, sem ter essa cultura que nem hoje. A gente tem uma diversidade muito grande porque você vê pai e filho ó lá ó (Carlos aponta para um adulto e uma criança brincando no campo), 12 anos idade. Ó o meu aqui, 11 anos de idade. Senhoras chegando, criança, família, isso que é legal.

C: Carlos, muito obrigado pelo seu relato.

E: De nada.

Entrevista realizada com Edgar - Funcionário do estacionamento

C: Se puder falar o seu nome, idade e de qual bairro você é, por favor.

E: Meu nome é Edgar, eu sou da Cachoeirinha e tenho 41 anos.

C: Há quanto tempo você trabalha aqui no local?

E: Então, já vai fazer 3 anos e meio que estou aqui.

C: E qual é a sua função?

E: Eu sou encarregado aqui do estacionamento.

C: E Edgar, você trabalha quais dias por semana?

E: Eu trabalho de segunda a quinta e sábado, domingo e feriado. Sexta feira folga.

C: Então esse espaço fica aberto em dia de semana também?

E: Não, segunda a quinta eu fico de segurança aqui pra não deixar ninguém entrar, pra poder manter o local, fica mais o caseiro e o pessoal que vai fazer entrega, essas coisas. E o campo mesmo funciona de sexta, sábado e domingo. Sexta não, desculpa. Sábado, Domingo e Feriado que tem jogos.

C: Qual é o horário de funcionamento?

E: Começa das 7h até as 6h30 da noite, até escurecer porque como não tem luz, não tem jogo noturno, mas até umas 18h30 o pessoal ainda tá aí.

C: Entendi, bom são 6 campos, e você sabe qual foi a ordem de construção? Quando você chegou já estava assim? Tiveram mudanças desde da época que você chegou pra cá?

E: Então, essa parte eu não conheço direito, é mais de ouvir falar que o pessoal me conta. Mas o primeiro de todos, que eu sei, é o (campo) do Sade aqui, tem até a plaquinha da data ali, tem mais de cinquenta anos. Não sei se fez aniversário de 55 anos nesse ano, foi o SADE que era uma empresa, era uma metalúrgica. Que era onde tem esse prédio aqui (Edgar aponta para uma torre residencial, vizinha ao terreno dos campos) aí os funcionários que começaram, pegaram uma enxada aí, tinha esse espaço e abriram o

campo. Uns dois ou três funcionários. Inclusive um dos diretores do desse campo do SADE ainda está, é diretor ainda.

C: Então era como se fosse o campo do quintal da indústria?

E: Isso, isso mesmo. Aí eles pegaram um dia de folga: "E aquele campo lá isolado?" Muitos anos atrás, mais de 50, aqui era tudo mato mesmo né. Então eles pegaram a enxada e fizeram o campo aí. Aí foi de desenvolvendo, foi passando os anos, aí depois desse veio o (campo) do Pitangueiras, né? São os dois de grama, o SADE e o Pitangueiras. O Pitangueiras inclusive também tem uma sede na Rua Maria Curupaiti.

C: Sabe em qual bairro que fica?

E: Aqui em Santana mesmo. Tem a sede deles e tem o campo deles aqui. O SADE é só aqui né e tem os outros campos só aqui mesmo. Aí tem o (campo) Cruz da Esperança, depois do Cruz da Esperança tem o (campo) Baruel. Cruz e Baruel tem bastante o pessoal do samba. Foi o pessoal do samba que fundou, essas coisas. E mais pra frente tem o (campo) Paulista, também é mais antigo. Aí tem o mais atual, que não é tão antigo, é o último lá do fundo que é o (campo) Aliança. Esse acho tem só uns 10 anos mais ou menos só de tempo aqui. Os outros são bem antigos.

C: Qual o perfil do público que frequenta aqui? De quais bairros são?

E: Cara, como aqui são 6 campos de futebol de várzea, então tem campeonatos, é o pessoal que tem time de futebol de várzea. Tem campeonatos aí, tem visitantes também. Os visitantes a maioria são aqui da região mesmo né. E o pessoal que vem mais longe é o pessoal que vai jogar contra.

C: E você entende que tem bastante criança mulher ou é só jogador de futebol?

E: Tem bastante criança que vem os pais né, pro jogo. Mulher não tem tanto, lugar de futebol é normal né, mais homem mesmo e criança. Mas tem criança sim, todos os campos tem parquinho também, tem escolinha de futebol no meio de semana. Você me perguntou, não tem jogo, mas tem escolinha de futebol.

C: Em qual dos campos, você sabe?

E: Eu sei que tem no Paulista, no Paulista parou agora mas acho que depois vai voltar. Tem no Cruz também.

C: Você sabe se são projetos sociais?

E: É, projeto social. Não paga nada. E o Pitangueiras também tem, só que o do Pitangueiras é de Sábado, sábado de manhã. E no Paulista também de sábado de manhã. Tudo projeto social, faz tempo que tem esse projeto aí. E é legal, né cara?

C: Importante para a molecada de região...

E: E muita gente nem sabe, porque aqui é meio escondido né? As vezes o pessoal fica sabendo e vem perguntar ou o pessoal correndo na Av. Braz Leme, olha aqui e vê um lugar desse tamanho, poxa nem imagina, selva de pedra aqui e um lugar aberto assim. Mas vem família sim, tem a parte de churrasqueira. Como hoje todos os campos estão fechado e volta só dia 29 de fevereiro, eles fecham no final ano, mas geralmente tem muito mais pessoas que frequenta aí.

C: Como é feita a manutenção? Cada campo cuida da sua parte ou tem uma zeladoria geral? Como funciona?

E: Cada campo aqui tem o seu, que nem o Chico, ele é o caseiro desse campo aqui (Edgar aponta para o campo do SADE). Cada campo tem seu caseiro. Tem uma lanchonete, então cada campo tem seu funcionário da lanchonete, pessoal da limpeza... Cada campo cuida do seu. Tem uma pessoa que responde pelos campos assim na parte administrativa, na parte comercial, que é o Otacílio. Interessante até você conversar com ele porque ele sabe de tudo aqui. Ele é o cara que administra aqui, promove os eventos, faz as parcerias, ele que responde aqui pelo pessoal. Mas a parte esportiva e de manutenção é cada campo por si.

C: O valor do estacionamento, ele é repartido pra algum campo? Ou não? Você sabe como é feita essa divisão?

E: Ah, cara. Essa parte eu não sei como que é a parte do estacionamento. Como eles fazem a parte de divisão eu não sei.

C: E agora falando nessa possível mudança, caso vire um parque da prefeitura.

E: Na verdade a primeira coisa que falaram foi o parque. Quando passou pra prefeitura, há dois anos atrás, esse terreno aqui era da União. Era uma briga que todo mundo queria esse terreno aqui, num local desse né? Aí faz dois anos atrás, quando tava o Temer,

quando a Dilma saiu e ficou o Temer, ele veio aqui em São Paulo e assinou passando esse terreno pra prefeitura. Aí o que acontece, o Doria, quando estava na prefeitura, queria fazer um parque. Até chegaram a colocar uma placa lá do outro lado, dava pra ver pela Rua Olavo Fontoura, pelo Anhembi, dava pra ver a placa: “Futuro Parque do Campo de Marte”.

C: Tinha uma placa?

E: Tinha uma placa, chegaram a colocar uma placa.

C: E a placa ainda está lá?

E: Não.

C: Tiraram?

E: Cara, não posso te dar certeza, mas não falaram mais dessa placa. Acho que tiraram. Por que? Depois que o Bolsonaro veio, se elegeu presidente e tal, veio e conversou aqui, na época que o Doria, que caiu o helicóptero, caiu aqui perto, não sei se você lembra. Aí o Doria queria tirar o pessoal do Campo de Marte. Tava esse problema. Aí o que acontece, o Bolsonaro, não sei o que que ele fez, conversou com a prefeitura, tomou esse pedaço na parte federal, governo federal, pra fazer 2 colégios militares. E veio, desceu helicóptero aqui, desceu pessoal de Brasília, conversou comigo aqui. O cara me mostrou todas as fotos. Então esquece o parque, não é mais parque. São os 2 maiores colégios militares do Brasil, um da Aeronáutica e o outro da Marinha.

C: Então essa área não é mais da prefeitura?

E: A gente não sabe como ficou essa parte aí, se é do governo federal ou é militar ainda. Na verdade, não tem nada resolvido ainda. Mas o Bolsonaro, o que ele queria é... com os parques eles já iam tirar os campos e agora com o colégio militar, continua tirando o campo. Que eles querem, ou fazendo o parque ou fazendo o colégio militar é, são 6 campos, é colocar só 4 campos ali onde é as escolas de samba, sabe onde fica os carros alegóricos estacionados? Acho que iam passar os 4 campos pra lá, mas 4 campos menores né. Depois do riozinho. Mas ia ser campo menor, ia acabar tudo do jeito que é hoje né.

C: Então de qualquer forma, com o Parque ou o Colégio, a ideia é ficar com 4 campos?

E: 4 campos e provavelmente, pelo que falam, tudo aqui vai sair. Não vai ser mais desse jeito que é não. Esse complexo apenas de campos de futebol. E inclusive, desceu um helicóptero ai, que veio direto de Brasília.

C: Você sabe qual mês foi?

E: Foi no ano passado (2019) não sei se foi em setembro... Eles vieram várias vezes.

C: De helicóptero? Onde eles desciam?

E: Aqui no campo aqui (Edgar aponta para o campo do SADE). Grandão, aqueles helicópteros de guerra, do presidente mesmo. Só que veio um assessor dele e veio também um pessoal de carro, parou aqui todos os engenheiros, já viram tudo aqui. Ai nisso veio um cara aqui e mostrou pra mim e falou pra mim: Ô, menino, o Bolsonaro já tem 6 milhões já liberado, a gente vai fazer um colégio militar aí, vamos fazer ginásio. Ele me mostrou todas as fotos no celular, já tá tudo pronto.

C: Já tem projeto?

E: Tudo projeto, todo certo. Ele estava com as plantas aí já. Falou que já tá tudo certo. Aí segundo ele, ia começar as obras em janeiro desse ano (2020). Mas não sei se a parte política, o que vai acontecer mesmo, não falaram mais nada. E pelo que o rapaz, esse Otacílio que cuida daqui, eu perguntei pra ele esses dias aí, ele falou que não sabia, que como vai trocar de prefeito, acho que não pode fazer nada, tocar nenhuma obra, assim sei lá como funciona essa parte aí né. Então falou que só ano que vem.

C: Eles vão esperar a eleição?

E: Isso, vão esperar a eleição porque acho que quando tem eleição não pode fazer nenhum projeto, alguma coisa assim né? Então falou que ia mudar alguma coisa ano que vem. Aí a gente está esperando aí né.

C: O Otacílio acha que se mudar, esquece o parque?

E: Não, o parque não tem mais. É colégio militar. Já era esse negócio do parque, é colégio militar. É do Bolsonaro agora. Colégio militar e não sei se vai ser público, vão fazer tipo um balneário, ia ter tipo piscina, ginásio coberto e tal, o cara mostrou pra mim.

C: Eu cheguei a conversar com algumas pessoas que falaram que os campos de reuniram pra falar com a prefeitura na época do parque. Você sabe como está essa organização? Se eles continuam organizados ou agora com o Bolsonaro isso meio que acabou?

E: Não, eles estão organizados ainda. Eles conversaram com o pessoal. Quando veio o pessoal ali de Brasília, na hora eu já avisei o pessoal dos campos que eles pediram pra mim, avisei todo mundo, pessoal veio tudo aí e conversou com eles. O pessoal está no mesmo intuito de pelo menos conseguir os 4 campos ali no canto pra eles. Pra não ficar sem nada, né? Então, sim, eles estão de olho nisso daí, tão conversando. O que eles queriam mesmo é que deixassem pra lá, mas a gente não sabe o que vai acontecer. A gente não sabe o que vai acontecer, mas estão conversando sim, não está esquecido não.

C: E no seu ponto de vista, virando um parque ou colégio militar, quais são as principais mudanças? Quem vai deixar de ganhar com isso? Qual a sua opinião?

E: Ah, cara... Parque, a gente sabe o funcionamento de um parque né. Seria um parque público assim, o pessoal, a população ia aproveitar, podia aproveitar até mais, ter um espaço assim né. Apesar de que nesse local, como tem o espaço na Av. Braz Leme, que o pessoal faz caminhada, não sei seria tão importante um parque. Na verdade, acho que seria mais hospital com médico dentro né? Aí tudo nem né? Não só hospital tem que ter médico dentro. Seria mais importante né, cara? A parte assim, o pessoal da várzea, o futebol vai perder né? Quase não tem campo aqui pra ter essa área de lazer de futebol hoje a maioria é tudo Society, campo mesmo assim você não acha mais aqui. Então o pessoal da várzea ia perder muitíssimo. Aqui acho que é o maior local de campos assim, não tem igual em São Paulo. Aqui é maior local de futebol de várzea. Que nem eu falei pra você, te comentei antes de começar: final do ano passado (2019) fizeram o maior festival de futebol feminino do mundo. Do mundo. Todos os campos foi só feminino, foi a Globo aqui...filmaram. Foi bem legal, todos os campos só futebol feminino. Dia especial só pro futebol feminino.

C: Estava cheio?

E: Estava lotado... Apesar de ser um dia de muita chuva. Acabou estragando isso porque choveu. Mas mesmo assim foi muito bacana. Então o que vai perder é essa parte desportiva, o pessoal do futebol, vai perder, cara... Por mais que passe 4 campos pra lá, não vai ser tantos jogos como tem hoje. Vai ser bem diferente. E colégio militar vai ser

uma coisa mais restrita, né? Porque não vai ser público. Acho que não vai ser público, deve ser pago. E se for pago, se for pra vestibular alguma coisa, quem tem mais condições de estudar mais, estudar melhor. Então assim, a população pode ganhar na parte da educação, de ter dois colégios aí mas a parte de entretenimento e lazer vai perder né.

C: Entendi. Acho que é isso então, obrigado pelo seu relado.

E: Tá bom.